

João José Veras de Souza

**O “PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ACRE”: UMA ANÁLISE À LUZ DO
DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.**

Florianópolis-SC
2008

João José Veras de Souza

**O “PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ACRE”: UMA ANÁLISE À LUZ DO
DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Direito, da Universidade Federal de Santa
Catarina-UFSC, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Portanova

Florianópolis – SC
Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC
2008

SOUZA, JOÃO JOSÉ VERAS DE

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional / João José Veras de Souza – 2008. 188 f. enc.

Orientador: Rogério Silva Portanova

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas, Curso de Pós-Graduação em Direito-CPGD.

A presente dissertação foi apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, área de concentração: Relações Internacionais, do programa de mestrado MINTER/CAPES/Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC/Universidade Federal do Acre-UFAC.

"Atenção jovem do futuro,

6 de Setembro do ano de 2120,
aniversário ou centenário da Revolução
Socialista Mundial, que unificou todos
os povos do planeta num só ideal e num
só pensamento de unidade socialista
que pôs fim a todos os inimigos da
nova sociedade. Aqui fica somente a
lembrança de um triste passado de dor,
sofrimento e morte.

Desculpem... Eu estava sonhando
quando escrevi estes acontecimentos;
que eu mesmo não verei mas tenho o
prazer de ter sonhado."

Bilhete de Chico Mendes escrito em 1988, ano de seu
assassinato.

Este trabalho é dedicado aos de hoje que ainda não sabem o que se encontra por trás dos discursos e das práticas do *desenvolvimento sustentável*, da *cooperação internacional* e da *democracia participativa* no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Também dedico às gerações futuras, especialmente da Amazônia, cujas verdades negadas, no aqui de agora, muito provavelmente já de nada valerão no lá de amanhã.

RESUMO

Após conhecer e analisar o modo pelo qual tem se dado, no plano das relações internacionais e do capitalismo, a concepção e difusão dos discursos do desenvolvimento e de seu novo padrão, o desenvolvimento sustentável, e, nesse passo, compreender o papel da cooperação internacional e dos organismos internacionais no contexto de difusão e aplicação desses discursos junto aos países ditos subdesenvolvidos, fez-se uma análise - sob o ponto de vista das suas proposições e realizações econômicas, ambientais e democráticas - do discurso do desenvolvimento sustentável contido no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDS do Acre), que é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, cuja conclusão aponta para a completa validade da hipótese deste trabalho que concerne na afirmativa de que o desenvolvimento sustentável configura-se na versão verde do desenvolvimento econômico, pela qual o meio ambiente continua sendo reduzido a bem necessário à estratégia neoliberal de expansão global da mercantilização da natureza, cumprindo, os organismos internacionais, através da cooperação internacional, as funções de difusores e aplicadores da aludida estratégia nos denominados países subdesenvolvidos, o que faz assim configurar o referido Programa em um dos mais importantes canais de inserção, na Amazônia Brasileira, daquela concepção de desenvolvimento que contribui, muito fortemente, para inviabilizar o intento que tanto propaga ter: a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação da natureza, com democracia participativa.

Palavras-chave: Discurso - desenvolvimento sustentável – cooperação internacional – organismos internacionais – Amazônia – Acre - economia do meio ambiente – mercantilização da natureza – capitalismo – neoliberalismo - democracia participativa.

RESUMEN

Después de conocer y analizar la manera por la que se ha dado, en el plan de relaciones internacionales y del capitalismo, la concepción y difusión de los discursos del desarrollo y de su nuevo padrón, el desarrollo sustentable, y en ese transcurso comprender el papel de cooperación internacional y de órganos internacionales en el contexto de la difusión y aplicación de esos discursos junto a los países ditos subdesarrollados, se hizo un análisis – bajo el punto de vista de sus propósitos y realizaciones económicas, ambientales y democráticas – del discurso de desarrollo sostenido contenido en el Programa de Desarrollo Sustentable de Acre (PDS de Acre), que es financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo – BID, cuya conclusión apunta para la completa validez de la hipótesis de este trabajo concerniente en la afirmativa de que el desarrollo sustentable se configura en la versión verde del desarrollo económico, por el cual el medio ambiente continua siendo reducido a bien necesario a la estrategia neoliberal de expansión global de la mercantilización de la naturaleza, cumpliendo, los organismos internacionales, a través de la cooperación internacional, las funciones de difusores y aplicadores de la aludida estrategia en los denominados países subdesarrollados, lo que así hace configurar el referido programa en uno de los más importantes canales de inserción, en la Amazonia Brasileña, de aquella concepción de desarrollo que contribuye, muy fuertemente, para inviabilizar el intento que tanto propaga tener: la mejora de calidad de vida de la población y la preservación de la naturaleza, con democracia participativa.

Palabras-chave: Discurso, Desarrollo sustentable, Cooperación internacional, Órganos internacionales, Amazonia, Acre, Economía del medio ambiente, Mercantilización de la naturaleza, Capitalismo, Neoliberalismo, Democracia participativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I	
1.0 - O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O DISCURSO E OS SEUS CONTRA-DISCURSOS	17
 1.1 – Desenvolvimento Sustentável e as teorias da economia ambiental	
1.1.1 – Do Ecodesenvolvimento à Sustentabilidade: breve introdução.....	17
1.1.2 – A Economia Ambiental e suas principais correntes.....	20
1.1.2.1 – A Economia Ambiental Neoclássica.....	22
1.1.2.2 - A Economia Ecológica.....	25
1.1.2.3 - A Economia Ambiental Marxista.....	27
 1.2 – O Discurso do Desenvolvimento Sustentável	
1.2.1. – A construção e difusão dos discursos: Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.....	30
 1.3 – Os contra-discursos do Desenvolvimento Sustentável	
1.3.1 – A (i)legitimidade social como fator de (in)sustentabilidade.....	60
1.3.2 – O Capital à Sombra do Discurso do Desenvolvimento Sustentável.....	64
1.3.3 - O Discurso do Desenvolvimento Sustentável como Doxa.....	68
1.3.4 – Capitalismo e Entropia.....	71
1.3.5 – A Insustentabilidade do Modelo-mor de Sociedade Sustentável.....	73
1.3.6 – A Insustentabilidade do Capital.....	75
1.3.7 – O Teorema da Impossibilidade.....	76

1.3.8 – Desenvolvimento Sustentável e a teoria da Sociedade de Risco em U. Beck.....	79
--	----

CAPÍTULO II

2.0 - A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, SEUS ORGANISMOS, O BID.....	82
2.1 - Cooperação internacional: o exercício elegante do poder.....	82
2.2 – Organismos internacionais: mercadores do poder elegante.....	90
2.3 – O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: Sobre um Cavalo de Tróia na Amazônia.....	101

CAPÍTULO III

3.0 - O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE – PDS do Acre.....	112
3.1 – Brevíssimo Panorama do Contexto Histórico-econômico da Região...112	
3.2 – O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – o PDS do ACRE.....	119
3.2.1 – O Contrato de Empréstimo 1399/OC-BR: Notas expositivas.....	119
3.2.2 – As Estruturas do Contrato e do Programa.....	120
3.2.3 – As condicionalidades do Contrato.....	121
3.2.4 - A Constituição Operativa do Programa.....	124
3.2.5 – A Distribuição dos Recursos Financeiros do Programa.....	124
3.2.6 – Dos relatórios de Progresso e da Avaliação Intermediária do Programa...124	
3.3 - O Discurso e a prática do Desenvolvimento Sustentável no PDS do Acre.....	126
3.3.1 – O Documento, <i>A Propuesta de Préstamo</i> do BID.....	127

3.3.2 - O Anexo 'A' do Contrato: dos objetivos do Programa.....	132
3.3.3 - A Nota Técnica do Governo do Acre.....	133
3.3.4 - O Texto de Apresentação do Programa: “ <i>Construindo seus Fundamentos</i> ”.....	135
3.3.5 – A Avaliação Intermediária do Programa, pelo Estado do Acre.....	138
3.3.5.1 – Quanto aos fatores econômicos e ambientais.....	138
3.3.5.1.1 – Do Componente A – Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais.....	138
3.3.5.1.2 – Do Componente B – Apoio à Promoção do Desenvolvimento Produtivo Sustentável e do Emprego.....	143
3.3.5.1.3 – Do Componente C – Infra-estrutura Pública de Desenvolvimento.....	148
3.3.5.1.4 – Conclusões Parciais (?) da Avaliação	151
3.3.6 – A (I)Legitimidade Social no PDS do Acre.....	157
CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	173
ANEXOS	188

INTRODUÇÃO

Tenho me intrigado com uma idéia que, de forma sistemática e insistente, nos tem, os que vivemos no Acre, assaltado pelas propagandas oficiais e “não oficiais” da mídia local: essa idéia chama-se *desenvolvimento sustentável*, que não está só; ela vem acompanhada de outras tantas expressões que a ela são vinculadas na cena local, nos discursos oficiais: ‘Governo da Floresta’, “sustentabilidade”, “qualidade de vida”, “proteção das florestas”, “conservação da natureza”, “valorização das culturas dos povos da floresta”, “democracia participativa”, “boa governança”, “empoderamento”, “ciência e tecnologia”, “mercado da natureza” e o neologismo da moda do momento: “florestania”..., todas nos cobrindo de um campo de significados na direção de uma aura de magia, satisfação e idéia de progresso e bem-estar que é, ao meu ver, pouco condizente com a realidade concreta vivida no dia-a-dia da vida urbana e rural amazônicas.

Segundo a propaganda, o modelo de desenvolvimento adotado no Acre, a partir da chegada ao poder, em 1999, do Partido dos Trabalhadores, através do Governo Jorge Viana, é a realização do legado de Chico Mendes: ¹ desenvolvimento econômico sem a destruição ambiental, realizado graças ao esforço concentrado de todos os interesses envolvidos, isto é, no que resulta a vida com qualidade para todos e a conservação da floresta, com crescimento econômico e sem conflito de classes. Uma só felicidade. Uma vida em abundância para todos. Um mundo da utopia de outrora. Segundo a propaganda oficial, isto não só é possível como, efetivamente, se realiza no Acre, face à adoção, pelo ‘Governo da Floresta’, do modelo de política pública, baseado no desenvolvimento sustentável, condicionado e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

¹ “Fomos buscar inspiração no movimento dos Povos da Floresta e nas idéias de Chico Mendes para ampliar e aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável que, em nosso entendimento, poderia nos ajudar a conciliar o necessário crescimento da economia com a indispensável proteção da natureza”. “Esse modelo de sociedade é um legado de Chico Mendes...” (VIANA, 2006) - o então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006, que pode também ser acessado pelo www.jornalatribuna.com.br/politica_01.htm.

Suponho que, com um razoável conhecimento, qualquer pessoa sabe que o sonho do Chico, inclusive de ver uma sociedade socialista (conforme a epígrafe deste trabalho), não se realiza assim por decreto. Quem tem consciência, por mais vago que seja, da complexidade do sistema capitalista e os interesses que lhes são inerentes, e quem convive com a realidade da Amazônia, sabe que essa magia não é fácil. Porém, não se pode dizer, a priori, ser impossível. Afinal, a presente pesquisa não tem outro objetivo senão procurar saber a verdade das possibilidades anunciadas.

Há razões de sobra para se supor que a imensa maioria daqueles cidadãos que, passiva ou ativamente, convivem com essas propagandas (e os que nem acesso tem a elas), muito pouco sabe o que vem a ser esse conceito, sua gênese, a quem interessa e aproveita, tampouco de que modo se pode chegar à sua efetiva realização.

Quando a Assembléia legislativa do Acre aprovou a lei nº. 1.420/2001, que autoriza o Governo do Estado a contratar empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, para a realização do Programa de Desenvolvimento Sustentável (Projeto BID BR0313), lembro que, na época, houve certa grita da oposição, especialmente quanto ao fato denunciado de que o governo estava colocando como garantia ao Banco financiador o direito de exploração econômica de parte da floresta acreana, no que foi negado pela situação (o “Governo da Floresta”) e a questão, como toda questão política por estas bandas, limitou-se a algumas poucas edições de bate-boca, nos jornais e nas TV’s, passando a ser mais uma controvérsia do passado, sem conseqüências outras (era ano eleitoral).

Quanto a nós cidadãos, fora os casos de aceitação pacífica das propagandas, permanecia, numa parcela em que me incluo, o status de certa insegurança (por ignorância e até desconfiança) quanto ao desenvolvimento sustentável e, também, quanto ao objeto daquela peleja política que agora dava conta da participação de um banco multilateral de desenvolvimento e a acusação de ‘concessão’ do território acreano para a exploração econômica da floresta, um pouco na linha da propalada internacionalização da Amazônia.

Quanto a mim, a ignorância e a desconfiança sempre caminharam juntas. Ignorância, em razão de jamais ter me debruçado, para fins de conhecimento, sobre o tema, até em razão das intensas ocupações e interesses profissionais cotidianos (advocacia autônoma especializada em direito do trabalho), de certo modo, desvinculados da questão (políticas públicas nas áreas do desenvolvimento e do meio ambiente). Desconfiança, em razão, principalmente, do conhecimento empírico que o ora autor tem, como testemunha da história recente do Acre, das práticas fortemente antidemocráticas e vinculadas às pressões das “elites” locais...

Nesse contexto, eu não poderia permanecer satisfeito com o desconhecimento da causa, correndo o risco de estar sendo injusto com a propaganda, na medida em que mantinha uma desconfiança por tabela sobre o que efetivamente desconhecia.

Então, resolvi dar um caráter, de certo modo, pragmático ao meu curso de mestrado e optar pela presente pesquisa, não sem antes, em face da completa ignorância, fazer umas rápidas e prévias leituras teóricas e empíricas (vivo no ambiente do objeto da pesquisa) no que resultou, com os novos conhecimentos, em mais desconfiança, as quais naturalmente me impulsionaram pela busca de mais informação.

A opção pelo tema levou em consideração, agora por impulsão acadêmica, a importância do papel da cooperação internacional, esta que tem sido, desde a sua gênese no pós Segunda Guerra Mundial, concebida nas conferências internacionais da ONU e instrumentalizada pela ação das organizações internacionais, especialmente os bancos multilaterais de desenvolvimento, na construção do discurso e da prática dos modelos de desenvolvimento sustentável nos países do chamado Terceiro Mundo.

Nesse passo, a presente pesquisa tem como hipóteses básicas, primeiro, o fato do conceito de desenvolvimento sustentável se apresentar como mais um discurso retórico que encobre a sua real face e objetivo: desenvolvimento econômico que se volta para a mercantilização da natureza; segundo, o fato do importante papel da cooperação internacional e seus mecanismos de aplicação, os organismos internacionais (o BID dentre eles), na difusão e adoção, nos países ‘subdesenvolvidos’, dos fundamentos deste conceito, e, por terceiro, o fato do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, cuja sigla é PDS do Acre, se prestar a adotar, por meio das condicionalidades do

financiamento do BID, referido conceito como fundamento de suas ações econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Tais hipóteses se buscarão aqui comprovar, no aspecto conceitual, por cinco caminhos de pesquisa e análise.

No primeiro, entendendo a idéia de sustentabilidade dentro do contexto da economia do meio ambiente, por suas três principais correntes: economia ambiental neoclássica, economia ecológica e economia ambiental marxista.

No segundo, compreendendo o percurso da construção deste conceito, e os interesses a ele vinculados, na arena das relações internacionais, onde o mesmo foi forjado como novo padrão de desenvolvimento.

No terceiro, acessando a literatura crítica, dos mais diversos campos do conhecimento, que tem se debruçado em analisar o conceito dentro do ambiente da sociedade capitalista.

No quarto, analisando o papel da cooperação internacional, dos organismos internacionais e, especificamente, do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, enquanto instrumentos-meio de difusão do conceito nos países necessitados de ‘ajuda’ financeira internacional para a consecução de suas políticas públicas de desenvolvimento.

No quinto e último, observar, no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, por seus documentos, como nele se projetam os quatro primeiros caminhos.

Para tanto, o presente trabalho de pesquisa pretende, no seu primeiro capítulo: i) apresentar notas introdutórias quanto aos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, bem como, de forma sintética, para fins de compreensão do conceito de sustentabilidade, as correntes da economia ambiental que discutem a relação da economia com o meio ambiente; ii) perquirir e analisar a forma pela qual se delineiam os discursos do desenvolvimento e seu sucessor, o desenvolvimento sustentável, como discursos oficiais no plano das relações internacionais, através,

sobretudo, das conferências internacionais de desenvolvimento e meio ambiente, realizadas pela ONU, e iii) apresentar um rol de críticas em relação a diversos aspectos do discurso e da prática do desenvolvimento sustentável.

No capítulo seguinte, a pesquisa buscará compreender o caráter da cooperação que se realiza internacionalmente, fazendo, para tanto, um apanhado histórico e conceitual da cooperação como “ajuda”, bem como dos meios pelos quais ela é difundida, os organismos internacionais, especialmente nos chamados países em desenvolvimento, e o papel do BID como um de seus instrumentos.

No terceiro e último capítulo, a pesquisa objetiva compreender como o discurso do desenvolvimento sustentável se apresenta nos documentos oficiais relacionados ao Programa, de autoria do Estado do Acre e do BID, de proposição, divulgação, execução e avaliação, através do que se fará uma relação com o discurso do desenvolvimento sustentável forjado no plano das relações internacionais, com ênfase para o tratamento do Programa quanto aos seus objetivos econômicos, ambientais e democráticos.

A pesquisa tem como fonte, de um lado, material bibliográfico que dá suporte aos dois primeiros capítulos, e, de outro, documentos oficiais, todos acessíveis na rede mundial de computadores, nos sites do PDS do Acre e do BID. Exceção vale para o inteiro teor do Contrato de Empréstimo (somente os Anexos A, B e C se encontram à disposição de consulta pública no Portal do Governo do Acre), cuja cópia foi adquirida, junto à Unidade Executora do Programa, mediante requerimento formal do pesquisador.

A análise dos textos relativos ao Programa está limitada aos documentos que lhe dão oficialidade: o Contrato de Empréstimo, a Nota Técnica do Governo, a Proposta de Empréstimo do BID e a Avaliação Intermediária realizada pelo Estado, esta que concede caráter parcial à execução das ações previstas no Programa e aqueles de caráter formulativo do Programa.

As análises do terceiro capítulo dizem respeito aos discursos contidos nos documentos enunciativos das suas proposições, inclusive relato de suas realizações parciais, tendo em vista, neste caso, que o contrato, que estava previsto para se encerrar no final de 2006, foi prorrogado para até junho de 2008. Por esta razão, os resultados

colhidos e analisados, sob o ponto de vista das realizações (Avaliação Intermediária), não têm, nem poderiam ter, a pretensão de conclusão e definição quanto ao tempo de execução do Programa.

Adverte-se, mais, que, ainda quanto aos limites acima referidos, a pesquisa não busca fazer uma avaliação das políticas de desenvolvimento econômico e ambiental do Estado do Acre, embora observe, o pesquisador, que o padrão dessas políticas indica muito fortemente terem por base, fundamentalmente, os pressupostos contidos no PDS do Acre, irradiando, na verdade, deles, as direções conceituais que vão formar o modelo de desenvolvimento adotado no Acre deste o nascedouro do século XXI.

CAPÍTULO I

1.0 - O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O DISCURSO E OS SEUS CONTRA-DISCURSOS

Na primeira parte deste capítulo, será abordado o conceito de desenvolvimento sustentável adotado pelas Nações Unidas como novo padrão de desenvolvimento, bem como o quadro das principais correntes teóricas da economia que explicam e debatem a aplicação do referido conceito no capitalismo. Nas duas partes seguintes, será apresentado tal conceito como discurso construído historicamente no plano das relações internacionais, bem como os seus contra-discursos, isto é, algumas críticas de que tem sido alvo.

1.1 – Desenvolvimento Sustentável e as teorias da economia ambiental

1.1.1 – Do Ecodesenvolvimento à Sustentabilidade: breve introdução

A idéia difundida de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade, termos aqui tratados como sinônimos, expressa, em síntese, a possibilidade de solução da problemática ambiental e do desenvolvimento através do uso da ciência e da tecnologia na gestão dos recursos naturais, de modo a garantir a satisfação das gerações presentes e futuras da humanidade.

De acordo com Montibeller F^o,

“... este conceito surge na ciência e na política social como o paradigma, na concepção kuhniana de padrão normativo (Kuhn, 1996), capaz de açambarcar a essência dos complexos fenômenos sociais da atualidade, em resposta à crise paradigmática da ciência até então estabelecida, cujas teorias não respondem à complexidade referida.” (MONTIBELLER F^o, 2004, p. 20).

Desenvolvimento sustentável tem origem, historicamente, no conceito de *ecodesenvolvimento*, este que se apresenta, na década de 70, pautado na crítica à visão economicista e ao desenvolvimento, “*denunciando-os como reducionismo econômico e*

como responsáveis pela geração dos problemas sociais e ambientais.”
(MONTIBELLER Fº, 2004, p. 45).

Segundo João Almino,

“Muitas das formulações contemporâneas que têm sido canalizadas para a discussão sobre o desenvolvimento sustentável devem, na realidade, parte de seu arsenal teórico aos estudos sobre ecodesenvolvimento, cujos principais expoentes, desde a década de setenta, talvez sejam os professores Ignacy Sachs e John Galtung.”
(ALMINO, 1993, p. 65)

O termo *ecodesenvolvimento* foi introduzido, na década de 70, por Maurice Strong, então Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, esta ocorrida em Estocolmo, no ano de 1972. O termo passou a ser difundido, a partir de 1974, por Ignacy Sachs, com bandeira fincada na preocupação em colocar no mesmo grau de importância aspectos sociais, econômicos e ambientais.

O conceito *ecodesenvolvimento*, empregado, em 1971, no contexto da publicação, do Relatório do Clube de Roma, *Limites ao Crescimento* - o qual defendia o crescimento zero para que se evitasse a catástrofe ambiental - se fundamenta, objetivamente, na crítica ao desenvolvimento econômico, face às conseqüências maléficas provocadas ao longo da história, sobretudo, nos campos social e ambiental. Também se apresenta como resposta à crise da ciência e à visão antropocêntrica que vigorava nas escolas econômicas que não consideravam outras dimensões da realidade que não a econômica, tratando, assim, a natureza como simples recurso para a produção de bens (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 45/46).

De acordo com João Almino:

O ecodesenvolvimento valeu-se de uma sociologia do desenvolvimento para mostrar que as desigualdades sociais implicam formas diferenciadas de exploração da natureza por parte dos ricos e pobres, em razão do tipo de tecnologia de que fazem uso, sendo cada uma dessas classes sociais, a seu modo, destrutiva da natureza.”
(ALMINO, 1993, p. 65)

O fato é que o *econdesenvolvimento* se apresenta como um novo padrão de desenvolvimento (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 45/46).

Já o termo *desenvolvimento sustentável* foi empregado, pela primeira vez, pela organização não governamental internacional União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês), o que se deu por ocasião da realização da sua Conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento, realizado em Otawa, Canadá, no ano de 1986. (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 49)

A expressão é retomada, ainda na década de 80, com o Relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, documento encomendado pela Organização das Nações Unidas-ONU, também conhecido por Relatório *Brundtland*, sobrenome da sua então Presidente, a Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland, desta feita expressando, como conceito, que o: “*desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades.*” (CMMAD, 1988).

Para João Almino, a formula consagrada pelo Relatório traz em seu bojo dois conceitos chaves:

“... o conceito de ‘necessidade’, em particular as necessidades dos pobres do mundo, aos quais deve ser dada prioridade absoluta; e a idéia de limitações impostas pelo estado de tecnologia e organização sobre a capacidade para o meio ambiente de atender as necessidades do presente e do futuro. Nesta nova perspectiva do desenvolvimento, a dimensão ambiental está integrada ao planejamento econômico bem concebido. Trata-se, no fundo, de um conceito de desenvolvimento em que o longo prazo prevalece sobre o curto prazo.” (ALMINO, 1993, p. 66)

De acordo com a doutrina corrente, o desenvolvimento sustentável é constituído por, pelo menos, cinco dimensões: a social, que objetiva reduzir as desigualdades sociais; a econômica, que busca o aumento da riqueza social sem dependência externa; a ecológica, que objetiva melhorar a qualidade do meio ambiente e preservar as fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações; a espacial/geográfica, que

almeja evitar o excesso de aglomerações populacionais, e a cultural, que busca evitar conflitos culturais com potencial regressivo (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 51).

Muito embora Ignacy Sachs afirme que desenvolvimento sustentável nada mais é do que o ecodesenvolvimento renomeado (SACHS, 2004, p. 36), para Maimon, os dois conceitos têm distinções, sim; isto é, se diferem basicamente porque o ecodesenvolvimento tem como objetivo principal “*o atendimento às necessidades básicas da população através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente*”, enquanto que o desenvolvimento sustentável “*ênfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações*” (apud MONTIBELLER Fº, 2004, p. 52). De qualquer modo, parece ser indiscutível o fato de que este último abrange aquele outro.

1.1.2 - A economia ambiental e suas principais correntes

A questão da sustentabilidade não pode ser avaliada senão no plano das relações econômicas e sociais em que esteja inserida, melhor dizendo, senão no contexto do capitalismo, modo de produção que tem definido as relações da humanidade com a natureza historicamente sob o prisma da racionalidade econômica.

Segundo Ademar Ribeiro Romeiro, as sociedades feudais buscavam submeter a racionalidade econômica a um conjunto de restrições de ordem não econômica e/ou altruísta. Já as sociedades capitalistas modernas têm como meta precisamente a eliminação de qualquer restrição. Com o capitalismo, o uso dos recursos humanos e naturais passa a ser gerido quase que sem nenhum controle social. Segundo o autor, o lado positivo dessa postura foi a intensificação do dinamismo tecnológico. Todavia, o aspecto negativo foi o altíssimo nível de exploração do trabalho humano e da natureza (ROMEIRO, 2003, p. 14/15).

Ainda, de acordo com Romeiro, embora, é verdade, tem-se conseguido, ao longo da história, avanços sob o ponto de vista da inclusão de restrições e controle social sobre a gana capitalista, todavia, não há dúvida de que prepondera, ainda, a abordagem econômica convencional sobre o problema ambiental, o que faz com que não seja considerada, na gestão dos recursos naturais, a existência de limites absolutos à

expansão do sistema capitalista, resultando em que “*o risco de perdas irreversíveis não [seja] considerado relevante*” (ROMEIRO, 2004, p. 25).

No plano da economia do meio ambiente - aqui entendido como “*toda corrente de pensamento que se ocupa da inter-relação entre economia e meio ambiente no capitalismo*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p.26) - o debate a respeito da sustentabilidade, seu conceito e aplicação, se encontra dividido.

A ciência econômica hodierna tem, efetivamente, redirecionada suas preocupações para questões voltadas para o meio ambiente - o que vem se dando, sobretudo, em razão da chamada crise ambiental e do surgimento de uma consciência ambientalista. Para tanto, foi criado um ramo denominado economia ambiental. Com isso, desde a década de 90, as nações têm incluído em suas políticas econômicas certa concepção de sustentabilidade ambiental, um sentido que possibilite a convivência da economia com o meio ambiente.

De fato, a problemática ambiental não ficou sem ser considerada pelas teorias econômicas, o que veio a ocorrer especialmente a partir da década de 70 do século XX, em razão dos fortes efeitos da industrialização sobre o meio ambiente - exploração dos recursos naturais e poluição por ela gerada - que fez nascer uma consciência ambientalista na sociedade (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 81/82).

Foi assim que, no contexto da economia, destacaram-se três teorias consideradas as mais importantes correntes da economia ambiental que tratam a questão do meio ambiente relacionada, no capitalismo, ao desenvolvimento socioeconômico. Tais correntes são: economia ambiental neoclássica, economia ecológica e economia ambiental marxista (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 82-83).

A exposição, mesmo que sucinta, das referidas correntes se justifica em razão da sua relevância para a compreensão da idéia de desenvolvimento sustentável forjada no plano das relações capitalistas internacionais em que a visão econômica tende a sobrepor à ambiental.

1.1.2.1 - A economia ambiental neoclássica

A economia ambiental neoclássica, também conhecida como economia ambiental e dos recursos naturais, dominante, sobretudo na década de 80, “... *se baseia na valorização monetária dos bens e serviços ambientais...*” e tem como básico o conceito de externalidade, que significa “*falha produzida pelo funcionamento do mercado*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 85/86). Segundo Martinez Alier “*A palavra ‘externalidades’ se refere aqui aos impactos ambientais cujos valores não são captados pelos preços do mercado, permanecendo externos a eles*” (MARTINEZ ALIER, 1998, p. 166).

Até meados do século XX, esta corrente não considerava as externalidades de cunho ambiental (deprecação, poluição...), o que só veio a ocorrer a partir da consciência ambiental da sociedade, começada nos anos 60 daquele século, e que forçou as economias a mudarem de posição diante da ecologia. (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 86). Para esta corrente, nas funções de produção, apenas o capital e o trabalho eram considerados (ROMEIRO, 1999, p. 4).

Segundo Leff, a economia ambiental

“... procura incorporar as condições ambientais de sustentabilidade – os processos energéticos, ecológicos e culturais externos ao sistema econômico -, através de uma avaliação de custos e benefícios ambientais e sua tradução em valores econômicos e preços de mercado” (LEFF, 2006, p. 226).

Tal corrente parte do pressuposto de que toda externalidade pode ter um valor monetário (LEFF, 2006, p.87). Deste modo, para os neoclássicos, levar em consideração as externalidades ambientais implica constituir-se num “*mercado ecologicamente ampliado*” (LEFF, 2006, p. 88). Assim, a valorização dos produtos ambientais depende de métodos e técnicas, sendo estas baseadas no princípio da negociação, este que rege o mercado.

Martinez Alier argumenta que a “*economia ambiental e dos recursos naturais parte da suposição de que toda ‘externalidade’, toda contribuição de um recurso ou*

serviço ambiental não incluído no mercado, pode, entretanto, receber uma valoração monetária convincente” (MARTINEZ ALIER, 1998, p. 69).

Romeiro afirma que a economia ambiental não tem os recursos naturais como um limite absoluto à expansão da economia. Na verdade, para esta corrente, o sistema econômico tem os recursos naturais apenas como uma restrição relativa que é superada pelo progresso da ciência e da tecnologia, este que trata de substituir cada recurso esgotado (ROMEIRO, 2003, p. 7/8).

Foladori, por sua vez, pontifica que, de fato, a economia neoclássica, em sua gênese, não considerava, na sua análise econômica, tanto os recursos naturais, que são as bases materiais sobre as quais a economia se sustenta, como também os resíduos, ou seja, exatamente *“os dois pólos ‘externos’ ao processo econômico em que se manifestam os problemas ambientais de depredação e poluição”* (FOLADORI, 2001, p. 143).

Todavia, segundo Enrique Leff, a economia neoclássica foi levada *“a ajustar os ciclos econômicos, atribuindo preços de mercado à natureza, com a esperança de que as mercadorias poderão continuar de maneira continua em torno da esfera (perfeita) da ordem econômica”* (LEFF, 1998, p.43).

O enfrentamento das questões ambientais pela economia ambiental neoclássica se deu, primeiro, com a criação de instrumentos teóricos que possibilitasse que as externalidades negativas (depredação, poluição...) passassem a ser consideradas pelo Estado a partir da instituição de uma Taxa a ser paga pelos seus responsáveis, o que se daria através de instrumentos estatais de controle e planejamento do uso dos recursos naturais, e, segundo, com a idéia de que o Estado não participasse dos conflitos de cunho ecológico, deixando a solução para uma negociação direta entre poluente e afetado, ou seja, a solução estaria nas mãos mais direta do mercado (FOLADORI, 2001, p.144).

Com isso, o pensamento neoclássico busca a solução, diante da crise ambiental, incorporando à dinâmica do mercado exatamente aquilo que estava fora dele, no caso, as externalidades ecológicas, atribuindo, assim, através de políticas econômicas (seus

modelos e instrumentos), preço à contaminação do ar, aos genes de seres em extinção, à poluição dos cursos de água, à erosão do solo, etc. (FOLADORI, 2001, p. 142).

Tanto com uma solução, quanto com outra, impunha-se que os bens não considerados pelo mercado adquirissem preço, o que, segundo Foladori, implica em uma série de dificuldades - que o autor denomina de dificuldades de fundo, teóricas e técnicas, éticas e políticas - (FOLADORI, 2001, p. 145/149), conforme as seguintes razões:

Primeiro, porque, como os ritmos da biosfera não são os mesmos da economia, o preço da depredação não garante a sustentabilidade dos recursos naturais (dificuldades de fundo). Nesse sentido, Leff concorda que *“A valorização dos recursos naturais está sujeita à temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade, que não correspondem aos ciclos econômicos, e a processos sociais e culturais que não podem reduzir-se à esfera econômica”* (LEFF, 2006, p. 224).

Segundo, a dificuldade de se saber quais são efetivamente as externalidades e até onde levá-las (dificuldades teóricas e técnicas).

Terceiro, deve se considerar que o estabelecimento de preço não é natural do mercado, mas tecnocrático, assim como a outorga de preço para a exploração dos recursos naturais, embora seja estabelecido em nome das gerações futuras, estas são ausentes da negociação (dificuldades éticas).

Quarto, a fixação de preço será sempre arbitrária, nesse passo como saber a melhor ou pior decisão (dificuldades políticas).

Sobre esta corrente, Montibeller F^o, após analisar os seus métodos de valorização das externalidades ambientais e concluir pela impossibilidade de uma quantificação correta do valor econômico de um bem ambiental - seja porque, por princípio, a representação dos interesses dos outros é sempre precária; seja porque o avaliador não será capaz de captar todos os valores em questão, seja porque não há garantia de que tal avaliação tenha efetivamente um efeito prático, já que o mercado poderá negá-la (MONTIBELLER F^o, 2004, p. 107/110), - esboça a seguinte crítica:

“Portanto, ao tratar o tema ambiental com seu fundamentalismo de mercado (o mercado como o melhor orientador para todos os processos – o econômico; o ambiental) a economia neoclássica do meio ambiente não consegue atingir a sua pretensão teórica de, através da valoração monetária, internalizar as externalidades sociais e ambientais e com isto promover o desenvolvimento sustentável” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 111).

No mesmo passo Leff sustenta:

“A economia ambiental (a economia neoclássica dos recursos naturais e da contaminação) supõe que o sistema econômico pode internalizar os custos ecológicos e as preferências das gerações futuras, atribuindo direitos de propriedade e preço de mercado aos recursos naturais e serviços ambientais, de maneira que estes pudessem integrar-se às engrenagens dos mecanismos de mercado que se encarregariam de regular o equilíbrio ecológico e a equidade social” (LEFF, 2006, p. 223-224).

1.1.2.2 - A economia ecológica

Por sua vez, a economia ecológica (também denominada de ecoeconomia) que *“... se pauta na análise dos fluxos de energia de materiais... e da tese da impossibilidade de se valorar corretamente os bens e serviços ambientais”*, e se fundamenta em princípios e concepções da ecologia e da física, busca explicar o uso de materiais e energia em ecossistemas humanos sob o ponto de vista crítico relativamente aos *“mecanismos e preços de mercado e à valoração econômica da economia ambiental neoclássica.”* (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 126). Neste aspecto, a ecoeconomia entende que *“os preços de mercado devem, também, ser considerados nas análises – além do exame dos fluxos de energia e materiais – sendo, porém, submetidos à observação de que eles podem estar camuflando trocas ecologicamente desiguais”* (MONTIBELLER, 2004, p. 138).

Segundo Leff, a economia ecológica procura colocar um *“limite entrópico do processo econômico e a incomensurabilidade entre processos ecológicos e os mecanismos de valorização do mercado, procurando desenvolver um novo paradigma que integre processos econômicos, ecológicos, energéticos e populacionais”* (LEFF, 2006, p. 226).

Foladori, por seu turno, entende que:

“a ecoeconomia defende que a economia é um sistema aberto, inserido em um ecossistema (planeta Terra) fechado. Esse ecossistema Terra é aberto em energia solar e fechado em materiais. Daí a atividade econômica deve contemplar não somente os produtos dentro do ciclo econômico convencional [como faz a economia neoclássica] mas também o que constitui sua condição: os recursos naturais, assim como os detritos” (FOLADORI, 2004, p. 151-152).

Para a ecoeconomia, a alocação de recursos que não considere os fluxos energéticos, mas os preços de mercado (caso da economia neoclássica), tem como resultado a irracionalidade do ponto de vista ecológico. Nesse diapasão, a ecologia econômica entende que o sistema de preço de mercado, por não considerar a degradação ambiental, possibilita que haja uma troca ecologicamente desigual - quando o desgaste ambiental não é levado em conta pelo mercado (FOLADORI, 2004, p. 128).

Martinez Alier, um dos defensores desta corrente, pondera que

“... duvidamos da possibilidade de internalização convincente das externalidades, que defendamos a tese da incomensurabilidade dos elementos da economia e, portanto, que sustentemos que necessariamente a economia está imbricada na sociedade e na política, não significa que devamos ser contra, em um plano prático, aos impostos sobre o uso de energias não-renováveis ou aos mercados de licenças de contaminação por SO₂, como instrumento que levem a reduzir os impactos negativos da economia sobre a ecologia” (MARTINEZ ALIER, 1998, p.70).

Por esse prisma, os ecoeconomistas consideram que não há como se chegar a preços “ecologicamente corretos”, admitindo, porém, a possibilidade de se encontrar preços “ecologicamente corrigidos”. Situação permitida através da adoção de impostos ecológicos, por exemplo, fruto da força, acreditam, dos movimentos sociais que exercem o poder, através de pressão, de “... *obrigar o capital a internalizar ao menos parcelas das externalidades, melhorar as condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, eliminar os resíduos tóxicos, preservar florestas, e outras ações relativas ao meio ambiente*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p.133).

Montibeller Fº não se apresenta, a tal respeito, tão otimista assim. Segundo ele, os resultados práticos destas pressões sociais, todavia, “... *mostram que as políticas ambientais (...) indicam que o problema ecológico é tratado de forma residual ou como complemento secundário das políticas oficiais*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 134).

Foladori também vê uma série de dificuldades na concepção ecoeconômica. A primeira dificuldade, de ordem técnica, diz respeito a afirmativa, desta teoria, de que a produção humana tem limites físico-materiais. Segundo o autor, a questão não é de limites absolutos, mas de ritmos. A segunda dificuldade diz respeito à visão de limite do ser humano que a corrente em questão nutre. Foladori afirmar que o limite do ser humano é antes social que material. A terceira dificuldade, de ordem econômica, se apresenta em razão de que a ecoeconomia não respondeu se é possível uma produção econômica que contemple tanto os recursos renováveis como os não renováveis, e os detritos, no ambiente capitalista. A quarta dificuldade, de ordem política, diz respeito a posição desta corrente de que a administração dos recursos naturais deve basear-se em análise ‘racional’, ou seja tecnocrática de decisão econômica. Segundo o autor, tal posição despolariza a economia na medida em que deixa de apresentar uma interpretação a respeito das causas da crise ambiental numa sociedade capitalista (FOLADORI, 2004, p. 152-155).

Para o mesmo autor, os limites, tanto da economia neoclássica quanto da ecológica, se expressam diante da ausência, em suas análises, da crítica ao funcionamento do sistema capitalista (FOLADORI, 2001, p. 159), o que a corrente marxismo ecológico veio a fazer, conforme se verá a seguir.

1.1.2.3 - A economia ambiental marxista

A economia ambiental marxista se propõe a perceber, de forma dialética, a relação do capital com a natureza. Esta corrente tem uma vertente denominada ecomarxista, “*que elabora a tese da segunda contradição fundamental do capitalismo*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 191), e pretende dar conta da questão ambiental, a partir de releitura das categorias analíticas de Karl Marx, trazendo à tona o que denominam de segunda contradição fundamental do capitalismo (tese original de James O’Connor, apud MONTIBELLER Fº, 2004, p. 205).

A primeira contradição fundamental do capitalismo, segundo Marx, se apresenta pela condição de que o “*capitalismo necessita explorar as forças produtivas (trabalho, terra, segundo o nível tecnológico), mas fazendo-o as empobrece e as degrada, criando barreiras objetivas e subjetivas para a sua reprodução e sustentação*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 186). Aqui a contradição ocorre entre as forças de produção e as relações sociais de produção.

A segunda contradição, por seu turno, estaria, de acordo com essa corrente, expressada na idéia de antagonismo entre capitalismo e natureza, tendo aquele de subjugar esta ao capital, tudo em nome do desenvolvimento, o que significa: em favor do aumento de produção (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 186). Nessa condição, se apresentam, de um lado, as forças de produção e a relações sociais de produção e, de outro lado, as condições de produção, dentre as quais a natureza (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 190).

De acordo com os ecomarxistas, da forma que a apropriação da força do trabalho humano cria a mais-valia do trabalho, a apropriação da natureza não paga cria a mais-valia natural. Assim, partindo da idéia de que a obtenção do lucro no capitalismo se dá através do trabalho não pago, a fonte primária do lucro, que na relação de produção é o trabalho humano, tem o seu correspondente na relação do capital com a natureza, que é o “trabalho” da natureza (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 191).

Na relação capital/trabalho, considera-se custo social quando o capital usufrui sem nada pagar. No âmbito da relação capital/natureza o resultado chama-se custo ecológico (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 193). Desta forma, as fontes primárias do lucro, na relação capital/trabalho, chamam-se mais-valia do trabalho, e na relação capital/natureza chama-se mais-valia natural. A condição geral para se obter a mais-valia natural seria o capital apropriar-se livremente dos recursos naturais sem nada pagar. Tal apropriação pode ser maior ou menor (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 193).

Será menor quando o pagamento feito for subavaliado, ou seja, embora pago, o preço não contém o total de “trabalho” da natureza. A parte excedente de trabalho que não é pago chama-se mais-valia natural. De outro lado, será maior a apropriação quando

o capital nada paga pelos serviços e bens ambientais, o que se denomina de trocas ecologicamente desiguais (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 193-194).

Para James O'Connor: “*A causa básica da segunda contradição é a apropriação autodestrutiva por parte do capitalismo (...) do espaço e da natureza exterior, ou seja, do meio ambiente*” (apud MONTIBELLER Fº, 2004, p. 196).

O capital barateia seus custos também quando se apossa dos recursos naturais que não são considerados mercadorias. Todavia, “*Quando se generaliza a propriedade privada sobre eles, são convertidos em mercadorias e, então, o capitalista provoca o aumento de seus preços*” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 197).

A segunda contradição fundamental do capitalismo gera uma crise de custos para o capital em geral, na medida em que os capitalistas individuais, por não assumirem o ônus da preservação ambiental objetivando aumentar os seus lucros, geram um aumento de gastos para outros capitalistas que precisam dos recursos naturais em boas condições de uso (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 197).

Mesmo efeito acontece quando o capitalista individual assume o custo ambiental, na forma de preço ecológico (ecopreço, que “*significa a absorção pelo mercado dos custos de preservação ambiental*”), o que, no conceito da economia neoclássica, seria quando internaliza a externalidade. Isto ocorre porque se opera tão-somente uma redução do lucro, face o aumento do custo decorrente dos gastos com a preservação ambiental, de modo que a produção continua sendo lucrativa (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 197).

Na hipótese do ecopreço rebaixar mais ainda o lucro, “*capitais seriam eliminados, reduzindo o montante de empregos; e os capitais remanescentes reduziriam os salários. Assim a força do trabalho resulta mais explorada e o futuro empobrecido pela extração e degradação de recursos limitados*” (SKIRBEKK, apud MONTIBELLER Fº, 2004, p. 198).

Como visto, a segunda contradição do capitalismo se expressa na inter-relação entre capitalismo e natureza, sendo esta entendida como uma das condições de produção

daquele, cujos níveis de lucro, maior ou menor, dependem da forma (livre ou não) de utilização do ambiente natural pelo capitalismo. Para Montibeller Fº, num prazo secular o resultado será *“a apropriação autodestutiva do meio ambiente por parte das atividades produtivas, levando tendencialmente ao bloqueio à acumulação do capital baseada na exploração da natureza”* (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 206).

Junto às teorias econômicas hegemônicas que tentam explicar/justificar uma convivência “pacífica” entre a economia e o meio ambiente no capitalismo, foi se gestando um discurso que busca justificar, especialmente no campo das relações internacionais, precisamente na esfera das Organizações das Nações Unidas, a idéia de que há um novo desenvolvimento que se opera na contramão do histórico desenvolvimento econômico, isto é, que tem como meta fundamental possibilitar um mundo, antes que econômico, ambientalmente sustentável para o presente e para o futuro.

Na parte seguinte, será exposto a forma pela qual referido discurso tem sido gestado historicamente, assim como as críticas a que tem sido objeto.

1.2 – O Discurso do Desenvolvimento Sustentável

1.2.1. – A construção e difusão dos discursos: Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável

Afigura-se indiscutível que o mundo em que vivemos, essencialmente da linguagem e da comunicação, é o mundo dos sentidos construídos em que os discursos, como mecanismos de poder (FOUCAULT, 2002), se apresentam como peças essenciais na construção das realidades - quando *“a linguagem assume o poder de comandar ações”* (MELLO, 2006, p. 34) – estas enquanto maneira de ler, pensar e representar o mundo (MACHADO, 2006).

De fato, na concepção de Foucault, *“todo discurso expressa uma vontade de poder que aspira e luta para ser reconhecido como ‘a verdade’ sobre um determinado campo em um certo contexto histórico”* (apud LIMA, 2003, p. 101).

De acordo com Guimarães,

“O processo de elaboração de conceitos, de visões de mundo e de situações específicas, que chamaremos aqui de ‘ideologias’ se desenvolve em diversos níveis e se utiliza de distintos instrumentos. Sua validade, sua utilidade para a preservação e a perpetuação das estruturas hegemônicas de poder depende de serem tais ‘ideologias’ percebidas como neutras, desinteressadas ou, melhor ainda, de interesse geral, imparciais, verídicas e verossímeis. Muitas dessas ideologias, justamente por não terem tais características, são contraditas pela realidade. Sempre que isso ocorre, são substituídas por outras ideologias que as desmentem, ridicularizam e se apresentam como novas e agora, sim, ‘verdadeiras’ (GUIMARÃES, 2007, p. 40).

Ainda, conforme Guimarães, é necessário que a elaboração conceitual e o foco central de propagação dessas ideologias se localize acima dos governos e dos estados nacionais. “*Seu locus ideal se encontra, portanto, nos quadros técnicos das organizações internacionais de âmbito mundial, supostamente imparciais e independentes em relação àqueles governos e estados*”, que são, invariavelmente, aquelas tão conhecidas organizações, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Fundo Monetário Internacional-FMI, Organização Mundial do Comércio-OMC, entre outros, que irão cumprir uma função estratégica “*no processo de elaboração de ideologias e sugestões de políticas a serem seguidas pelos governos dos estados periféricos...*” (GUIMARÃES, 2007, p. 40).

Calcado nas idéias de discurso e ideologia acima expressadas, a trajetória que se inicia tem como objetivo procurar compreender a dinâmica das relações discursivas a partir dos sentidos construídos em torno do discurso do desenvolvimento e os modos pelos quais foi (e ainda é), tal discurso, forjado (nas conferências e documentos da Organização das Nações Unidas-ONU e pelas outras organizações internacionais), este como concepção ocidental da realidade (SACHS, 2000, p. 12), e sua transfiguração em sustentabilidade, difundido no mundo moderno das relações internacionais e a partir dele.

O que, de fato, significa, no percurso das relações internacionais, o discurso do desenvolvimento numa sociedade capitalista? Por que razão tal discurso perdeu força

para o discurso do desenvolvimento sustentável e o que este, efetivamente, representa como substituto daquele, agora num contexto de capitalismo neoliberal globalizado? São questões a se buscar, aqui, perseguir, sempre perquirindo os significados dentro do contexto circular dos discursos nas relações de poder.

É fato que, por muito tempo, a palavra *desenvolvimento*, como substantivo, sempre foi empregado vinculado ao adjetivo *econômico*, constituindo-se, enquanto tal, além de uma expressão, idéia-força, uma espécie de paradigma da racionalidade moderna.

Todavia, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, um novo adjetivo, tão forte quanto o *econômico*, tem se apresentado, pelas mesmas e outras novas razões, como seu substituto histórico: tal adjetivo é o *sustentável*.

A rigor, essa nova cara do desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, tem sido apresentada como o novo paradigma do progresso (CAVALCANTI, 2003, p. 154) o qual integra o conjunto de diferentes versões inscritas na ideologia desenvolvimentista, esta que vem sustentando, desde a pós-Segunda Guerra Mundial, a *Pax americana* (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Pretende-se apresentar o percurso dessa suposta transição de significado (LAYRARGUES, 1998, p. 213) que vai muito além da semântica, e, por isto, tem criado a polêmica idéia de que, a despeito do capitalismo, a expressão novíça se constitui, para alguns, numa nova forma de ver e tratar o processo civilizatório da humanidade no século XXI, sob o ponto de vista das preocupações econômica e ecológica (FURTADO, 2000). Com tal intuito, o presente trabalho terá também como esforço procurar compreender as idéias de desenvolvimento e, em seguida, da sustentabilidade como discursos ideológicos, sempre procurando afastar, de algum modo, o véu discursivo que os encobre. Para tanto, será apresentado um inventário de críticas a respeito do referido discurso, de modo a revelar, segundo aponta, os seus outros (reais) intentos e a sua impossibilidade como realização do que se propõe como promessa.

É comum os dicionários conceberem o significado do verbete *desenvolvimento* sempre o relacionando, em sinonímia, com *crescimento*, *adiantamento*, *aumento*, *progresso*, entre outros (HOUAISS, 1997; HOLANDA, 1999; MICHAELIS, 2002).

Ignacy Sachs afirma que, de fato,

“O desenvolvimento aparece assim como um conceito pluridimensional, evidenciado pelo uso abusivo de uma série de adjetivos que o acompanham: econômico, social, político, cultural, durável, viável e, finalmente, humano, e não citei todos” (SACHS, 2007, p. 266).

Segundo Gustavo Esteva, “*O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa*”, seja pela sua influência à maneira de pensar e se comportar dos humanos, seja, de outro lado, pela sua ineficácia em dar, efetivamente, “*substância e significado ao pensamento e ao comportamento*” (ESTEVA, 2000, p. 61).

Vilma de Fátima Machado tem que:

“Em torno da palavra foi, então, constituindo-se um núcleo de sentidos correlatos: crescimento, progresso, evolução, melhora, etc. Esse núcleo tem condicionado todas as tentativas de redefini-lo. Independente do contexto e do esforço empreendido – seja agregando-lhe um qualificativo, ou tecendo explicações e definindo seus limites –, a expressão não escapa da idéia de “caminho percorrido”: do pior para o melhor, do simples para o complexo, do pouco para o muito, do inferior para o superior. Ela está sempre remetendo para uma escala evolutiva, para uma idéia de progresso” (MACHADO, 2006, p. 03).

Têm-se usado, segundo Celso Furtado, dois sentidos distintos para desenvolvimento. Num primeiro, prevalece a idéia de evolução de um sistema social de produção, quando este se torna eficaz em razão da acumulação e do progresso tecnológico. Num segundo, há uma relação com o grau de satisfação das necessidades humanas. Ainda de acordo com Furtado, além dessas duas dimensões, o conceito de desenvolvimento carrega uma terceira dimensão só perceptível graças ao discurso ideológico: “*a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos*” (FURTADO, 2000, p. 21/22).

Neste aspecto, assegura Furtado que:

“A concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica” (FURTADO, 2000, p. 22).

James O'Connor entende que, no que diz respeito ao chamado desenvolvimento sustentável (o que não difere do discurso relativo ao desenvolvimento, no sentido *lato sensu*), é uma “*questão ideológica e política, antes que um problema ecológico e econômico*” (O'CONNOR, 2003, p. 28).

Machado afirma que, para compreender tal concepção como formação discursiva ideológica, há que se analisar “*as formas de conhecimento através das quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula as suas práticas e as formas de subjetividade que se buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas* (FOUCAULT, 2002)” (MACHADO, 2005).

Marcionila Fernandes também é do entendimento de que a “*busca do que realmente é ‘novo’ nessa proposta de desenvolvimento implica conduzir o debate levando em conta as matrizes teóricas, e as variáveis políticas e ideológicas nelas envolvidas*” (FERNANDES, 2006, p. 133).

Michael R. Redclif compreende que, de fato, o poder do conceito “*parece está mais nos discursos que o cercam do que em qualquer valor heurístico ou substantivo partilhado que ele possa ter*”. O que se impõe, também segundo este autor, “*examinar esses discursos mais detalhadamente*” (REDCLIF, 2006, p. 245).

Por este prisma, Machado, analisando o sentido histórico do desenvolvimento, no contexto do capitalismo, informa que essa “*idéia de desenvolvimento é inerente à racionalidade ocidental moderna e em torno dela se constituíram os elementos de uma Formação Discursiva no sentido proposto por Foucault (2002)*” (MACHADO, 2006).

De fato, tem-se que o fundamento ideológico contido no discurso desenvolvimentista se ancora na concepção de modernidade. Em outras palavras, a idéia de desenvolvimento é inerente à racionalidade ocidental moderna tão fundamental para a operacionalização do capitalismo industrial, cumprindo, assim, papel importante na colonização do mundo (MACHADO, 2006).

A modernidade, filha do renascimento e do iluminismo do séc. XVIII, surgiu opondo à ordem divina o governo dos homens, isto é, a racionalidade expressada pela ciência passa a substituir a palavra de Deus. E assim, o fundamento religioso perde espaço para o social. É quando o homem torna-se ser sujeito da história para transformar o mundo e a si próprio. A modernidade foi, nesse contexto, edificada pelos pilares-princípios da liberdade, igualdade, fraternidade e propriedade, com os quais fez surgir a sociedade moderna, burguesa e liberal. A democracia se apresentou como elemento que pôs aqueles princípios em ação *“permitindo que a sociedade e o estado coincidissem nas suas ações e percorresse juntos a rota do progresso e do desenvolvimento econômico”* (MACHADO, 2005, p. 34).

Teotônio dos Santos, analisando as finalidades das construções teóricas do pensamento desenvolvimentista, afirma que estas visavam:

“... elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas, etc.” [de modo que] “A questão do desenvolvimento passou a ser, assim, um modelo ideal de ações econômicas sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se descem as condições ideais à sua ‘decolagem’” (SANTOS, 2000, p.17).

Isso tudo porque a modernidade deveria ser apreendida como um fenômeno universal, um estágio a ser alcançado por todos os povos, tendo em vista que representava o pleno desenvolvimento da sociedade democrática, seja ela liberal – EUA - ou socialista - URSS (SANTOS, 2000, p. 13/12).

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves, não há outra idéia que sintetize melhor que o desenvolvimento o projeto de civilização que a Europa acreditou universalizar-se (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62). Com isso, aponta o autor que

“A idéia de desenvolvimento está associada à modernidade – ser moderno é ser desenvolvido, é estar em desenvolvimento – e, também aqui, se olvida de que a modernidade é incompreensível sem a colonialidade. Por isso, modernizar-se é, sempre, expandir uma determinada idéia de progresso e, com ela, de colonização dos povos e regiões que são diferentes” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 65).

Arturo Escobar afirma que o discurso do desenvolvimento, no pós Segunda Guerra, foi produzido sob condições de desigualdade de poder a partir da qual e das categorias do pensamento social europeu “*opera a colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento*” (apud LANDER, 2005, p. 41), isto é, segundo o autor:

“Foi promovido um tipo de desenvolvimento que correspondia às idéias e experiências do Ocidente próspero, o que os países ocidentais consideravam que era o curso da evolução e do progresso [...] ao conceitualizar o progresso nestes termos, a estratégia do desenvolvimento transformou-se num poderoso instrumento para a normalização do mundo (Escobar, 1995: 26)” (ESCOBAR, apud LANDER, 2005, p. 42).

Frente a tal projeto, a ciência e a tecnologia passam a exercer o papel de direcionamento e sentido do desenvolvimento; o conhecimento dos especialistas forjados na tradição ocidental é o que é considerado para as finalidades desse desenvolvimento, enquanto que os conhecimentos tradicionais (dos pobres, dos camponeses) são tidos como não importantes e obstáculos “*à tarefa transformadora do desenvolvimento*” (LANDER, 2005, p. 42).

Ribeiro concebe o desenvolvimento, enquanto “*ideologia/utopia central do mundo moderno, [como] herdeira inquestionável da idéia de progresso*” (RIBEIRO, 2000, p. 133).

De acordo com Celso Furtado,

“*A visão otimista do futuro, instilada pela ideologia do progresso, preparava os grupos que se sentiam ameaçados em seus privilégios para assimilar iniciativas antecipadoras e acenava para os desprivilegiados com a miragem da ascensão social*” (FURTADO, 1978, p. 78).

Essa relação entre progresso e desenvolvimento tem raiz, a partir do século XVIII, em três correntes de pensamento europeu: no iluminismo, que vê a história como uma marcha progressiva para o racional; na idéia de acumulação de riqueza, e na idéia de que a influência européia significa acesso, pelos demais povos do planeta, a uma forma superior de civilização (FURTADO, 2000, p. 9).

A propósito, Gilberto Dupas, dissertando sobre a evolução do conceito de progresso, ensina que as categorias *evolução*, *desenvolvimento* e *progresso* passaram a ter o mesmo sentido a partir do momento em que a ciência foi dissociada de Deus. A consolidação da idéia contemporânea de progresso se deu graças à revolução provocada por Charles Darwin, com a sua obra, *A origem das espécies*, de 1859. Desde então, até a Segunda Guerra Mundial (quando se começou a duvidar de suas promessas), a idéia de progresso era sempre suposto como axioma (DUPAS, 2006).

Enquanto progresso significava (e significa) para o capitalismo crescimento econômico e avanço tecnológico e científico, para o socialismo real queria dizer o caminho para uma sociedade sem classes.

Segundo Dupas, foi Walter Benjamin um dos que melhor desconstruiu o discurso do progresso. Para ele, a humanidade não caminha em direção a um tempo infinitamente vazio, mas se constitui como um processo de realização. Benjamin não via os problemas tecno-científicos como questão mais importante para a sociedade, mas as questões metafísicas propostas pelos filósofos e as ameaças do progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo. Benjamin estava certo de que o progresso da humanidade estava na dimensão moral, social e política que são irredutíveis ao avanço científico e tecnológico (DUPAS, 2006).

Dupas chama atenção ainda para o fato de que a psicanálise também se prestou a refletir sobre a idéia de progresso. Para ele, embora Freud reconhecesse que a humanidade vinha sofrendo certo avanço contínuo, observava, todavia, que o mesmo não ocorria em relação ao trato dos assuntos humanos. Na mesma trilha, Herbet Marcuse indagava (com todas as razões para uma resposta negativa) se o chamado progresso técnico (que gerou no capitalismo riqueza com acúmulo de bens) contribuía,

na mesma dimensão, para o aperfeiçoamento humano, para sua liberdade e felicidade. Respondendo, num presente mais que perfeito, Dupas afirma que

“Aprendemos nas décadas finais do século XX que o progresso técnico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano, que a riqueza gerada não é repartida de modo que minimize a exclusão, as diferenças de renda e de capacidades” (DUPAS, 2006).

Para Machado, desenvolvimento como progresso é inerente ao pensamento ocidental moderno que se apresenta, na sua gênese, como único caminho para a emancipação social, se constituindo, em verdade, no eixo da aliança entre o capitalismo e a modernidade (MACHADO, 2005, p. 33).

Porto-Gonçalves tem que a idéia moderna de progresso, este como sinônimo de desenvolvimento, significa nada mais nada menos que dominação da natureza, isto é, dominação da natureza do mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 61).

Nesse passo, João Almino também entende que a “*noção de progresso serviu à construção de uma ética de apropriação, exploração e controle da natureza*” (ALMINO, 2006, p. 35).

Tal idéia de desenvolvimento está assentada, em grande parte, na crença da capacidade da ciência como geradora de aparatos tecnológicos, produtora de sistemas de organização mais eficientes e do progresso constante da qualidade de vida das sociedades.

Referido conjunto de sentidos tornou-se “*elemento central no funcionamento da lógica de operação do capitalismo industrial, passando, no interior do processo de expansão deste, a colonizar o mundo*” (MACHADO, 2006), especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, oportunidade em que se apresentou como um projeto geopolítico, de escala global, capitaneado pelo bloco capitalista sob a hegemonia dos EUA, pelo que se reafirmavam os valores e os interesses das sociedades capitalistas

com vistas à sua expansão, sobretudo nos países do terceiro mundo, em razão da Guerra Fria, em detrimento das idéias difundidas pelo bloco socialista.

De fato, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o mundo ficou dividido: de um lado a hegemonia americana e de outro a liderança russa. Ambas objetivavam manter e ampliar áreas de influência econômica, política e cultural. Os EUA tinham como estratégia geopolítica conter o comunismo e, ao mesmo tempo, ampliar a reprodução do capital (MACHADO, 2005, p.63).

Foi assim que a política externa americana elegeu, como um de seus pilares, os programas de cooperação e assistência técnica direcionadas às nações então consideradas subdesenvolvidas. Surgia, assim, o desenvolvimento como valor absoluto e universal, “*em busca do quais todos os países deveriam direcionar seus esforços*”, conforme os pressupostos embasadores que ali se afirmavam pelos americanos: fé no progresso, no avanço científico e tecnológico e a crença na neutralidade da técnica (MACHADO, 2005, p.64).

Vê-se, assim, o poder colonizador da idéia de desenvolvimento reafirmando os valores e interesses das sociedades capitalistas industrializadas e “*garantindo não só a sua reprodução, como também sua contínua expansão*” (MACHADO, 2006).

Com isso, o desenvolvimento passou a funcionar como prática discursiva – com conceitos, teorias e práticas – “*como maneira de estabelecer relações entre múltiplos aspectos da realidade social*” a serviço da lógica de acumulação capitalista (MACHADO, 2005, p.65).

Para Machado, “*o conjunto desses dispositivos colocados a serviço da salvaguarda dos valores culturais do ocidente capitalista a partir das disputas de hegemonia travadas na esfera internacional é que forma o núcleo do discurso do desenvolvimento*” (MACHADO, 2006).

Na prática, tal se dava através de investimentos econômicos, científicos e tecnológicos com vistas - essa era a promessa - a reorientar a trajetória dos países

subdesenvolvidos no sentido de aprumá-los no caminho do desenvolvimento. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento passou a funcionar como instrumento de mediação das relações de poder e dominação, verdadeiro mecanismo de hierarquização e domínio cultural que teve as Nações Unidas e suas agências como um dos seus mais relevantes espaços de produção e difusão de suas estratégias discursivas das nações industrializadas para aquelas economias consideradas primárias (MACHADO, 2006).

Destarte, continua a autora, justifica-se o conceito de subdesenvolvimento como *“eixo e pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do ‘atraso’ e da ‘pobreza’ dos Países do Terceiro Mundo – políticas essas orientadas pelo discurso do desenvolvimento”* (MACHADO, 2005).

Gustavo Esteva aponta que um dos primeiros a usar a palavra subdesenvolvimento foi o Presidente dos EUA Harry S. Truman, em discurso, de 20 de janeiro de 1949, em que anunciou um plano para o crescimento econômico e a prosperidade do mundo inteiro, oportunidade em que o mundo passou a ser dividido entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (ESTEVA, 2000, p. 60).

De fato, assim decretou Truman:

“Devemos iniciar um programa novo e ousado que torne os benefícios de nosso progresso científico e industrial disponíveis para o aprimoramento e o crescimento das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucros estrangeiros – não tem lugar em nossos planos... Um aumento na produção é a chave para prosperidade e para a paz. E a chave para o aumento da produção é uma utilização mais ampla e mais vigorosa da ciência moderna e do conhecimento técnico” (apud ULLRICH, 2000, p. 339).

Deste modo, o sentido de desenvolvimento passou a ter um novo significado nas relações internacionais: a hegemonia dos EUA (apud SACHS, 2000, p. 60).

É a partir daí que, segundo Theotônio dos Santos, surge

“... uma vasta literatura dedicada à análise desses temas sob o título geral de ‘teoria do desenvolvimento’. A característica principal dessa literatura era a concepção de desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da máxima produtividade, a geração de poupança e a criação de

investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional” (SANTOS, 2000, p.15/16).

Machado aponta a importância dos organismos internacionais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional-FMI, no papel, já naquele começo, de suporte estrutural “à configuração do desenvolvimento como formação discursiva” (MACHADO, 2005, p. 67).

Nesse passo, afirma a autora,

“As Nações Unidas desempenharam um papel extremamente importante, tanto na difusão das estratégias discursivas (FOUCAULT, 2002), sob as quais se solidificou o discurso do desenvolvimento” (MACHADO, 2005, p. 81).

Também Porto-Gonçalves tem os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial-BIRD e depois o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, como preponderantes na difusão dessa concepção de desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006, 34).

Essa institucionalização permitiu que o caráter político do discurso do desenvolvimento ganhasse ares de neutralidade, visto que deslocado para a alçada, não só das instituições multilaterais, mas, sobretudo, dos técnicos e especialistas (os profissionais do desenvolvimento), campos esses aparentemente neutros do discurso científico e tecnológico (MACHADO, 2005, p. 82).

Neste aspecto, Ivan Illich afirma que o “*Desenvolvimento é a palavra para uma promessa – para uma garantia de que o reino da necessidade será vencido graças aos novos poderes da ciência, da tecnologia e da política*” (ILLICH, 2000, p. 158).

Foi assim que teve início a preparação do “*caminho para que o desenvolvimento passasse a funcionar como aspecto central de uma estratégia política de controle e dominação, que marcou profundamente a trajetória das economias periféricas*” (MACHADO, 2005, p. 68).

De acordo com Celso Furtado, “*a idéia de desenvolvimento como performance internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação*” (FURTADO, 1978, p. 78).

A propósito, Ribeiro aponta que a noção de desenvolvimento cumpriu papel de ideologia/utopia no contexto do processo de integração mundial, o que fez, seja, de um lado, “*dando sentido às posições desiguais dentro do sistema – sem requerer à dominação aberta como nos tempos coloniais*”, seja, de outro lado, provendo “*uma explicação pela qual os povos situados em níveis mais baixos pudessem ‘entender’ e acreditar que existia uma saída para a situação de atraso*” (RIBEIRO, 2000, 141).

A tal respeito, conclui o autor:

“Não é por acaso que a terminologia de desenvolvimento comumente envolva o uso de metáforas que se referem a espaços ou ordem de maneira hierárquica, desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, etc. Essa hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-nações que lideram a “corrida” para um futuro melhor” (RIBEIRO, 2000, p. 141).

Ainda o mesmo autor pontua que a expressão desenvolvimento tem também um outro papel fundamental como discurso ideológico/utópico, qual seja: “*desenvolvimento como noção universalmente desejada provê um rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global*” (RIBEIRO, 2000, P. 141).

Wolfgang Sachs concorda que esse ideário do desenvolvimento é também fruto da missão dos Estados Unidos, no período pós-Segunda Guerra Mundial, e com o colapso dos poderes coloniais europeus, de dar dimensão global a si como um modelo a ser seguido (SACHS, 2000, p. 11), de modo a consolidar a sua hegemonia e torná-la permanente (ESTEVA, 2000, p. 59).

Destarte, se apresentando como modelos de sociedades ideais, as sociedades européias e norte-americanas passaram a ser parâmetros universais para a medição do atraso ou avanço das outras nações. Na verdade, foi o padrão americano de

desenvolvimento quem foi erigido como modelo universal ao qual a humanidade deveria ascender a todo custo (MACHADO, 2005, p. 79).

Machado aponta a “descoberta da pobreza” (MACHADO, 2005, p. 73) como um dos elementos de catalisação do discurso do desenvolvimento:

“Em torno da questão da pobreza foram se constituindo práticas discursivas que organizavam a realidade às quais se referiam, dando origem, não só a um campo de problemas, mas também à produção de saberes que iam aos poucos estabelecendo um determinado regime de verdade (FOUCAULT, 2002, 2003), erigido em torno da idéia de que a solução para a questão passava necessariamente pelo desenvolvimento econômico” (MACHADO, 2005, p. 75).

Arturo Escobar, frente ao fato de que tal concepção de desenvolvimento, usando o critério estritamente quantitativo, tenha descoberto a “pobreza massiva” existente na Ásia, África e América Latina, no caso (“*mais uma anomalia própria do Terceiro Mundo que teria que reformar*”) - aponta que:

“Por trás da preocupação humanitária e a perspectiva positiva de nova estratégia, novas formas de poder e de controle, mais sutis e refinadas, foram postas em operação. A habilidade dos pobres para definir e assumir suas próprias vidas foi erodida num grau inédito. Os pobres transformaram-se em alvo de práticas mais sofisticadas, de uma variedade de programas que pareciam inescapáveis. Originado das novas instituições de poder dos Estados Unidos e da Europa, dos novos órgãos de planejamento das capitais do mundo subdesenvolvido, este era o tipo de desenvolvimento que era ativamente promovido, e que em poucos anos estendeu seu alcance a todos os aspectos da sociedade” (ESCOBAR apud LANDER, 2005, p. 43).

Outro elemento igualmente catalisador da idéia de desenvolvimento, segundo Machado, se assentava na busca pelo progresso econômico, o qual seria responsável, segundo a Carta das Nações Unidas, pela manutenção da segurança, da paz e da prosperidade mundial (conforme se pode ver no seu Preâmbulo), portanto tudo em nome dos interesses universais, superiores a todos os demais, e neutros, tudo em nome da humanidade.

Com isto, foi declarada guerra contra aquilo que não fosse desenvolvimento – o subdesenvolvimento. Foi assim que os EUA se firmaram como agentes centrais na

estratégia de ampliação da área de influência e domínio capitalista, valendo-se, para tanto, do paradigma da ajuda econômica e da assistência e cooperação técnicas.

Arturo Escobar, analisando o relatório produzido pelo Banco Mundial em razão da visita de seus técnicos, em 1949, à Colômbia, com fins de estabelecimento de um programa de desenvolvimento, elenca os dois mais importantes elementos considerados, na época, para fins de cooperação para o desenvolvimento: a condição de pobreza do País e o crescimento econômico como única medida de superação daquela condição (ESCOBAR apud MACHADO, 2005, p. 85).

Todavia, com o tempo foi se percebendo que o crescimento econômico por si só era insuficiente para garantir o desenvolvimento, junto com a diminuição da pobreza, que tanto pregava o discurso desenvolvimentista. As pesquisas apontavam insucesso das receitas até ali provadas e os críticos (de dentro do sistema das Nações Unidas e das academias) reclamavam a inclusão de outros objetivos a serem alicerçados ao econômico e para além dele: o social, o político, o cultural, o ecológico...

Tal impossibilidade juntamente com a crise do projeto sócio-cultural da modernidade e a emergência da questão ambiental irão produzir uma cisão no discurso do desenvolvimento até então, historicamente, predominante (MACHADO, 2005).

É que o projeto sócio-cultural da modernidade, em que predominava o uso da razão como meio de construção de um novo mundo em que os princípios do pensamento racional transformaram-se em objetivos sociais e políticos (MACHADO, 2005, p. 34), se encontrava centrado

“... na produção de instrumentos e mecanismos racionais de apropriação e transformação da natureza – sobretudo pela sua conversão em mercadorias – para alimentar a produção e a reprodução de sociedades insatisfeitas”.(MACHADO, 2005, p. 199)

Essa insatisfação se devia ao não cumprimento da promessa que o discurso do desenvolvimento econômico (um dos dispositivos de persuasão) havia firmado no sentido da satisfação das necessidades através, sobretudo, do progresso tecnológico.

João Almino, a respeito do desenvolvimento provado pelos países do Terceiro Mundo, desenvolve o seguinte raciocínio:

“Se o que se praticou levou a uma prosperidade ilusória e até criou pobreza; se existem custos que não se conhecia mas são reais e devem ser pagos; se, enfim, o que havia era apenas impressão, por uma visão distorcida de curto prazo, de desenvolvimento, então o que se praticou não foi desenvolvimento” (ALMINO, 2006, p. 46).

Algo haveria que ser feito, alguma reação haveria que ser realizada frente a tal contexto: ou um novo desenvolvimento ou um desenvolvimento verdadeiro ou uma nova roupagem do não desenvolvimento...

É com a Conferência Sobre Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972, e a publicação, um ano antes, do Informe do Clube de Roma, *Os Limites do Crescimento*, que a Organização das Nações Unidas-ONU é desafiada a tratar os problemas mundiais (alimentação, população, meio ambiente, trabalho...) de forma integrada a uma política de desenvolvimento, os quais, até então, eram tratados de maneira isolada pelas suas agências específicas.

Na ocasião, os países apontados como desenvolvidos formulavam a questão ambiental como necessidade de aprimoramento dos recursos tecnológicos e diminuição da poluição. Os países cunhados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, por sua vez, desejando um desenvolvimento integral, reclamavam, como mais uma dimensão a ser considerada, os elevados níveis de pobreza material (o aspecto social, enfim).

Araújo, reafirmando os propósitos dos países considerados subdesenvolvidos e em fase de desenvolvimento, reproduz o testemunho do embaixador brasileiro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva que nos dá conta de que

“... à época, a idéia da realização de uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente não teve uma repercussão positiva entre os países em desenvolvimento, ao contrário, no caso de alguns, a reação foi francamente antagônica, como ocorreu com o Brasil. [...] O fator mais importante era que as questões ambientalistas tinham importância secundária para os países em desenvolvimento, onde os grandes desafios eram a pobreza e suas seqüelas, ou seja, a fome, a falta de moradia, de roupa, educação, escolas, etc. Para eles, os direitos políticos e civis pouco importavam em relação aos direitos econômicos e sociais” (apud ARAÚJO, 2006, p. 71).

É certo que a problemática ambiental deu ênfase ao campo de disputas, no contexto das relações internacionais, o qual colocava frente a frente os defensores do desenvolvimento econômico sem limites e aqueles que defendiam a imposição de um limite a tal desenvolvimento, limite que seria de natureza ambiental.

Machado indica que é

“A partir dos embates entre essas duas perspectivas distintas – a ambientalista e a desenvolvimentista – é que foi lapidado o núcleo a partir do qual se formulou a Questão Ambiental – convertida, posteriormente, em eixo do discurso do desenvolvimento sustentável” (MACHADO, 2005).

Nesse passo, a nova estratégia discursiva do desenvolvimento será acrescida do adjetivo *sustentável*, termo pelo qual estavam postas as condições para a formulação do Discurso do Desenvolvimento Sustentável (MACHADO, 2005, p. 201).

Com a Conferência de Estocolmo/72, os denominados Países do Terceiro Mundo, supostamente sem descurar de seus problemas ambientais, defendem, como já apontado anteriormente, que só haverá desenvolvimento se este centrar-se na problemática social, a pobreza especificamente. Tal posição desloca o foco da discussão – desenvolvimentismo x ambientalismo – possibilitando fossem reafirmadas as políticas desenvolvimentistas, ou melhor, a expansão e acumulação do capitalismo (já que os pobres não as questionavam, pelo contrário, reclamavam dela participar, na forma de crescimento econômico), reafirmando, assim, a lógica da expansão do industrialismo.

De fato, em tal ambiente, os chamados países pobres colocam suas demandas sociais acima das ambientais, enquanto que os países ricos davam total ênfase à manutenção de seus níveis de crescimento e padrões de consumo (LIMA, 2003, p. 104).

No dizer de Welber Barral e Gustavo Assed Ferreira, em tal contexto:

“Os estados emergentes e menos desenvolvidos temiam que o tema da preservação ambiental se prestasse a afastá-los ainda mais do processo de efetiva industrialização de suas economias e,

consequentemente, inviabilizasse suas opções de direito ao desenvolvimento. Em outras palavras, o norte desenvolvido clamava por proteção ambiental, enquanto o sul pedia acesso ao desenvolvimento” (BARRAL e FERREIRA, 2006, p. 26).

É nesse passo que a questão ambiental passa a ser, depois da Conferência de Estocolmo/72, uma questão secundária, posto que perde terreno para a relação (de interesse do Terceiro Mundo e dos desenvolvimentistas) entre pobreza e degradação ambiental (MACHADO, 2005).

A partir daí a ONU, como espaço político que é, passa a ser, como afirma Machado, *“um locus privilegiado na produção e também na difusão de estratégias discursivas que conformam a móvel trama do Discurso do Desenvolvimento Sustentável”* (MACHADO, 2005).

Em tal quadro, o Sistema ONU cria, na década de 80, a Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente-CMMAD, presidida pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para *“propor uma agenda que pautasse a retomada do crescimento da economia mundial de forma a equacionar a problemática ambiental e, ao mesmo tempo, acelerar o desenvolvimento dos países não industrializados”* (MACHADO, 2005).

O resultado, em forma de relatório denominado *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland (1987)* constitui-se - antes de uma proposição de um modelo alternativo de desenvolvimento àquele então dominante - numa proposta de agenda de conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente. No fundo, *“as proposições construídas pela CMMAD buscavam uma reforma do modelo, mas permanecia a lógica desenvolvimentista.”* (MACHADO, 2005, p. 277).

Segundo João Almino:

“Nesta perspectiva, o desenvolvimento não é negado. Opõe-se, contudo, um verdadeiro desenvolvimento àquele criticável por seus efeitos ambientais. Não se abandona a crença no progresso, mas defende-se a revisão de erros cometidos no passado para que um novo tipo de progresso, em outra direção, possa prevalecer” (ALMINO, 1993, p. 64).

Nesse sentido, as conclusões do Relatório *Brundtland* apontam como o ponto central da problemática ambiental as desigualdades entre as nações e regiões decorrentes do modelo de desenvolvimento dominante (bem como da pobreza como efeito), cuja solução passa necessariamente pelo campo da política, no estabelecimento de relações mais eqüitativas (com crescimento econômico para todos), assim como pelo aspecto técnico-científico, ou seja, pela busca de tecnologia mais adequada no trato com o meio ambiente.

Vê-se que as propostas do Relatório, no fundo, não coloca

“em questão o desenvolvimento como eixo das promessas essenciais da modernidade. Tanto o vínculo entre o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico é reafirmado, como também a conquista do desenvolvimento é tomada como o principal meio para a promoção da justiça social, sendo esta colocada pela Comissão como busca por equidade social” (MACHADO, 2005).

É fato, portanto, que o Relatório insiste em alimentar a idéia de que “*o progresso constante rumo à conquista do bem estar e da emancipação social*” só será possível com as reformas no campo científico-tecnológico, conforme se pode ver do mesmo:

“É possível chegar a uma nova era de crescimento econômico, fundamentada em políticas que mantenham e ampliem a base de recurso da Terra; o progresso que alguns desfrutaram no século passado pode ser vivido por todos nos próximos anos. Mas para que isso aconteça, temos que compreender melhor os sintomas de desgaste que estão diante de nós, identificar suas causas e conceber novos métodos de administrar os recursos ambientais e manter o desenvolvimento humano” (CMMAD, 1988).

As recomendações do Relatório, em síntese, se expressam na busca de um desenvolvimento econômico que garanta melhoria das condições sociais, uma melhor qualidade de vida e defesa ambiental, através de uma exploração sustentável, combinado com a mais ampla participação dos cidadãos no processo decisório, sem que, com isso, seja mudada a noção que o sustenta, em especial, desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, qual seja: desenvolvimento como instrumento de manutenção do sistema capitalista (MACHADO, 2005).

Informa Machado que, com o resultado extraído da Conferência Rio/92, através dos documentos que ali foram produzidos, tanto a premissas tiradas de Estocolmo/72, quanto às propostas elaboradas pela CMMAD já não têm mais força.

Não se trata mais de debater a respeito da degradação ambiental e a sua relação com a pobreza, tampouco se pensar em um modelo alternativo ao dominante. O fato é que *“as políticas neoliberais se estabelecem funcionando como aspectos importantes no processo de reorganização da economia mundial e da consolidação dos novos mecanismos de acumulação”* (MACHADO, 2006).

Enfim, *“A noção de desenvolvimento sustentável que seria celebrada na Conferência Rio 92, como já mencionado, procurava reafirmar o modelo dominante que estava entrando numa nova fase de expansão”*, de modo que, *“Ao mesmo tempo o caráter desestruturante da expansão neoliberal e da globalização dificultaram a construção de alternativas que se contrapusessem ao caráter dessas mudanças”* (MACHADO, 2005, p. 277).

Nas palavras de Enrique Leff, neste contexto, a noção de sustentabilidade tornou-se vulgar e representante do discurso oficial, vindo a significar, na verdade, uma desconstrução do conceito de ambiente, desativando-o, diluindo-o e deturpando-o, de modo a converter o seu sentido crítico numa pauta de políticas neoliberais que promete equilíbrio ecológico e justiça social sob os auspícios do crescimento econômico com a orientação do livre mercado (LEFF, 2001, p. 24).

Para o referido autor, há que se levar em consideração algumas particularidades do contexto histórico em que o discurso do neoliberalismo ambiental foi concebido como estratégia de reapropriação social da natureza (LEFF, 2001, p. 31).

Primeiro, a reorientação da idéia de desenvolvimento ocorre justamente na fase da crise do capitalismo e da consolidação do pensamento e das políticas neoliberais (anos 80), vale dizer como parte estratégica, na arena global, de uma verdadeira reestruturação sistêmica (LIMA, 2003, p. 103).

Segundo, o fato de que a questão girava em torno do gerenciamento da reprodução econômica do capitalismo, em escala mundial, frente aos efeitos da degradação ambiental.

Terceiro, junto, e em razão disto,

“Os países do Terceiro Mundo e da América Latina, em particular, viram-se envolvidos na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. A recuperação econômica apareceu, então, como uma prioridade e razão de força maior das políticas governamentais. Nesse processo, configuram-se os programas neoliberais de diferentes países, ao mesmo tempo em que avançam e ficam mais complexos os problemas ambientais do mundo” (LEFF, 2000, p. 263).

Quarto, a existência efetiva de um movimento ambientalista internacional que reivindicava a inclusão, na agenda de prioridades político-econômica contemporâneas, da questão ambiental.²

Em verdade, quando o relatório *Nosso Futuro Comum* foi apresentado na Conferência Rio/92, a correlação de forças, no campo das relações internacionais, já havia, com a globalização, mudado profundamente o contexto político e, sobretudo, econômico do mundo: predominava o domínio das políticas neoliberais como instrumento de regulação entre as nações e no interior das mesmas.

Prova disso é o conteúdo da Agenda 21, tido como o documento mais importante produzido pela Conferência do Rio/92, pela qual se expressa a defesa do modelo de desenvolvimento dominante, modo pelo qual se insere a lógica do livre mercado na problemática ambiental. Em outras palavras: as políticas públicas passam a ser, efetivamente, deslocadas para os espaços competitivos do mercado e da esfera privada e a “*pobreza deixa de ser tomada como o principal problema ambiental dos países periféricos*” (MACHADO, 2005).

² A presente pesquisa não dá tratamento, por razões de foco temático (o discurso a partir das instituições multilaterais e governamentais), a exposição e análise do papel do movimento ambientalista mundial, nacional e local, o que não retira, do presente trabalho, a consideração de que o movimento ecológico tem papel importante, positivo e negativo, na discussão e construção do discurso do desenvolvimento sustentável, conforme, de maneira indireta, se pode observar aqui.

Assim,

“Na medida em que o Discurso do Desenvolvimento Sustentável caminha no sentido de uma aproximação com as proposições neoliberais a relevância antes conferida à necessidade de amenizar a problemática social vai sendo corroída e suplantada por estratégias discursivas que colocam em primeiro plano a necessidade de tornar a economia nacional mais eficiente e competitiva” (MACHADO, 2005, p. 272).

O que vale dizer:

“As estratégias de equacionamento da questão social e também ambiental devem ser buscadas na esteira dessa eficiência e competitividade, que deve conquistar os países periféricos com a abertura de seus mercados e as reformas estruturais que deveriam implementar” (MACHADO, 2005, p. 272).

De fato, a Agenda 21, tida como “*o coração e o tema principal do encontro do Rio*” (LE PRESTRE, 2000, p. 220), é voltada para orientar as estratégias políticas de desenvolvimento no plano nacional (MACHADO, 2005, p. 297) e fornecer “*uma base para as ações das ONGS e distribuir a autoridade sobre estas questões no interior do sistema das Nações Unidas*” (LE PRESTRE, 2000, p. 220).

Nesse passo, tal documento dispõe que a condição essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável se encontra no processo de liberalização comercial:

“Cabe à economia internacional oferecer um clima internacional propício à realização das metas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, das seguintes maneiras: a) promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberação do comércio; b) estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente; c) oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional; d) estímulo à política macroeconômica favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento” (AGENDA 21, 2003, p. 14).

Para tanto, estipula a Agenda 21, nessa linha neoliberal, que os estados nacionais, para obter uma condição favorável a um desenvolvimento sustentável, devem, entre outras medidas:

“**a)** eliminar as barreiras ao progresso decorrentes de ineficiências burocráticas, os freios administrativos, os controles desnecessários e o descuido das condições de mercado; **b)** abrir espaços para a atuação

de instrumentos econômicos adequados, inclusive mecanismos de mercado, em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável e da satisfação das necessidades básicas; **c)** eliminar as atitudes contrárias às exportações e favoráveis à substituição ineficiente de importações e estabelecer políticas que permitam um pleno aproveitamento dos fluxos de investimento externo, no quadro dos objetivos nacionais, sociais, econômicos e do desenvolvimento; **d)** promover um ambiente econômico interno e a produção para exportação (AGENDA 21, 2003, p. 25).

Em outras palavras, isto significa para os países periféricos, essencialmente, o estímulo à implementação, de forma eficiente (uso das adaptações tecnológicas), de reformas com o fim de melhorar a competitividade de seus produtos no mercado internacional e, com isso, possibilitar uma expansão de seu desenvolvimento econômico e, por conseguinte, de integração à economia globalizada. Enquanto isso, “*As preocupações de cunho ambiental ou social caminham a reboque desse processo*” (MACHADO, 2005).

Machado aponta que a lógica contida na Agenda 21 se assenta, indubitavelmente, na legitimação do modelo de desenvolvimento hegemônico fundado nos mecanismos de acumulação flexível e no ideário neoliberal (MACHADO, 2005, p. 305).

Nesse passo, a idéia de sustentabilidade, contida na Agenda 21, se encontra

“... ligada à conquista de uma maior eficiência no uso dos recursos naturais, que por sua vez guarda estreita relação com a capacidade do mercado de alocar, de forma mais adequada à conquista dessa eficiência, os fatores e recursos para o desenvolvimento” (MACHADO, 2005, p. 305).

A declaração explícita da prevalência, no campo das relações internacionais, dos interesses econômicos sobre os ambientais não está restrita somente à *Agenda 21*.

Christian Guy Caubet (CAUBET, 2001, p. 82-83), abordando a respeito dos contornos das relações comerciais internacionais contemporâneas, aduz que a tendência hegemônica é, de fato, excluir os fatores sócio-ambientais em favor dos interesses mercantis, ou seja, o desenvolvimento de cunho ecológico não deve oferecer qualquer dificuldade ao desenvolvimento do comércio. Como demonstração clara dessa tendência, o autor também aponta como referência outro documento assinado na

Conferência Rio/92, a *Declaração do Rio sobre Meio ambiente e Desenvolvimento*, chamando atenção especificamente para o seu Princípio 12, pelo qual:

“Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os Países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional(...)” (AGENDA 21, 2003, p. 595).

A própria Declaração de Princípios sobre as Florestas, também produzida na Conferência Rio/92, considerado o mais fraco dos cinco textos assinados no Rio, tendo em vista que seus princípios não são obrigatórios e, especialmente, em razão de que, também em nome da intocabilidade dos interesses comerciais e em detrimento da preservação ambiental, os seus *“signatários se opõem a qualquer proibição de importações de madeiras tropicais procedentes de florestas ameaçadas em nome da liberdade do comércio”* (LE PRESTRE, 2000, p. 223).

Caubet, dissertando, ainda, sobre o a supremacia do comércio frente às questões ambientais, aponta o caráter dogmático que o comércio tem (CAUBET, 2001, p. 82) graças ao modo de produção de verdades do capitalismo (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 308) que o vê como intocável de tal modo que *“o resto deve ajustar-se e o conjunto só poderá melhorar”* (CAUBET, 2001, p. 83).

Continua o autor afirmando que

“Dessa maneira, chega-se, em nome da liberdade do comércio (isto é: em nome da liberdade de ter lucro), a ignorar qualquer tipo de problema ou exigência resultante de imperativos coletivos. Não há dúvida em relação à ordem de prioridade que deve nortear os comportamentos. Pode-se, a rigor, assinar textos para proteger espécies animais ou vegetais, preservar determinados espaços nacionais ou regionais, ou mesmo quase universais, desde que não interfiram no livre jogo do comércio” (CAUBET, 2001, p. 85).

Com tal comportamento, o que se promove, segundo o autor, é uma imagem que não lhe é verdadeira, na medida em que o comércio é tratado como se fosse um fenômeno autônomo, separado da realidade em que funciona.

Para se perceber as conseqüências desse discurso no amplo rol das organizações internacionais, tem-se que, por exemplo, no tratamento conferido pela Organização Mundial do Comércio-OMC ao meio ambiente, a questão ambiental passou a integrar à sua lógica mercantil de tal modo que, na esfera de solução de conflitos, havendo divergência entre as normas desta organização e as normas contidas nos acordos de âmbito ambiental, prevalece o chamado direito econômico internacional (este representado pelas regras da OMC), de maneira que são anuláveis quaisquer daquelas disposições que advenham do denominado direito internacional ambiental (VARELLA, 2003, p. 290).

Neste aspecto, Barral e Ferreira confirmam que a OMC, de fato, quanto à proteção ambiental em seus documentos, “*prega a otimização do uso dos recursos naturais, e não, propriamente, a sustentabilidade*” (BARRAL e FERREIRA, 2006, p. 38).

Mas não haveria como ser diferente. A OMC, desde a sua gênese, tem como objetivo primeiro a abertura de fronteiras comerciais sendo, assim, importante instância de afirmação dos interesses dos capitais privados internacionais, estes que, sem dúvida, só têm se beneficiado das políticas de livre comércio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 301).

A propósito, vale reproduzir parte do texto de primeira página do jornal americano New York Times, assinado pelo analista de política, David Sanger, reproduzido por Noam Chomsky, pelo qual é analisado o papel da ONU como um dos instrumentos, a exemplo das outras organizações internacionais, de exportação dos valores americanos, *in casu*, de livre mercado:

“Durante mais de meio século as Nações Unidas foram o mais importante foro das tentativas dos Estados Unidos de criarem o mundo à sua imagem e semelhança, manobrando com os seus aliados para forjar acordos globais sobre direitos humanos, os testes nucleares e o meio ambiente que, para Washington, deviam refletir seus próprios valores” (Jornal NEW YORK TIMES apud CHOMSKY, 2002, p. 75).

Ainda na trilha dos grandes eventos multilaterais em que o desenvolvimento sustentável é o assunto principal, aconteceu, em setembro de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, a Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como a Rio+10, cuja finalidade era fazer um balanço, dez anos depois, quanto aos resultados práticos dos compromissos firmados, na Conferência Rio/92, através da assinatura, por 180 países, dos documentos produzidos naquela ocasião.

Segundo Barral e Ferreira, no entanto, como era de se esperar pelo o que até aqui, no presente trabalho, vem se apurando, “... a conferência resultou em um fracasso de grandes proporções. Nenhum dos grandes objetivos foi equacionado, e o discurso vazio mais uma vez se sobrepôs aos resultados práticos” (BARRAL e FERREIRA, 2006, p. 32).

O fato é que “em todos os fóruns internacionais onde se debate a questão ambiental, os anos de 1990 marcam uma inflexão em direção lógica mercantil, à lógica empresarial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 304).

Como se pode vê, a idéia de desenvolvimento sustentável, como bem ressalta Machado, na verdade, “resulta do conflito e das disputas de interesse e poder vinculadas aos limites e contradições que a problemática ambiental coloca à expansão do capitalismo industrial” (MACHADO, 2006), em outras palavras,

“Ela é o resultado de uma determinada conformação de forças que busca tragar as demandas ambientalistas, subordinando-as à lógica da produção do sistema, em espaços que se tornam cada vez mais interdependentes em função dos mecanismos da acumulação flexível” (MACHADO, 2006).

Como muito bem aponta Claude Raynaud, de fato, a noção de ‘desenvolvimento sustentável’ “... varia em função de quem a utiliza e de onde ele se situa – no tempo e no espaço – para definir seu conteúdo.” E arremata o autor: “Quando se fala em sustentabilidade, devemos sempre nos perguntar: sustentabilidade para quem?” (RAYNAUT, 2004. p. 31).

Considerando todo o histórico até aqui conhecido, no que diz respeito à construção dos discursos do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, não fica difícil saber a serviço de quem se encontra a noção de sustentabilidade em voga, muito mais claro, ainda, ficará na oportunidade em que, nos capítulos subseqüentes, se analisará os conceitos de cooperação internacional e a atuação dos organismos internacionais, especialmente do BID, em políticas concretas, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

De fato, pelo todo até aqui lançado e pelo o que ainda há por vir na seqüência, tem-se que, enquanto o discurso da sustentabilidade festeja uma suposta defesa da humanidade, a sua prática resulta numa efetiva festa do capital pelo qual a imensa minoria leva o melhor (os lucros) em detrimento da multidão que continua padecendo, econômica e socialmente, na condição de expectadora da destruição nada ficcional do planeta, tudo em nome do desenvolvimento sustentável.

Isabel C. M. de Carvalho, no propósito de procurar entender o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como responder à indagação: a quem o mesmo atende, afirma que, antes, é preciso reconstruir as relações de força que a produziram, fazendo, assim, a sua genealogia. Nessa trilha, afirma a autora que

“... sua matriz é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente. Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era a de produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse à sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas em que o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres” (CARVALHO, 1991, p. 11 apud RIBEIRO, 2000, p. 157).

Enrique Leff tem que, de fato:

“A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo

histórico dominado pelo modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou, assim, efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises” (LEFF, 2001, p. 62).

Gustavo da Costa Lima aponta que, no fundo, não há ingenuidade em tal conceito. O desenvolvimento sustentável revela *“uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento”* (LIMA, 2003, p. 103).

Ainda, segundo Lima, essa matriz interpretativa do campo discursivo da sustentabilidade (desdobramento de *Brundtland*, das conferências internacionais e contidas no programas governamentais de meio ambiente e desenvolvimento) é a que predomina, sobretudo no discurso oficial, cuja força hegemônica tem garantido uma ampla assimilação por setores não-governamentais e empresariais. Segue o autor:

“Trata-se de um discurso politicamente pragmático que enfatiza a dimensão econômica e tecnológica da sustentabilidade e entende que a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, através da introdução de ‘tecnologias limpas’, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados” (LIMA, 2003, p. 108).

Para Leonardo Boff, *“por mais que se acrescentem epítetos a este desenvolvimento, ‘auto-sustentado ou ‘autógeno’, ele nunca deixa sua matriz econômica de aumento da produtividade, acumulação e inovação tecnológica”* (BOFF, 2004, p. 96).

De acordo com Layrargues, o discurso do desenvolvimento sustentável tem uma dimensão pragmática que lhe confere se traduzir em manifesto da prática de apropriação ecológica antes de ser transição ideológica. O autor justifica a sua posição afirmando que, quanto ao discurso e à prática da sustentabilidade:

“... não há indícios de haver uma racionalidade ecológica que esteja suplantando a racionalidade econômica e passando a atuar como

princípio organizativo da vida social, [do mesmo modo] não há indícios de haver uma dissolução das forças de mercado, muito pelo contrário, elas se encontram cada vez mais fortalecidas pelo recente substituto do desenvolvimento convencional, o desenvolvimento sustentável, que, por sinal, opera com a mesma lógica operacional, isto é, a livre iniciativa e a competição, em detrimento da cooperação. [frente a tal quadro] A aparência mudou, mas a essência permaneceu inalterada” (LAYRARGUES, 1998, p. 213).

Para Marin e Castro, na verdade, o desenvolvimento sustentável visa, com o seu discurso:

“fazer o desenvolvimento econômico aparecer como necessário, por meio de sua combinação com o supremo valor reconhecido do meio ambiente. Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento, Ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico. Segundo a idéia de sustentabilidade produzida ‘o que deve ser sustentado é o desenvolvimento , e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas” (MARIN e CASTRO, apud FERNANDES, 2006, p. 18).

De acordo com Marcionila Fernandes, uma das principais tarefas da sociologia, quanto à compreensão do discurso do desenvolvimento sustentável, é demonstrar a maneira pela qual os instrumentos semânticos, isto é, as suas categorias abstratas que fundamentam tal conceito, funcionam “*com o objetivo de dar sentido às estruturas de poder e aos interesses econômicos e políticos envolvidos na formulação das políticas ambientais globais*” (FERNANDES, 2006, 129).

Para a autora, as diversas categorias manipuladas pelo discurso do desenvolvimento sustentável ou são levadas a uma condição a-histórica ou esvaziadas de conteúdo social mais preciso, o que ocorre não por erro metodológico ou ‘fraqueza’ epistemológica, mas por opção ideológica dos agentes do capitalismo em favor da manutenção dos interesses do capital (FERNANDES, 2006, p. 130-131).

Segue a autora afirmando que o modelo de desenvolvimento sustentável imposto foge de qualquer perspectiva crítica em relação às formas de apropriação da natureza pelo capitalismo, não questionando a ética da competição e do lucro imediato e crescente. E quanto a promessa de equidade, esta é reduzida a um problema burocrático, de modo que a “*justiça social, neste caso, é tratada como se fosse algo exógeno à*

dinâmica econômica, social e política das sociedades contemporâneas” (FERNANDES, 2006, p. 130-131).

Ainda, para autora, as políticas econômicas engendradas no plano mundial, inclusive constantes do desenvolvimento social (vide Agenda 21), se constroem numa real perspectiva, não de mudar efetivamente a realidade social do mundo, mas de

“... manter e/ou agravar as disparidades sociais marcadas pela preponderância de baixas rendas, níveis inaceitáveis de acesso à saúde, por altos graus de subnutrição e de altas taxas de mortalidade infantil, por baixos níveis de escolaridade e por baixas quantidades de consumo diário de proteínas” (FERNANDES, 2006, p. 131).

Ainda, segundo Fernandes, o que, efetivamente, se apresenta como modelo de desenvolvimento sustentável, o proclamado sucessor do desenvolvimento econômico praticado há mais de duzentos anos no ocidente, é, na verdade, pela dificuldade teórica que lhe é inerente, uma proposta de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais, de cunho global, implementado pelos países do Norte, através de instituições tradicionalmente responsáveis pelo processo de expansão do capital (FERNANDES, 2006, p. 136).

Para a autora, o que se opera, por essa proposta de gestão dos recursos naturais, é a lógica do pragmatismo, tão comum nos processos gerenciais quaisquer. Com isso

“o conceito se configura como uma proposta de um conjunto de políticas capazes de proporcionar um processo de racionalização e gerenciamento dos ecossistemas, visando ao aumento de sua capacidade de rendimento em relação ao modelo industrial de produção” (FERNANDES, 2006, p. 138).

Por fim, Fernandes questiona o fato de que, frente a realidade social adversa à dignidade da pessoa humana, o que os defensores do desenvolvimento sustentável propõem é alianças que envolvam todos os grupos sociais, indistintamente, como se os problemas sociais (e econômicos) afetassem a todos de maneira igual, como se todos estivesse no mesmo barco (FERNANDES, 2006, p. 134). O que não condiz com a realidade conforme se poderá observar na seqüência do presente capítulo.

1.3 – Os contra-discursos do Desenvolvimento Sustentável

1.3.1 – A (i)legitimidade social como fator de (in)sustentabilidade

Ao lado da busca pela adequação, diria subordinação, do meio ambiente ao crescimento econômico (como já demonstrado), há também, como característica do discurso do desenvolvimento sustentável, a busca pela legitimidade social desse discurso, o que se faz com a adequação, isto é inclusão para legitimar, também da “sociedade” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 15).

Para que tal ocorra

“Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos por meio da ‘gestão do diálogo entre os atores com a finalidade de se alcançar um consenso. Essa política de gestão utiliza-se, inclusive, de diversas técnicas e estratégias que visam atender à premissa da “participação”, essa última compreendida e empreendida, na maioria das vezes, apenas como uma oitiva da sociedade, com ênfase numa imprecisa noção de ‘população local’” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 12).

O envolvimento institucional da chamada sociedade civil organizada (as ONGS e os movimentos sociais e ambientalistas) partiu e foi estimulada, sobretudo pelas próprias instituições governamentais que adotaram o discurso do desenvolvimento sustentável, especialmente os organismos internacionais de crédito e de cooperação, a exemplo do Banco Mundial-BIRD e da Cooperação Técnica Alemã-GTZ, que passaram a usar, de forma estratégica, palavras chaves, tais como *participação*, *parceria* e *empoderamento*, que representassem a idéia de envolvimento social, isto com a finalidade de estabelecer consensos, formando, assim, a idéia básica de que os organismos internacionais são democráticos, portanto respeitam, através da “boa governança” a vontade popular (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 16).

Apontam os autores que

“Em nível internacional, esse tipo de ‘governança’ é considerado, cada vez mais, uma resposta à crítica de falta de legitimidade

democrática das instituições internacionais. Em teoria, a noção de governança seria remissiva à busca de uma gestão livre de validação por ideologias dominantes, para melhor divisão de poder entre as parcerias” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 16).

Henri Acselrad tem que os espaços da “boa governança” seriam aqueles “*capazes de escapar aos limites do estado*” exercendo, como tais, “*algum tipo de coordenação extra-estatal de subotimalidade do próprio mercado*”, instituindo, assim, “*mecanismos de decisão e coordenação situados fora dos controles democráticos construídos até aqui nos contextos da sociedade política*” (ACSELRAD, 2006, p. 20/21).

Diante de tal quadro de discurso, o da ‘boa governança’, os direitos humanos, o meio ambiente e a democracia estariam respeitados. Todavia, afirmam os autores que, em realidade, “*o uso retórico de tais categorias não garante, de fato, uma orientação na direção de um projeto político plural, democrático e sustentável, como há muito é reivindicado pelas diversas lutas sociais*” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 16).

Para Jean Pierre Leroy:

“Em lugar de um real *empowerment* das classes desfavorecidas, é possível que propósitos ditos participativos, quando despolitizados, venham eventualmente contribuir para levar estes grupos a aceitar um lugar subalterno na sociedade de mercado” (LEROY, 2006, p. 10).

Não se pode negar, como elemento catalisador encontrado no discurso de desenvolvimento sustentável, o papel do estilo conciliador que, segundo Lima, “*favorecia a aceitabilidade política internacional e a realização de amplas coalizações de interesses... [que] possibilitava, ainda que vagamente, a construção de um campo comum que, se não promovia o consenso entre as diversas concepções e grupos divergentes, permitia amortecer ou camuflar os conflitos que os dividiam*” (LIMA, 2003, p. 104). E foi assim que capitalistas e socialistas, ONGS ambientalistas e empresas multinacionais, agências governamentais e movimentos sociais aproximaram-se em torno do discurso da sustentabilidade.

Nesse sentido, analisando o fenômeno ‘social’ da mudança abrupta e radical dos pressupostos (limites à exploração do homem e da natureza e combate ao projeto

neoliberal na Amazônia) que baseavam, nos anos 80, no Acre, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais-MSTR, e a idéia de desenvolvimento sustentável propugnada especialmente pelos organismos internacionais, como os bancos multilaterais de desenvolvimento, nos anos 90 (orientada pela instrumentalização “*da apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização*” valorizando, com isso, “*a esfera do mercado nas estratégias de desenvolvimento*”), Elder Andrade de Paula chama atenção para o papel da legitimidade forjada por um consenso em torno da sustentabilidade, que passa, num salto de mágica, a “*expressar o interesse geral de todos que vivem no Acre, de forma indistinta (seringueiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, servidores públicos etc.)*” (PAULA, 2006, p. 291).

É indubitável, assim, que a idéia de totalidade baseada no consenso não se busca construir somente com a inclusão da sociedade local, através das suas organizações não governamentais, na condição de “parceira”. Enrique Leff tem que o discurso da sustentabilidade integra também como meta “*estabelecer uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses dos países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza*” (LEFF, 2006, p. 137).

Para Leff, o desenvolvimento sustentável, como estratégia de capitalização da natureza, passa a ser, também, o discurso do elo do esforço e do interesse comum que, na verdade, “*tenta debilitar as resistências da cultura e da própria natureza, reconvertendo-as à lógica do capital*” (LEFF, 2000, p. 297). Noutras palavras, seria o capital buscando legitimar, segundo o autor, “*a usurpação dos recursos naturais e culturais das populações dentro de um esquema concertado, globalizado, onde seja possível dirimir os conflitos num campo neutral*” (LEFF, 2000, p. 298).

De acordo com Jean Pierre Leroy, a Agenda 21 usa um discurso atinente à participação social no contexto do desenvolvimento sustentável de forma retórica, por isso, significativa enquanto farsa (LEROY et al, 2002, p. 18). O autor elenca as seguintes razões:

Primeiro, porque traduz em princípio uma igualdade fictícia. Para a Agenda 21 todos os atores sociais (homens, mulheres, crianças, idosos, populações indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores, empresários, cientistas, técnicos, agricultura,

etc.) são tomadores de decisão na construção do desenvolvimento sustentável, como se fossem iguais e tivessem igual possibilidade de participação (LEROY et al, 2002, p. 18).

Segundo, porque impõe como pré-condição, para que se possa entrar no jogo da participação, a submissão do “*desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico, permitindo a redução da pobreza e a melhoria do meio ambiente*”. De acordo com os autores, somente quem aceita essas condições é que são convidados. “*É dessa forma que se constrói o consenso do pensamento único (não democrático)...*” (LEROY et al, 2002, p. 18).

Em verdade, o que se tem é uma participação forjada no projeto de desenvolvimento, o que tem contribuído, isto é, definido o curso da história do poder econômico, político, social e cultural de maneira nada participativo, quiçá democrático. Nesse sentido, os autores concluem:

“Tanto o desenvolvimento quanto o desenvolvimento sustentável como hoje está proposto são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor a sua vontade ao conjunto da humanidade. Ela atrela e subordina a sustentabilidade exclusivamente ao mercado e à ideologia que a sustenta, por isso serve aos seus interesses” (LEROY et al, 2002, P. 18).

Discorrendo a respeito de um glossário próprio do discurso da sustentabilidade, Cecília Campello do Amaral Mello analisa o conceito de participação no contexto da Agenda 21 e a busca, por esta, pelo consenso como um dos fundamentos pilares do discurso do desenvolvimento sustentável, e conclui que “*os diferentes atores coletivos entram nas atividades de planejamento não por terem conquistado a capacidade decisória – ‘poder’ - , mas para atuarem lado a lado com o ‘poder’, que, desta forma, encontra legitimação social para as suas ações*” (MELLO, 2006, p. 76). Ainda de acordo com a autora, esse estilo de participação objetiva criar um efeito de cunho psicológico positivo, na medida em que é construída nos atores envolvidos “um elemento de ‘auto-estima’” (MELLO, 2006, p. 77).

Para a mesma autora, o que ocorre “*é o que Danzelot (apud Prévost, 1996) denomina da passagem da participação para a implicação: todos estão implicados e*

são co-responsáveis pelas ações determinadas de maneira consensual” (MELLO, 2006, p. 76). Todavia, referidos grupos coletivos, na verdade, não possuem, nesse contexto, o poder de dominar o ambiente institucional em que participam, a não ser na aparência.

Segundo Henri Acselrad, essa aparência de democracia, tão própria nos discursos da sustentabilidade, tem sido resultante de uma sutil apropriação da agenda pública, especialmente pelos organismos internacionais de financiamento. Explica o autor que o que tem acontecido é que a agenda defendida pelos movimentos sociais tem sido apropriada por tais organismos de modo que, com tal apropriação, a problemática ambiental e a questão democrática, por exemplo, são *“reelaboradas, resignificadas e, via de regra, esvaziadas de seu conteúdo transformador, diluídas que foram na pauta hegemônica”* (ACSELRAD, 2006, p. 26).

1.3.2 – O Capital à Sombra do Discurso do Desenvolvimento Sustentável

Noutro aspecto, segundo Guilherme Foladori, a consciência de que os problemas ambientais são frutos especialmente da ação humana vem sendo construída desde a década de 70. A chamada crise ambiental, dita resultante daquela consciência, tem, na maioria das análises, se apresentado sob três temáticas: a superpopulação, os recursos e os resíduos, que *“podem ser compreendidas sob um denominador comum: os limites físicos externos com os quais a sociedade humana se defronta”* (FOLADORI, 2001, p. 101-102).

Como se vê, a crise ambiental tem sido responsabilizada à ação do próprio homem e, do mesmo modo erroneamente, reduzida a limites externos, quando, na verdade, *“os problemas ambientais da sociedade humana surgem como resultado de sua organização econômica e social e que qualquer problema aparentemente externo se apresenta primeiro como um conflito no interior da sociedade humana”* (FOLADORI, 2001, p. 102).

É que *“todos os problemas ambientais se referem a impactos humanos externos ao processo de produção no sentido estrito”*, sendo, nesse passo, curioso o fato de que *“as relações no interior do processo produtivo não [serem] discutidas, mas apenas seus*

efeitos”, estes consistentes nas famosas listas de problemas ambientais: devastação das matas, queimadas das florestas, contaminação da água, erosão dos solos, destruição da camada de ozônio, aquecimento global do planeta, etc. (FOLADORI, 2001, p. 104).

É fácil observar que quaisquer desses efeitos (os problemas ambientais que sempre aparecem nas listas das organizações ambientais) são comumente tidos, apresentados e debatidos como fenômenos externos ao processo produtivo, sendo, portanto, “*marginais ao processo econômico propriamente dito*” (FOLADORI, 2001, p. 104).

Exemplo emblemático dessa posição pode ser constatado na campanha ‘pessoal’ do ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, com a sua obra, que integra um livro e um documentário sob o título: *Uma Verdade Inconveniente – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global* (AL GORE, 2006), com a qual recebeu, este ano, um Oscar, da Academia Americana de Cinema, como melhor documentário, bem como, também este ano, o Prêmio Nobel da Paz 2007, prêmio esse dividido com o *Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas* (IPCC, sigla em inglês), um painel da ONU formado por mais de três mil cientistas que estuda a respeito do aquecimento global.

Segundo informa a agência Folha e BBC “*Com os relatórios emitidos durante as últimas duas décadas o IPCC criou um ‘consenso amplo sobre a conexão entre a ação do homem e o aquecimento global’*”³

Por sua vez, ao longo da obra, Al Gore lança a idéia de que nós seres humanos estamos destruindo a nossa casa e que quem pode frear essa escala de autodestruição somos cada um de nós. Para o autor a questão do aquecimento global “*não é apenas uma questão científica, nem política. É, na verdade, uma questão moral*” (AL GORE, 2006, p. 10).

Leonardo Boff, dissertando sobre os problemas que o modelo desenvolvimentista causa, afirma que “*Não se analisam as causas reais da pobreza e da deteriorização*

³ Conforme matéria “Al Gore e Comitê da ONU sobre clima ganham o Nobel da Paz”, assinada por Janil Claude, da edição on line do Jornal O Estado de São Paulo, edição de 13.10.2007, acessado em 10.12.2007, no seguinte endereço: <http://www.estado.com.br/editorias/2007/10/13/int-1.93.9.20071013.1.1.xml>.

ambiental. Eles resultam exatamente do tipo de desenvolvimento que se pratica, altamente concentrador, explorador de pessoas e dos recursos da natureza” (BOFF, 2004, p. 96).

Arremata o referido autor, questionando que

“... acrescentar a sigla eco ao capitalismo ou ao tipo de desenvolvimento por ele projetado – ecocapitalismo ou ecodesenvolvimento – apenas mascara a perversidade intrínseca do capitalismo e de seu paradigma de desenvolvimento. Sua lógica interna implica a não existência da ecologia e, se existe, a sua negação” (BOFF, 2004, p. 122).

Ao considerar que apenas 20% da humanidade consomem 80% dos recursos e da energia retirados da natureza produzindo 80% da poluição da degradação ambiental que ameaça o planeta, bem como que o nível de concentração de renda mundial não tende a se modificar - no Brasil, por exemplo, em 1999, 10% da população se apropriava de 47% da renda nacional - Leroy et al afirmam que

“Não é a humanidade que está destruindo a Terra. São essas minorias. Minorias que, gastando muito além da conta, vivem segundo padrões de consumo completamente insustentáveis (...) minorias que, como já foi dito, ao criarem padrões que pretensamente constituíram o ideal do desenvolvimento, usam todo o seu poder para nos enfiar goela abaixo uma certa concepção de mundo, determinando assim nossos sonhos em relação ao futuro de nossos filhos, nossos desejos e ambições, nossos valores e as bases de nossa ética” (LEROY et al, 2002, p. 15/16).

Eder Jurandir Carneiro aduz que negar-se a teorizar a respeito das causas dos problemas ambientais, tendo como referência a forma social de produção, é uma recusa táctica do capital, na medida em que melhor para ele não deixar ser desvelada a ideologia do desenvolvimento sustentável, a qual cumpre a função de encobrir seus vínculos com os interesses do capitalismo, fazendo com que se acredite serem os impactos ambientais resultante da ação do homem e não consequência das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, pontifica o autor que *“Esse silêncio conceitual, essa censura primordial ubíqua, não explicitamente enunciada, permite tomar como natural e incontornável a forma especificamente capitalista de apropriação das condições naturais”* (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Carneiro, em relação àqueles que assumem os pressupostos da ideologia do desenvolvimento sustentável, afirma que tal postura os incapacita de discutir o objeto do desenvolvimento, assim como de saber, efetivamente, se tal objeto se realiza, fundamentalmente, sem que sejam destruídas as condições naturais (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Para Foladori, essa é, de fato, uma posição política nitidamente classista, visto que, com tal postura de censura, *“implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assinala a história da humanidade.”*, quando, em verdade, o que se vê é *“uma determinada maneira de distribuição dos meios de produção e, com isso, de acesso diferenciado à natureza”* (FOLADORI, 2001, p. 106).

Conclui o autor que

“Como resultado, busca-se corrigir os defeitos da produção capitalista pela via técnica, isto é, pondo filtros aqui e ali, estabelecendo cotas ou impostos em outros casos, etc. Sem discutir neste momento a eficiência de tais medidas técnicas, é evidente que nenhuma delas afeta a forma social capitalista de produção. Nesse sentido, trata-se de posições classistas de defesa, obviamente, da classe capitalista, proprietária dos meios de produção e, portanto, dos instrumentos com os quais transforma a natureza em objetos e espaços úteis” (FOLADORI, 2001, p. 106).

Nesse passo, questionando, de forma direta, a visão que, de outro lado, reduz os problemas ambientais às escolhas tecnológicas, Foladori e Tommasino afirmam, pelas mesmas razões já levantadas, que *“não são as técnicas equivocadas que provocam insustentabilidade senão as próprias relações sociais capitalistas”* (FOLADORI e TOMMASINO, 2000, p. 48).

Assim, noutra obra, Foladori tem que apresentar os problemas ambientais sob a perspectiva dos limites físicos, e externos, é enganosa. Para ele

“Não se trata de existir ou não limites físicos; para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir,

eventualmente, à catástrofes ambientais. Colocar dessa forma o problema significa considerar que as soluções para as questões ambientais não são técnicas, como seriam se o problema fosse de limites físicos. Ao contrário, as soluções são, em primeira instância sociais. Somente depois de se resolver as contradições sociais, as alternativas técnicas ganham sentido. (...) As soluções técnicas nunca resolvem as contradições sociais, mas se sobrepõem a elas, na maioria das vezes aprofundando-as” (FOLADORI, 2001, p. 137).

Insiste o autor, deduzindo que uma crise ambiental somente pode ser resolvida se se entender, já de início, não a respeito dos limites físicos que a mesma apresenta, mas, essencialmente, “*quais são as contradições das relações sociais de produção que a provocaram*”, tendo em vista que uma crise ambiental “*é essencialmente uma crise das relações sociais entre seres humanos*” (FOLADORI, 2001, p. 137).

1.3.3 - O Discurso do Desenvolvimento Sustentável como Doxa

Por sua vez, Eder Jurandir Carneiro afirma que, apesar de todas as evidências de que os projetos de desenvolvimento provados no sistema capitalista só promovem a destruição da natureza e não resolve os problemas humanos da maioria da população global, tal concepção desenvolvimentista continua a imperar nos discursos e nas ações de governantes e governados do mundo todo (CARNEIRO, 2005, p. 39/40).

O autor tem uma explicação para este fenômeno:

“Isso ocorre porque o complexo de noções e idéias que constituem a ideologia do desenvolvimento é a contraparte ideal que cimenta e acrescenta sua força especificamente simbólica à materialidade do sistema produtor de mercadorias, é o ponto de vista particular do capital cuja universalização corresponde a reprodução social sob a forma de mercadorias. Logo, a ideologia do desenvolvimento originalmente restrita à burguesia, converteu-se historicamente em horizonte intelectual do capital, ou seja, de toda a sociedade que se reproduz a partir do capital como relação social” (CARNEIRO, 2005, p. 39-40).

Carneiro pontifica que tal ideologia do capital, como “*universalização do ponto de vista de determinados agentes e seus respectivos interesses e concepções*” nada mais é do que um conjunto de sistemas simbólicos que existem sob a forma de doxa, esta que significa, nas palavras de Pierre Bourdieu, “*... o ponto de vista particular, o ponto de*

vista dos dominantes que se apresenta e que se impõe como ponto de vista universal” (BOURDIEU apud CARNEIRO, 2005, P. 39-40).

Com efeito, como doxa, a ideologia do desenvolvimento sustentável tem sido tão assimilável entre todos que consegue unir até inimigos em torno de sua bandeira (Sachs, 2000, p. 15), possibilitando, assim, “*um sem-número de apropriação, de acordo com os diferentes interesses e concepções em questão*” (KIRBY et al apud CARNEIRO, 2005, p. 39-40).

Para Carneiro, a doxa define os limites em torno dos quais é mantido um jogo de regras pré-definido de modo que quanto mais os agentes, dentre estes os próprios adversários, evocarem a idéia de desenvolvimento sustentável nos conflitos concretos e particulares, mais se tornarão cúmplices na função de promotores da validade e reforço ideológico do discurso da sustentabilidade. Nessa condição, “*a doxa do desenvolvimento sustentável é, simultaneamente, condição e produto dos conflitos implicados na ‘questão ambiental’*” (CARNEIRO, 2005, p. 42).

Carneiro elenca outras qualidades que são próprios a doxa do desenvolvimento como a condição, ao agente, de ter incorporado em sua trajetória social as habilidades lingüísticas e cognitivas com que possam transitar, de forma competente, na linguagem científica e administrativa inerente ao discurso do desenvolvimento sustentável. Com isso se cria um monopólio de especialistas em detrimento daqueles que são leigos, românticos, e incompetentes para o debate científico (CARNEIRO, 2005, p. 42).

Outra característica que contém a doxa do desenvolvimento sustentável é a condição imposta, ao agente, de “*domínio operativo da linguagem, conceitos, normas e procedimentos do campo da política ambiental*” sem o qual não haverá reconhecimento dos demais “*como participante legítimo e confiável do jogo*” (CARNEIRO, 2005, p. 43).

De heterodoxo nos anos 80 frente a ortodoxia do discurso desenvolvimentista, o discurso do desenvolvimento sustentável passou, a partir dos anos 90, à condição de doxa exatamente em razão de que se fez universal (CARNEIRO, 2005, p. 43).

Carneiro tem que, no contexto da doxa do desenvolvimento sustentável, a conciliação ideológica entre o sistema de produção de mercadorias e a sustentabilidade ambiental somente é possível num alto grau de abstração. Para tanto, será preciso seguir a seguinte receita:

“... [a] diluir as clivagens socioestruturais entre grupos, classes e nações na figura amorfa da ‘humanidade’ como sujeito e cliente da sustentabilidade; [b] converter conflitos de interesses em questões técnicas; [c] afirmar a possibilidade de um gerenciamento técnico-político, a cargo de uma ‘ecocracia global’ (Sachs, 2000), das enormes e terrivelmente complexas transformações da biosfera provocadas pela ação dos mecanismos cegos de acumulação de riqueza abstrata; [d] ignorar os entraves estruturais ao financiamento das políticas ambientais em face da irreversível retratação da massa de valor global apropriável etc” (CARNEIRO, 2005, p. 43).

Conclui o autor, frente à realidade concreta, afirmando da impossibilidade de se realizar “*a abstrata contradição nos termos expressa na formula de um desenvolvimento capitalista ecologicamente sustentável*” (CARNEIRO, 2005, p. 44).

Fernandes, na mesma linha, questiona que

“A subsunção dos principais problemas da humanidade pela evidência das catástrofes ecológicas não somente assegura aos países ricos a manutenção dos seus privilégios como dificulta a possibilidade de formulação de críticas ao modelo capitalista, agora global” (FERNANDES, 2006, p. 134).

Segunda a autora, o discurso do desenvolvimento sustentável descarta a possibilidade de questionamento da apropriação da natureza pelo capitalismo e as conseqüências sociais decorrentes, firmando, em contraposição, uma falsa idéia de unidade planetária (todos no mesmo barco) que retira as diferenças existentes no mundo real e propõe “*alianças entre todos os grupos e estratos sociais, como se os problemas ambientais afetassem a todos por igual*” (FERNANDES, 2006, p. 134).

E tal se dá através de articulações simbólicas e conceituais que forjam uma mobilização mundial na aceitação da idéia de sustentabilidade de modo que não haja, efetivamente, o enfrentamento intelectual das questões referentes. Eis a doxa em plena ação.

1.3.4 – Capitalismo e Entropia

Andri Werne Stahel, por sua vez, questiona que o desenvolvimento sustentável foi rapidamente assimilado, estando, de fato, hoje, no centro de todo discurso oficial econômico ou ecológico, não havendo, todavia, a respeito do mesmo (seu significado), nem um mínimo consenso, tampouco “*se tenha colocado a questão, no entanto crucial, se tal conceito tem algum sentido dentro do quadro institucional e econômico atual, o capitalismo*” (STAHHEL, 2003, p. 104).

Para o autor, pensar em desenvolvimento sustentável é pensar em desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, “*uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado.*” Nesse passo, continua o autor, corre-se o risco de se ter um conceito que sirva “*apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo*”, caso não se apresente uma real possibilidade de sua realização (STAHHEL, 2003, p. 104).

Celso Furtado afirma que “*O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentado como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população*”. Nesse passo reafirma o autor a assertiva de que “*a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação de energia, tendentes a aumentar a entropia do universo*” (FURTADO, 2000, p. 22).

Stahel propõe uma análise mais ampla a respeito da real possibilidade da sustentabilidade no sistema industrial-capitalista, o que acha possível se fazer a partir da noção de entropia, oriunda da termodinâmica, tendo como prisma a crença de que “*uma sociedade sustentável depende antes de tudo de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea*” (STAHHEL, 2003, p. 105).

Informam Barral e Ferreira, usando o ensino de Nicolas Georgescu-Roegen, que o físico alemão Rudolfo Clausius foi quem formulou as duas Leis da Termodinâmica. A primeira, também conhecida como Lei da Conservação da matéria/energia, “*diz que a*

energia do universo é constante, ou seja, matéria e energia não podem ser criadas ou destruídas”, mas somente transformadas - a floresta queimada se transforma em carvão e cinza, não desaparecendo, apenas assume um novo estado gerando pouca ou nenhuma entropia (MOTA, 2001, p. 19).

A Segunda Lei da Termodinâmica, também denominada de lei da Entropia, “*afirma que no universo a entropia se move continuamente no sentido de um grau máximo, ou seja, todo o sistema físico, quando no estado natural, sempre evolui para situações de máxima desordem*” (BARRAL e FERREIRA, 2006, p. 16). De acordo com Mota “*Essa nova energia não disponível – entropia – assume a forma de poluição, exaurindo os recursos naturais e degradando-os*” (MOTA, 2001, p. 19).

Segundo Barral e Ferreira, “*a ação humana por meio da atividade econômica vem crescentemente colaborando para a aceleração da degradação entrópica*” e que a “*entropia global pode ser definida, então, como a tendência que o planeta tem de caminhar em direção a um contínuo processo de deteriorização*”, isto graças, especialmente, “*ao desenvolvimento tecnológico e a maior utilização dos recursos naturais, renováveis ou não, [que] vêm acelerando o processo de entropia global*” (BARRAL e FERREIRA, 2006, p. 16).

Leff afirma que esse processo econômico, justificado na busca do seu crescimento pela lógica do mercado, que tem degradado, de forma irreversível, energia e matéria úteis, manifesta-se, comumente, através do aquecimento global, pela crescente produção de gases de efeito estufa e a diminuição da capacidade de absorção de dióxido de carbono, entre outras conseqüências altamente maléficas à vida no Planeta Terra (LEFF, 2001, p. 44).

Analisando tal possibilidade, a partir da lei da entropia, no contexto do capitalismo, Stahel chega a seguinte conclusão:

“A questão da sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista-industrial, vista a partir da perspectiva da lei da entropia mostra claramente este quadro de insustentabilidade. De fato, como vimos, trata-se de duas dinâmicas ou forças que caminham em direções opostas. Enquanto a lei da entropia aponta para os limites materiais e energéticos, o capital aponta para uma necessidade

inerente de expansão infinita. Enquanto a entropia aponta para uma questão qualitativa, o desenvolvimento do capitalismo é orientado e sancionado pelas regras quantitativas do mercado. Enquanto a vida se afirma frente à entropia buscando equilíbrios qualitativos, a lógica do capital se manifesta pela busca constante da ruptura dos equilíbrios qualitativos, orientada pela busca de expansão quantitativa do capital” (STAHHEL, 2003, p. 117).

1.3.5 – A Insustentabilidade do Modelo-mor da Sociedade Sustentável

Por seu turno, Clovis Cavalcanti, indagando também “*em que medida o desenvolvimento pode ser realmente sustentável*”, analisa dois diferentes paradigmas - o indígena (da Amazônia Brasileira) e o americano (EUA) - de relação entre recursos e necessidades humanas. Para o autor, o primeiro estilo de vida é nitidamente sustentável, enquanto que o segundo, é tido como modelo de país desenvolvido para o mundo, é irremediavelmente insustentável (CAVALCANTI, 2003, p. 154).

Há que se considerar, como fundamento desta distinção, a idéia, amplamente difundida pela ideologia desenvolvimentista, de que o estilo de vida dos norte-americanos se apresenta “*no topo de uma escala evolutiva, para onde um dia convergiram também os países capitalistas pobres*” (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Tal conclusão é fruto de uma comparação, realizada pelo autor, a qual leva em conta alguns aspectos a seguir discriminados.

Sob o ponto de vista da *visão de mundo*, os indígenas fazem reverência à natureza e são humildes, enquanto que o homem americano se considera senhor e detentor da natureza e é arrogante.

Sob o prisma da *formação de capital*, os indígenas quase não têm nenhuma e suas habilitações e ferramentas são toscas, já a dos americanos é cumulativa, necessitando de volumes sempre crescentes de investimentos.

Sob o critério das *fontes de energia*, os indígenas usam as renováveis somente, enquanto que os americanos fazem uso de fontes não renováveis (combustíveis fósseis) e muito pouco das renováveis.

No que tange às *formas de conhecimento*, os indígenas têm como base a experiência que é transmitida de forma oral. Os americanos fazem uso dos meios disponíveis pela ciência moderna.

No que diz respeito ao uso das *fontes de propulsão*, os indígenas usam os recursos naturais, enquanto que os americanos têm o progresso técnico a seu dispor.

Sob o ponto de vista do uso de *matéria e energia*, os indígenas têm a frugalidade e a parcimônia termodinâmica, enquanto que os americanos têm forte degradação entrópica, esbanjam e desperdiçam.

Como *principais objetivos econômicos*, os indígenas estão voltados para as necessidades básicas e o bem-estar comunitário, enquanto que os americanos buscam o crescimento econômico ilimitado e o lucro imediato (CAVALCANTI, 2003, p. 158).

A distinção, acima demonstrada, aponta o autor, ocorre graças ao fato de que a economia indígena se encontra direcionada para o provimento do sustento, e, por conseguinte, do bem-estar do grupo. Já na economia moderna americana, o que se busca, primordialmente, é o lucro imediato, sobretudo daquelas atividades das quais é mais rápido e fácil obtê-lo. “*É a procura de lucros a todo transe que atropela a adoção de estilos de vida austeros, sóbrios, impedindo que o desenvolvimento genuinamente sustentável seja alcançado*” (CAVALCANTI, 2003, p. 161).

Para Cavalcanti, de fato, o conceito de desenvolvimento sustentável, como é colocado hoje, é contraditório, visto que “*qualquer melhoria econômica, sob a égide de que o homem procura, significa acumulação e capital e o esgotamento de alguma categoria de recursos não-renováveis – como os combustíveis fósseis*” (CAVALCANTI, 2003, p. 159-160).

Ainda segundo o autor

“Os esforços visando o progresso material, e mesmo a maneira das satisfações básicas do homem no mundo de hoje, revelam-se simplesmente insustentáveis. O uso, para esse fim, de matéria e energia, em doses excessivas e crescentes, exaurindo recursos

ambientais acima de sua capacidade de regeneração, obviamente tende a torná-los menos disponíveis para as futuras gerações, anulando assim a idéia de que desenvolvimento sustentável é o processo que ‘satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias’. No caso dos Estados Unidos, existe claramente um processo em que se toma emprestado capital ambiental das gerações futuras sem qualquer intenção ou perspectiva de pagamento (ver Daly & Cobb, 1989)” (CAVALCANTI, 2003, p. 160).

Com o mesmo raciocínio, Fritjof Capra é do entendimento que

“A destruição do ambiente natural nos Países do Terceiro Mundo caminha de mãos dadas com o fim do modo de vida tradicional e auto-suficiente das comunidades rurais, à medida que os programas de televisão norte-americana e as agências multinacionais de propaganda veiculam imagens glamourosas de modernidade para bilhões de pessoas em todo o mundo, sem deixar claro que o estilo de vida do consumo material infinito é totalmente insustentável” (CAPRA, 2005, p. 158-159).

Referindo aos cálculos efetuados por Edward Goldsmith, Capra afirma que se todos os Países do Terceiro Mundo tivessem o mesmo padrão de consumo dos EUA, os danos ambientais resultantes das atividades econômicas sem limites se multiplicariam, em 2060, numa proporção absurda de 220 vezes maior que os que se sabe hoje (CAPRA, 2005, p. 159).

1.3.6 – A Insustentabilidade do Capital

Gilberto Montibeller, também dissertando a respeito da viabilidade do desenvolvimento sustentável no capitalismo, lança discordância em face dos ecoeconomistas, os quais, com bases em indicadores de sustentabilidade, afirmam ser possível haver predomínio da racionalidade ambiental no contexto do capitalismo. O autor é categórico na crença da impossibilidade do sistema atingir a sustentabilidade ambiental associada à socioeconômica (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 174).

Critica o autor o fato de que aqueles que acreditam na referida conciliação o fazem sem levar em consideração as tendências intrínsecas do capitalismo e sua relação com o desgaste ambiental, motivo pelo qual “*a ausência de uma análise dessa relação*

leva esses teóricos à admissão equivocada da possibilidade do capitalismo tornar-se ambiental e socialmente sustentável” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 175).

E isto não é possível, decreta o autor, em razão de que, no processo de escolhas e decisões em que a racionalidade dominante é a econômica, todas as medidas que “*ponham efetivamente em risco a possibilidade de acumulação continuada do capital não podem ser tomadas*”, tendo em vista os condicionantes que são próprios do sistema capitalista (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 175).

Montibeller concorda que determinadas propostas dos ambientalistas podem, no plano local e em curto prazo, até mitigar os efeitos negativos do capitalismo, todavia, concluir que

“... em perspectiva de prazo secular e escala planetária, a teoria proporcionadora de uma abordagem que considera as leis condicionadoras do fundamento do capitalismo indica-nos a provável incapacidade de o sistema vir a dar conta da problemática em pauta: pelo contrário, ele tenderia a aprofundar processo de degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais, solapando, com o tempo, essas suas próprias bases de reprodução” (MONTIBELLER Fº, 2004, p. 179).

1.3.7 – O Teorema da Impossibilidade

Por seu turno, o economista americano Herman E. Daly afirma que não é possível “*sair da pobreza e da degradação ambiental através do crescimento econômico mundial*”. Nesse sentido, para o autor, o crescimento sustentável que se defende é impossível sendo, em verdade, mais um teorema da impossibilidade criado pelos economistas (DALY, 2004).

De acordo com Daly, desenvolvimento sustentável somente fará sentido se entendido como desenvolvimento sem crescimento, o que significa, numa linguagem econômica:

“a melhoria qualitativa de uma base econômica física que mantida num estado estacionário [onde há constância tanto de estoque de riqueza física quanto o de pessoas - população] pelo transumo [fluxo

físico entrópico de matéria e energia proveniente de fontes naturais que passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza] de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema” (DALY, 2004).

Na mesma linha, Edward Goldsmith é taxativo:

“Evidentemente, não é possível proteger o nosso meio ambiente dentro do contexto de uma economia de ‘livre comércio’ global que busca o crescimento econômico incessante e, portanto, tende a fazer aumentar cada vez mais os efeitos maléficos das nossas atividades sobre o meio ambiente já fragilizado” (GOLDSMITH apud CAPRA, 2005, p. 159).

Daly questiona a razão pela qual ainda se fala, como um modismo de nossos tempos, em crescimento sustentável, se o que se observa na escala atual da economia são sinais claros de insustentabilidade; quando se adotasse a escala proposta pelo Relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão *Brundtland* (alcançar um fator de 7, num universo de 5 a 10, na escala mundial), se passaria da insustentabilidade, estado em que nos encontramos, ao colapso iminente; e quando o conceito de crescimento sustentável não se sustenta, inclusive pelo seu caráter contraditório, num contexto de ecossistema finito – não-crescente (DALY, 2004).

Herman Daly admite que no sistema capitalista seja muito difícil limitar o crescimento. Assim, afirma o autor, rotular de crescimento sustentável e colorir de verde o desenvolvimento se constitui em tarefa desvinculada da realidade, um verdadeiro auto-engano frente a esta impossibilidade. Segundo o mesmo, agindo assim, “*apenas retardaremos a transição inevitável e a tornaremos mais dolorosa*” (DALY, 2004).

Todavia, o autor aventa a possibilidade de um desenvolvimento sustentável, ainda sob o ponto de vista econômico, desde que, segundo acredita, sejam colocadas em prática as seguintes políticas:

“Empenhar-se para deter o transumo nos níveis atuais (ou reduzi-los aos níveis verdadeiramente sustentáveis) taxando severamente a extração de recursos, especialmente energia. Busca elevar a maior parte do rendimento público de tais taxas de ruptura de recurso e compensar (atingir a neutralidade de rendimento) isto com a redução do imposto sobre a renda, especialmente na extremidade mais baixa

da distribuição de renda, até mesmo financiando uma taxa de rendimento negativa em seu limite mais inferior” (DALY, 2004).

O Autor acrescenta, ainda, o que ele chama de outras diretrizes adicionais de políticas, o que são, nada mais nada menos, que políticas ambientais, quais sejam:

“Recursos renováveis devem ser explorados de maneira tal que: (1) as taxas de colheita não excedam as taxas de regeneração e (2) as emissões de resíduos não excedam a capacidade assimilativa renovável do meio ambiente local. Os recursos não-renováveis deveriam ser esgotados a uma taxa igual à taxa de criação de substitutos renováveis. Os projetos baseados na exploração de recursos não-renováveis devem ser casados com projetos que desenvolvam substitutos renováveis. As rendas líquidas da extração de recursos não-renováveis devem ser separadas num componente de renda e num componente de liquidação de capital. O componente de capital será investido a cada no desenvolvimento de um substituto renovável. A separação é realizada de tal maneira que, quando o recurso não renovável for exaurido, o recurso renovável substituto terá sido desenvolvido pelo investimento e crescimento natural ao ponto onde sua produção sustentável é igual ao componente de renda. O componente de renda terá assim se tornado perpétuo justificando, portanto, no nome rendimento, o qual é por definição o máximo disponível para o consumo ao mesmo tempo que o capital se mantém intacto” (DALY, 2004).

Como visto, a percepção realista do economista norte-americano não o isenta do compromisso ideológico que o mesmo tem para com a racionalidade econômica em detrimento da racionalidade ecológica, sobretudo quando considera como adicional, às políticas de cunho eminentemente econômicas (as primeiras), aquelas medidas de caráter ambiental (as segundas).

Pelo que se pode ainda constatar, o autor, apesar de considerar o desenvolvimento sustentável como um verdadeiro teorema da impossibilidade, se trai, ao final, em considerar crível ser possível o impossível, desde que medidas mitigadoras, tanto no plano econômico, quanto no plano ecológico, sejam postas em prática. Acontece que mesmos assim, é improvável que tais políticas sejam suficientes para tirar da impossibilidade a conciliação do desenvolvimento com a sustentabilidade, tudo porque aquelas propostas, se executadas como se apresentam, colocariam, sem dúvida, em risco o projeto da racionalidade econômica no contexto do capitalismo neoliberal, o que não será aceitável pelo *status quo* da economia global.

1.3.8 – Desenvolvimento Sustentável e a teoria da Sociedade de Risco em U. Beck

Segundo Leite e Ayala,

“A sociedade capitalista e o modelo de exploração capitalista dos recursos economicamente apreciáveis se organizam em torno das práticas e comportamentos potencialmente produtoras de situações de riscos. Esse modelo de organização econômica, política e social submete e expõe o ambiente, progressiva e constantemente, ao risco” (LEITE e AYALA, 2002, p. 103)

Esse quadro de risco permanente, nas sociedades modernas, é real tendo em vista que, segundo Beck, no capitalismo, as ciências e as tecnologias modernas têm se apresentado diretamente compromissadas com a promoção da hiperprodutividade, tornando negligenciados, sobretudo, os riscos ecológicos, isto é, *“ao se deixar instrumentalizar pela esfera econômica, buscando uma produtividade crescente a qualquer custo, a ciência desenvolve uma cegueira sistemática diante dos riscos e perigos ambientais”* (BECK apud LENZI, 2006, p. 138).

Vandana Shiva, analisando a relação do meio ambiente com os riscos biológicos advindos da biotecnologia, afirma que, quando os cientistas começaram a se envolver com a aplicação comercial de seus conhecimentos, a comunidade científica passou a perder sua capacidade de autocrítica e auto-restrição, o que a fez começar, conforme Gore afirmou, *“a vender a árvore do conhecimento a Wall Street”* (SHIVA, 2003, p. 122).

Shiva admite, quanto à segurança das tecnologias modernas, que *“a ignorância sobre os impactos das novas tecnologias sobre o meio ambiente e a saúde humana é muito maior que o conhecimento necessário à sua produção”* (SHIVA, 2003, p. 129).

Nesse sentido, de acordo com as reflexões de Raffaele De Giogi, reproduzidas por Leite e Ayala, é em tal situação que se reconhece a falência da racionalidade/segurança linear, ou seja:

“... a insuficiência e a ineficácia da tecnologia e da racionalidade como instrumento de produção de posições de segurança, pretendidas

pelos cidadãos, de forma que a segurança perdeu sua confiança como projeto messiânico de estabilidade, resultando na crescente desconfiança que atingiu também os próprios especialistas nos sistemas de segurança” (LEITE e AYALA, 2002, p. 16).

Tal contexto caracteriza o que U. Beck vai denominar de sociedade de risco.

Beck, frente ao fato de que, ao longo da história da humanidade, o perigo sempre lhe foi inerente, faz uma distinção entre risco (próprio das sociedades modernas) e perigo (fenômenos das sociedades pré-modernas), atribuindo a este “*as circunstâncias fáticas e naturais ou não que sempre ameaçaram as sociedades humanas*”, e aquele o fato daquelas circunstâncias serem previstas e calculadas suas probabilidades (LEITE e AYALA, 2002, p. 14).

Uma sociedade de risco, na modernidade, se caracterizaria, portanto, como aquela que, em face da busca contínua de crescimento econômico, pode ser, a qualquer momento, vítima das conseqüências desse modelo que cria riscos e crise ambiental, em razão especialmente do uso dos recursos naturais de forma ilimitada.

Lenzi dar conta a respeito do debate em torno da idéia de que a dependência do discurso do desenvolvimento sustentável, em relação à ciência e tecnologia, no capitalismo, tem colocado esse conceito em franca oposição à teoria da sociedade de risco que U. Beck teoriza (LENZI, 2006, p. 129).

Segundo o autor, para Moser, o conceito de sustentabilidade, a partir do Relatório *Nosso Futuro Comum*, tem, de fato, apresentado a ciência e a tecnologia como um discurso científico neutralista “*para alcançar objetivos políticos irrefutáveis tais como crescimento, progresso e desenvolvimento*” O que não é, na concepção de Moser, possível aceitar, tendo em vista que a ciência e a tecnologia não podem ser encaradas como conhecimentos incontestáveis, tampouco consideradas conhecimentos neutros, logo elas que tanto já produziram catástrofes e desastres ambientais em nome da segurança (MOSER apud LENZI, 2006, p. 130).

Henri Acselrad, por sua vez, dando relevo às críticas que Rustin faz à teoria de Beck, entende que este autor falha ao deixar de relacionar a crise ecológica à categoria

capital, isto é, a teoria da sociedade de risco “*dirige-se contra a racionalidade técnico-científica e não contra o poder institucional do capital, posto que ele considera que é no modo científico de pensar e não na lógica capitalista que o mobiliza para encontrar o foco do risco.*” Nesse sentido, afirma Acserald, é no campo político-econômico que os processos decisórios acontecem e não no sistema técnico-econômico, ou seja, “*Para Rustin, ao contrário do que pretende a teoria da sociedade de risco, não seria uma racionalidade abstrata a força motora do que se entende por crise ambiental, mas a racionalidade instrumental própria do capital*” (ACSELRAD, 2002, p. 50-51).

Talvez tais críticas tenham razão no sentido da preocupação teórica de se apontar, com clareza a natureza da crise ambiental e a potência transformadora da mesma (ACSELRAD, 2002, p. 50-51). No entanto, a teoria da sociedade de risco quando alude como instrumentos-força, que têm provocado os riscos e as catástrofes ambientais, os conhecimentos técnico-científicos modernos a serviço da obsessão pelo crescimento econômico, está se referindo logicamente ao modelo de organização econômica e social que os impulsionam, o qual não é nada abstrato.

No capítulo seguinte, veremos através de que meios o discurso do desenvolvimento sustentável, forjado e difundido no plano das relações internacionais, têm ganhado o mundo, senão pelas idéias de cooperação internacional e os seus promotores: os organismos internacionais responsáveis pelas políticas mundiais de desenvolvimento econômico, agora batizado de desenvolvimento sustentável. No caso em estudo, temos o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, um dos bancos multilaterais de desenvolvimento que opera na América Latina, no Brasil e no Acre, sendo, *in casu*, o financiador do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, objeto de análise da presente pesquisa.

CAPÍTULO II

2.0 - A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, SEUS ORGANISMOS, O BID

É corrente o fato de que as políticas de desenvolvimento praticadas, no plano global, especialmente nos chamados países subdesenvolvidos, têm como sustentáculo ideológico a concepção de cooperação internacional difundida pelos organismos internacionais, tendo como um dos seus difusores mais atuantes os bancos multilaterais de desenvolvimento, entre os quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, que se sobressai com forte atuação nos países da América do Sul.

O presente capítulo pretende expor a concepção corrente de cooperação internacional adotada e suas críticas, assim como compreender os mecanismos/instrumentos de sua implantação, que comumente são os organismos internacionais, entre eles o BID, instituição financeira esta que atua como financiadora do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, objeto de estudo da presente pesquisa.

2.1 - Cooperação Internacional: o exercício elegante do poder

Tem-se que a cooperação internacional se tornou possível especialmente graças à ação das organizações internacionais e que estas têm atuado, fundamentalmente, com vistas ao suposto cumprimento daquele papel que se tornou tão necessário face às desigualdades vigentes no campo das relações internacionais.

O financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre se insere numa dessas políticas de cooperação, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, uma das instituições financeiras mais influentes nas Américas, tem empreendido, primordialmente em “favor” daqueles países que se encontram em um estágio de desenvolvimento abaixo do padrão (“da normalidade”) estipulado pelos países ditos desenvolvidos da comunidade mundial.

Para entender o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID no contexto do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, devemos, inicialmente, buscar compreender os conceitos de cooperação internacional e de organismos internacionais, ao final do que será exposto a história, constituição, papel e atuação do BID, aqui entendido como organização internacional, um dos instrumentos da cooperação econômica mais importantes para o hemisfério latino americano.

No plano teórico, a cooperação internacional se constitui como mecanismo usado para que determinada organização internacional forneça, por meio de instrumento contratual específico, ajuda a um Estado que lhe seja membro.

Normalmente, os atores que integram um sistema de cooperação internacional, de forma bilateral ou multilateral, são os Estados, as Organizações Internacionais, as Agências Governamentais, a Organização das Nações Unidas-ONU e suas agências, fundações, órgãos de fomento, Organizações Não-Governamentais-ONGS e empresas.

Sob a ótica dos interesses dos atores internacionais, a cooperação – no campo ambiental, por exemplo, pode se dar, conforme ensina Lê Prestre, por quatro razões: a) a busca de ajuda internacional, o que seria uma atitude *imperialista* (retirando do termo, segundo o autor, qualquer julgamento de valor); b) a busca de proteção na esfera internacional, comportamento *defensivo*; c) a busca de concessão em outros domínios internacionais, uma preocupação mais ampla como, por exemplo, com uma reforma das estruturas internacionais ou com o aumento das ajudas nesta esfera, o que seria uma atitude *instrumental*, e d) a busca junto à comunidade internacional de defesa de interesses comuns, o que seria uma atitude *internacionalista* (LÊ PRESTRE, 2000, p.281).

Adverte referido Autor que tais distinções, por cobrir uma realidade complexa, se misturam nas ações e objetivos dos atores internacionais.

De fato, historicamente, a cooperação internacional tem se dado por força da ação dos países ditos desenvolvidos, e seus organismos multilaterais, em relação aos demais (função *imperialista*). Na prática, se apresenta como políticas de assistência técnica e financeira em forma de doações, empreendimentos e empréstimos. Também é

concebida quando se produz documentos (Convenções, tratados, acordos...) de abrangência internacional dos quais participem mais de dois Estados, oportunidade em que se expressam comumente as demais funções (*defensiva, instrumental e internacionalista*).

Edis Milaré doutrina que a cooperação se divide em (1) cooperação técnica, (2) cooperação financeira e (3) cooperação científica e tecnológica. A primeira se realiza pela transferência de experiências e conhecimentos técnicos, sem finalidade comercial. A segunda se efetiva através de suporte financeiro por meio de contratos de empréstimos realizados entre países e instituições financeiras internacionais multilaterais, caso do Banco Mundial, do BID e do FMI. A terceira e última se concretiza através de parcerias em pesquisas científicas e tecnológicas (MILARÉ, 2007, p. 1167).

No plano histórico, segundo Garcia, a cooperação internacional, do século XX, como ação de ajuda técnica e financeira, nos seus marcos iniciais, se voltava, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, para a relação norte-sul, na forma de auxílio dos países considerados desenvolvidos do norte aos países tidos como subdesenvolvidos do sul (GARCIA, 2005, p. 69).

Na década de 70, a cooperação se voltava especificamente para “salvar” os países das crises econômicas e financeiras (quando gerou dívidas externas). Nos anos 80, a cooperação se declarava com mais clareza: tinha como finalidade gerenciar as políticas, sobretudo, econômicas internas dos países necessitados, em razão de uma suposta incompetência dos nacionais em fazê-lo. Na década de 90, com o fim da Guerra Fria, a cooperação internacional passa a se prestar a estabelecer, de fora para dentro, políticas públicas de natureza ambiental relacionadas às idéias de direitos humanos, democracia, governabilidade e direitos das minorias (GARCIA, 2005, p. 69-70).

A cooperação, no âmbito do desenvolvimento sustentável, ganhou capítulo especial na Agenda 21 para quem aquela, no campo da sustentabilidade,

“... deve ser concebida para complementar e apoiar – e não para diminuir ou subordinar – políticas econômicas internas saudáveis,

tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, para que possa um avanço mundial no sentido do desenvolvimento sustentável” (AGENDA 21, 2003).

É fato que a cooperação internacional, como concebida hoje, se encontra vinculada à idéia de auxílio ao desenvolvimento dos países necessitados e/ou em desenvolvimento, especialmente no período imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial.

Cooperação, no âmbito das relações internacionais, é empregada como sinônimo de *ajuda*, sendo esta, em razão da idéia de reciprocidade, um caminho pelo qual se pode chegar àquela. “*Falar de cooperação é supor resolvido o problema que a assistência deve resolver*” (DINH et al, 2000, p. 1089).

Tem-se que, no âmbito dos textos internacionais, não há uma definição geral de ajuda, ficando a cargo de cada organização adotar a sua particular, conforme as suas funções. De outro lado, não se pode negar que a “*ajuda pública ao desenvolvimento*” seja a mais frequentemente usada, embora a doutrina a tenha um “pouco restritiva” (DINH et al, 2000, p. 1088).

Segundo o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, a ajuda pública ao desenvolvimento se constitui como “*o conjunto das dádivas e empréstimos concedidos pelo setor público com o objetivo essencial de beneficiar o desenvolvimento econômico e o nível de vida, combinados com condições financeiras liberais*” (apud DINH et al, 2000, p. 1088).

Pela doutrina de Dinh, Daillier e Pelt:

“Constitui ajuda ou uma assistência toda a operação que proporciona a um país em desenvolvimento uma vantagem que ele não poderia adquirir pela via das transações comerciais fundadas no equilíbrio de interesses puramente econômicos a curto prazo” (DINH et al, 2000, p. 1088).

Marianne Gronemeyer, dissertando sobre o conceito de *ajuda* no contexto do desenvolvimento, tem que tal verbete fragilizou-se historicamente deixando de representar a confiança que tinha como poder de salvação. A ajuda moderna, afirma a

autora, inspira, paradoxalmente, ameaça e representa perigo, muito embora ainda esteja mantido na mente das pessoas comuns o sentimento positivo do conceito (GRONEMEYER, 2000, p. 18).

A *ajuda*, nesse passo, de acordo com a autora, tem cumprido o papel de um dos instrumentos do exercício perfeito do poder – o exercício elegante do poder.

“A dissimulação e a extrema discrição seriam os atributos principais em uma definição de um poder exercido elegantemente, o poder elegante jamais é identificado como poder. E ele é verdadeiramente elegante quando, cativados pela ilusão de liberdade, os que estão a ele submetidos negam, repetidamente, a sua existência. É uma forma de manter o cabresto na boca dos subordinados sem deixar que eles sintam o poder de quem os está dirigindo. Em suma, o poder elegante não força, não recorre nem ao cacete nem às correntes; simplesmente ajuda. Imperceptivelmente, o monopólio estatal da violência se transforma no caminho de uma crescente descrição, em um monopólio estatal da solicitude, e, com isso, torna-se mais aceitavelmente poderoso, embora não menos poderoso” (GRONEMEYER, 2000, p. 18).

O sentido tradicional de ajuda, enquanto ação misericordiosa, anômala, momentânea, espontânea e não planejada, perdeu seu sentido frente à assistência moderna que, ao contrário, é planejada, portanto calculista, cujo objetivo essencial é eliminar algum déficit e, comumente, “*tem como base um cálculo minucioso das possibilidades de vantagem própria e não uma preocupação desinteressada com a necessidade alheia*” (GRONEMEYER, 2000, p. 19).

A ajuda moderna constitui-se numa necessidade identificada pelo outro – o não necessitado. Nesse sentido, afirma a autora, “*A definição de necessidade de ajuda já não depende de um grito de socorro e sim de algum padrão externo de normalidade*”, é o ajudante quem decide o que, a quem e como se deve ajudar; com isso, a ajuda moderna se institucionalizou “*não é mais um evento, nem uma ação; é uma estratégia*” (GRONEMEYER, 2000, p. 19).

Porto-Gonçalves argüi que a idéia de desenvolvimento foi alçada à categoria de direito (direito humano ao desenvolvimento) de tal modo que, de opção, tornou-se uma imposição (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 64).

Para Ivan Illich, é exatamente com o discurso do desenvolvimento que se passa a criar necessidades de fora para dentro. Lembra o autor que quem primeiro, de maneira formal, passou a conceber, pelos outros, necessidades, foi os EUA, especificamente a partir do famoso discurso do seu então Presidente Harry Trumann, em 1949. De acordo com Trumann, os EUA deveriam intervir nos países subdesenvolvidos a fim de salvá-los desta condição, o que vale dizer, levando progresso econômico industrial de forma a melhorar o padrão de vida do povo. Foi assim que, segundo o autor, “*A busca de desenvolvimento por meios políticos introduziu as necessidades no discurso político ocidental*” (ILLICH, 2000, p. 159).

E é exatamente quando a *ajuda* ganha a dimensão de *ajuda para o desenvolvimento* que o conceito, segundo Gronemeyer, é mais pervertido, a exemplo da chamada *ajuda militar*, que tem sido “*uma iniciativa econômica, política e moralmente desastrosa para os países que a recebem*”. Em verdade, afirma a autora, “*A metamorfose de um colonialismo que ‘toma’, em um que supostamente ‘dá’ completou-se sob a proteção dessa palavra tão sonora, ajuda*” (GRONEMEYER, 2000, p. 20).

Logicamente que não é só no campo do auxílio militar que a perversão do conceito de ajuda se instala. Rémy Herrera lembra que os empréstimos concedidos por organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, por exemplo, têm finalidade específica de difusão da ideologia neoliberal, conforme se pode ver, *in verbis*:

“Desde o início dos anos 90, certas organizações internacionais e em particular o FMI, têm vindo a consagrar copiosas recomendações aos ‘países clientes’ no sentido de uma ‘boa governança’. Esta organização procura promover a ‘boa governança em todos os aspectos respeitantes à condução da vida pública’, procurando tornar mais transparentes as decisões políticas, disponibilizando o máximo de informação respeitante às finanças públicas e aos procedimentos de auditoria, ou mais recentemente, ‘combater o financiamento do terrorismo’. O que está verdadeiramente em causa é o afeiçoar das políticas nacionais por forma a criar nestas instituições um ambiente mais favorável a uma abertura do Sul aos mercados globalizados”(HERRERA, 2006).

Porto-Gonçalves aduz também que os organismos internacionais, especialmente os bancos multilaterais de cooperação, têm exercido papel fundamental na construção

de uma ordem neoliberal em que o meio ambiente é reduzido à mercadoria. Tem sido em nome da ajuda ao desenvolvimento que os organismos impõem políticas de ofensa às reservas naturais dos denominados países do Terceiro Mundo, cujos resultados têm como favorecidos não os ‘auxiliados’ mas precisamente os ‘ajudantes’ (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse mesmo passo, analisando a atuação do Banco Mundial e FMI na América Latina, Santos e Amorim afirmam que:

“A suposta preocupação do BM com os problemas sociais não significa que esse esteja imbuído de caráter humanitário ou de uma compreensão de que as riquezas são produzidas pelos homens no seu conjunto, devendo ser entre eles distribuídas, mas significa uma precaução em resguardar a estabilidade do mundo ocidental, tendo em vista que um número muito elevado de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza constitui uma ameaça para a hegemonia dos grandes países capitalistas” (SANTOS e AMORIN, 2004, p. 201).

Mas isto não é de hoje. Para Gronemeyer, dois planos de desenvolvimento instituído pelo governo americano, um, no ano de 1944 (Plano Morgenthau) e outro, no ano de 1948 (Plano Marshall) deram a diretrizes para o lançamento da política de desenvolvimento instaurado pelo Governo Truman, em 1949. Tal política ficou conhecida por lançar, no plano das relações internacionais, o conceito de desenvolvimento e do seu oposto, o subdesenvolvimento, cujo objetivo primordial era ajudar financeira e economicamente os chamados países do Terceiro Mundo, ou melhor, os ditos subdesenvolvidos, de modo que tal auxílio tinha como fundamento a própria prosperidade dos EUA e uma estratégia contra o comunismo que avançava no período pós-Segunda Guerra Mundial (GRONEMEYER, 2000, p. 29).

Porto-Gonçalves afirma que “*O BIRD (e, depois, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento) se tornarão verdadeiros globalizadores do desenvolvimento, uma espécie de Plano Marshall em escala mundial a pretexto de ‘ajuda ao desenvolvimento’*” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34).

Num sentido mais profundo, Gronemeyer aponta que

“... a concepção moderna e atualizada de ajuda é mais que a soma de seus significados historicamente desenvolvidos. No dias de hoje, o que essencialmente a impulsiona é o desejo de eliminar um déficit. Ou melhor, de eliminar o déficit mais importante de todos. Ela luta contra o atraso. Quer obter uma simultaneidade global. Quer compensar o mundo inteiro pelo ‘atraso da razão’ (na frase de H. Blumenberg). A ajuda é hoje ‘a mobilização da vontade de romper com o passado’” (GRONEMEYER, 2000, p. 20).

Assim, pontua a autora, a ajuda moderna nada mais é que a ajuda ao processo de modernização pelo qual os padrões de desenvolvimento mais avançados do mundo e os estilos de vida mais acelerados, “*em suma, são os que vigoram no modelo de vida dos países industriais altamente desenvolvidos.*” Estes como padrão de normalidade “*alçados ao nível de uma validade universal*”. Com isso, tem-se a ajuda como o caminho a ser percorrido por aqueles que estão ‘fora da normalidade’ a fim de que encontrem o novo mundo da modernização (GRONEMEYER, 2000, p. 28).

Na verdade, aduz Leroy,

“... a tão falada solidariedade internacional para o desenvolvimento se revela cada vez mais uma farsa. O compromisso dos países industrializados de reservar 0,70% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para ajudar os países do Sul – promessa renovada na Agenda 21 da Rio/92 – nunca foi cumprido. Em 1997, cinco anos depois, a percentagem era de apenas 0,27% (Guimarães, 1998). Em lugar do gesto solidário, o que impera é a lei de ferro dos mercados cada vez mais competitivos e fechados e dos acordos comerciais lesivos aos interesses da maioria pobre da humanidade” (LEROY et al, 2002, p. 15).

É fácil concluir que, a rigor, a cooperação internacional, desde a sua gênese, tem se assentado muito mais pela construção, “em favor” dos países subdesenvolvidos, de necessidades forjadas pelos desenvolvidos (ILLICH, 2000, p. 159), justificando, através, sobretudo, das ajudas técnicas e financeiras, o *exercício elegante do poder* (Gronemeyer, 2001, p. 18) na imposição de políticas públicas cujos objetivos se enquadram muito mais na satisfação dos interesses dos ‘ajudantes’ (com proliferação mansa da ideologia neoliberal) que dos ‘ajudados’, estes ainda limitados historicamente ao papel de colônia da modernidade (QUIJANO, 2005).

Na seqüência do presente capítulo, será analisado o papel dos organismos internacionais como instrumentos, no plano da cooperação internacional, que executam as políticas de ajuda global.

2.2 - Organizações Internacionais: mercadores do poder elegante

Dada à intrínseca relação da cooperação internacional com os seus principais meios - as organizações internacionais - passa-se a buscar compreender o papel de tais organismos.

O modelo usado hoje de cooperação internacional foi gerado pela ONU, no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o intuito declarado de possibilitar, através de suas organizações internacionais, o desenvolvimento dos países que se encontravam num considerado estágio de atraso econômico (GARCIA, 2005, p. 69).

De lá pra cá, não há dúvida de que são as organizações internacionais os instrumentos principais da cooperação internacional no mundo.

Para Matias *“O processo de institucionalização – pelo qual os Estados unem seus recursos a fim de atingir um objetivo comum – encontra sua expressão máxima no fenômeno das organizações internacionais...”* (MATIAS, 2005, p.257).

Conforme a mesma autora, tais organizações se constituem em mecanismos pelo qual *“... os Estados instituirão uma cooperação institucionalizada e permanente no domínio das competências que lhes forem atribuídas”* (MATIAS, 2005, p. 257).

As organizações internacionais, segundo conceitua Seitenfus,

“São associações voluntárias de Estados que podem ser definidas da seguinte forma: trata-se de sociedade entre Estados, constituídas através de um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros” (SEITENFUS, 2000, p. 26).

As organizações internacionais, no plano teórico, têm pelo menos cinco características que as diferenciam dos outros atores no campo das relações

internacionais, quais sejam: a) têm *caráter interestatal*, haja vista serem elas compostas por Estados; b) são instituídas, comumente, através de *tratados internacionais*; c) são formadas por órgãos internos *permanentes* que lhe garantem independência em relação aos Estados membros; d) têm *vontade autônoma* em relação aos Estados membros; e) possuem *competência própria* em relação aos Estados membros; f) são instrumentos de natureza *cooperativa*, ou seja, são criados a fim de estabelecer uma cooperação entre seus membros em busca de interesses comuns (RIDRUEJO, 1992, p. 687-690).

Sob o ponto de vista histórico, informa Matias que o surgimento das organizações internacionais se deu a partir do século XIX, de origem, segundo a autora, eminentemente européia (MATIAS, 2005, p. 262).

Seitenfus informa que, no século XIX, a América Latina teve, pelo menos, três experiências no sentido da tentativa de criação de seus organismos internacionais (SEITENFUS, 2000, p. 32).

O *Tratado do Panamá* (1826), idealizado por Simon Bolívar, previa a formação de uma Confederação de Estados na região objetivando garantir a independência da América Latina, a manutenção da paz e solução dos conflitos. Os três *Congressos de Lima*, realizados nos anos 1847, 1856 (em Santiago do Chile) e 1864, também seguiam semelhantes objetivos propostos por Bolívar. Porém, nenhum deles obteve êxito especialmente por falta de ratificação dos Estados participantes.

Por sua vez, os Estados Unidos da América, em 1823, já haviam indicado, de forma unilateral, com a *Doutrina Monroe*, as bases da relação das Américas com o resto do mundo.

Os americanos do norte chegaram a tentar, em 1889, na cidade de Washington, concretizar suas intenções com a realização da *I Conferência Internacional dos Estados Americanos*. Todavia, também sem o êxito esperado.

Na Europa, a primeira organização internacional efetivamente criada foi a Comissão de Reno, em 1814. A segunda mais antiga foi a Comissão de Danúbio, de 1856. Ambas tratavam da liberdade de navegação em águas doces. Entre os anos de

1865 e 1914, mais de trinta organizações internacionais de cooperação foram criadas. Na sua gênese tais organizações se prendiam a aspectos rigorosamente técnicos.

Com a Primeira Guerra Mundial, os Estados nacionais sentiram a necessidade de criar uma organização internacional de caráter permanente cuja finalidade primordial fosse assegurar a paz mundial. Assim, foi assinado o Pacto da Liga das Nações, em 1919, de abrangência além da Europa, e com a participação, no seu início, de mais de quarenta países, chegando, no auge, a ter mais de sessenta países membros.

Antes de fracassar politicamente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações possibilitou, de fato, o desenvolvimento de uma cooperação internacional, de âmbito administrativo, nos campos da saúde, transporte, comunicação, criminal e financeira. Com a Liga, foram criadas a Corte Permanente Internacional de Justiça (1922), a Organização Internacional do Trabalho-OIT (1919), a Interpol (1923) e o Banco de Compensações Internacionais (1930).

Com o fim Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas-ONU (1945), cuja finalidade principal se prendia a busca da paz mundial, mas também compromissada com a cooperação internacional que promovesse, através de seu sistema de organizações (FAO, Unesco, Unicef, OMS...) a resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, entre outros.

De acordo com Seitenfus, após a Segunda Guerra Mundial, as organizações internacionais vêm passando por trajetórias ideológicas que alcançam, até o momento, as seguintes fases (SEITENFUS, 2000, p.45):

A primeira fase, denominada de *funcionalismo*, se caracteriza pela busca de uma relação direta entre o organismo e a sociedade, o que retira a influência dos Estados. A segunda, conhecida por *desenvolvimentismo*, ocorre pela justificativa lançada de que o papel das organizações internacionais se realiza como instrumento pelo qual se busca a paz e se expansiona o desenvolvimento, sobretudo o econômico nos moldes liberais, no mundo. A terceira, denominada de *transnacionalismo*, apresenta como pressuposto a idéia de que as empresas transnacionais seriam os elementos dinâmicos dos processos de desenvolvimento. A quarta fase, cunhada de *globalismo*, se caracteriza pela visão

negativa do desenvolvimento, na sua versão crescimento econômico, até então provado, sobretudo em razão das conseqüências ambientais dele resultante. E a quinta fase, que marca hoje o papel das organizações internacionais, denomina-se de *globalização*. Nesta fase, a função das dessas organizações é diminuir o papel dos Estados em favor das organizações privadas comerciais, tecnológicas e financeiras rumo a uma liberalização das relações econômicas internacionais (SEITENFUS, 2000, p.45).

De acordo com a classificação de Seitenfus, as organizações internacionais se apresentam na forma de: a) Organização das Nações Unidas-ONU; b) organizações internacionais especializadas (BIRD, FMI, OMC, OIT...); c) Organização dos Estados Americanos-OEA; d) organizações de cooperação econômica nas Américas (BID, ALADI, NAFTA, MERCOSUL...); e) organizações regionais não-americanas (OCDE, OTAN, G7...) e f) Organizações Não-governamentais-ONGS (SEITENFUS, 2000).

Não há dúvida de que a Cooperação internacional tem sido fundamental para a difusão da idéia de desenvolvimento como sói se tem apresentado no mundo globalizado, constituindo-se em um dos seus mais eficientes instrumentos.

Nesse passo, não se pode negar a importância das organizações internacionais no contexto histórico da cooperação internacional. A ONU, suas agências e, especialmente, os fundos e os bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional-FMI e as instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial-BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, têm destaque.

Porto-Gonçalves, chamando atenção para a importância das organizações internacionais, no contexto do poder global, aduz que

“... desde fins da Segunda Guerra Mundial vem sendo gestado um novo padrão internacional de poder que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais, em termos institucionais num conjunto de entidades supranacionais como a ONU, o FMI, o BID e o BIRD e, em termos mais especificamente econômicos, nos Acordos de Bretton Woods” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34).

As organizações internacionais têm, de fato, interferido na estrutura e dinâmica das relações internacionais, exercendo relevante papel no sistema global como instrumento essencial de ajuda ao desenvolvimento, este de concepção forjada pelos chamados países do Primeiro Mundo, contribuindo, assim, de forma inegável, para o processo de globalização e avanço do capitalismo neoliberal.

No mesmo sentido, Michel Chossudovsky considera que as instituições globais têm função fundamental na reestruturação das economias nacionais, sobretudo dos países subdesenvolvidos. Segundo este autor, a Organização Mundial do Comércio-OMC exerce papel determinante na regulamentação do comércio mundial em benefício dos bancos internacionais e das corporações transnacionais. Para o autor, as políticas econômicas dos países subdesenvolvidos se encontram sob a vigilância do poder triangular constituído pelo Banco Mundial, FMI e OMC que impõem, a mais de cem países, o mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

A propósito, Rémy Herrera, analisando o papel do neoliberalismo na teoria do desenvolvimento, aponta que as organizações internacionais são fundamentais na difusão das diretrizes e estratégias do neoliberalismo, sobretudo nos países do Sul. Para o autor, tal difusão se constitui numa das funções principais das organizações internacionais.

“... as organizações internacionais reclamam dos governos nacionais que estes adaptem políticas econômicas neoliberais impostas do exterior, enquanto os mercados financeiros globalizados despem os estados de sua soberania e o núcleo do capital estrangeiro insinua-se na estrutura capitalista dos países periféricos. Administrando os aparelhos do estado dos países do Sul diretamente a partir do centro do sistema mundial de dominação, as organizações internacionais neutralizam o poder destes estados desnudando-os de todas as prerrogativas, reduzindo ao mínimo a sua margem de manobra.” Não será este, afinal, o segredo da ‘boa governança’ exemplar? A que democracia podem as autoridades públicas pretender aderir quando o exercício da soberania nacional é limitado à liberalização dos mercados, ao pagamento de dividendos sobre o investimento estrangeiro, à liquidação redobrada da dívida externa?”(HERRERA, 2006).

No mesmo sentido, Porto-Gonçalves afirma que os que mais têm se beneficiado dos acordos firmados por ocasião da Conferência Rio/92 são as grandes corporações transnacionais, do mesmo modo as grandes organizações não-governamentais e os organismos multilaterais, isto em detrimento dos Estados Nacionais que vêm perdendo influência, juntamente com os movimentos sociais locais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 303).

Helmut Hagemann, analisando o papel das organizações internacionais financeiras no Brasil, afirma que

“Instituições internacionais de financiamento exercem desde as últimas décadas uma influência significativa sobre o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Instituições como o Banco Mundial ou BID influenciam as políticas econômicas ou reproduzem as desigualdades estruturais através de suas decisões sobre financiamento” (HAGEMANN, 1996, p. 23).

Hagemann vai ainda mais longe afirmando que

“As decisões destas instituições internacionais não são politicamente neutras, pois não seguem somente critérios técnicos. Especialmente os Bancos multilaterais se comunicam em todos os processos com os setores privilegiados do Estado e do poder econômico. Tanto as decisões sobre projetos quanto as diretrizes políticas destas instituições fortalecem setores privilegiados e prejudicam sistematicamente os grupos desfavorecidos e marginalizados da população porque estes não têm possibilidades de formular os seus interesses frente aos Bancos multilaterais” (HAGEMANN, 1996, p. 23).

Rosineide Bentes considera que os bancos mundiais de desenvolvimento são, de fato, controlados pelos países desenvolvidos (G-7) em razão de contribuírem com mais dinheiro para os seus fundos. Por tal motivo, eles tendem a priorizar financiamentos de projetos que beneficiem as corporações econômicas desses países (BENTES, 2005, p. 225).

Samuel Pinheiro Guimarães, analisando o papel dos EUA e sua estratégia ideológica no plano das relações internacionais, informa que um dos objetivos dos americanos tem sido a busca pelo controle dos secretariados dos organismos

internacionais multilaterais com capacidade de formulação ideológica ‘internacionalista’. Segundo o autor:

“... o controle progressivo desses secretariados, a redução de dotações e a mudança de sua orientação, em especial no caso do setor econômico das Nações Unidas, foi considerado objetivo estratégico importante, razoavelmente alcançado nos casos da Cepal, do BID, da Unctad e da Unido, que se alinharam progressivamente com a ideologia econômica ‘correta’ do Banco Mundial, do FMI e da OMC” (GUIMARÃES, 2007, p. 113).

Tal intento se justifica, com acordo com Guimarães, pelo desejo dos EUA em preservar e expandir suas estruturas hegemônicas de poder. O modo pelo qual isso tem ocorrido se observa pela expansão das organizações internacionais que estão sob o seu controle, entre as quais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (GUIMARÃES, 2007, p. 36).

E será dentro de tais organizações, continua o autor, que serão desenvolvidos esforços no sentido de elaborar normas de comportamento internacional e condicionalidades, as quais deverão impor, em nome da cooperação internacional, aqueles comportamentos esperados justamente para instituir, conservar e expandir os interesses dos países centrais (GUIMARÃES, 2007, p. 37).

Martins, se referindo a um dos organismos internacionais mais importantes, cujas políticas influenciam fortemente as ações de outras organizações financeiras multilaterais, afirma que “*Há mais de meio século, o Banco Mundial promove com financiamentos e idéias a expansão do capitalismo.*” Nesse sentido, aduz a autora que esta instituição “*...produz e difunde conhecimentos que se tornam consensuais, com a necessidade de ajuda externa, para as regiões subdesenvolvidas*”, conhecimentos esses que, afirma Martins “*se baseiam na apropriação privada dos bens naturais e de propriedade comunal ou públicas, tais como florestas, rios, oceanos, terras e minerais*” (MARTINS, 2006).

A propósito, a Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA (EUA, 2001) foi dedicada exclusivamente a debater a respeito das instituições financeiras internacionais. No artigo ‘*Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em uma*

Economia Global em Mutação, os seus autores, Nancy Birdsall e Brian Deese, analisam a situação de crise por que vinham sofrendo, à época, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).

Segundo referido artigo, “*O Banco Mundial foi fundado em consequência da Segunda Guerra Mundial, como veículo para transferência de capital de investimento de países ricos em capital para países pobres de capital*”. (BIRDSALL e DEESE, 2001)

Todavia, afirmam os autores, os anos 90 não foram bons para os BMDs, tendo em vista que, com a globalização, houve um aumento de fluxo de capital privado para os países com renda média e também com renda baixa, aliado ao fato de que os bancos multilaterais de desenvolvimento aumentaram o custo de fazer negócio, em razão das suas políticas votadas para a pobreza e o meio ambiente, e ameaçaram, com isso, as suas lucratividades. Também favoreceu a esta fase crítica dos BMDs a ineficácia dos pacotes de recuperação financeira impostos ao México, em 1995, ao leste asiático, em 1997, à Rússia, em 1998, e ao Brasil, em 1999 (BIRDSALL e DEESE, 2001).

Piorou, ainda, a situação dos BMDs, pontificam os autores, quando foi entregue, ao Congresso Americano, o Relatório Meltzer (formulado por uma comissão especialmente criada, pelo Congresso, para avaliar as Instituições Financeiras Internacionais), pelo qual havia a recomendação para que as mesmas abandonassem completamente os países de renda média e que tem acesso ao capital privado. (BIRDSALL e DEESE, 2001)

Os autores do artigo, porém, defendem a manutenção dos BMDs no mundo em desenvolvimento. Segundo eles, existem boas razões para que tal deva acontecer.

A primeira razão posta se expressa pelo fato dos capitais privados serem cíclicos, podendo sair a qualquer momento daqueles países e deixando um espaço vazio inaceitável.

A segunda razão se orienta, de acordo com os autores, no fato de que “*o empréstimo dos BMDs podem ser fundamentais para convocar investimentos privados...*”. Neste ponto os autores fazem uma afirmativa significativa:

“O empréstimo dos BMDs concentra-se no fortalecimento da capacidade institucional e nas ferramentas de elaboração de políticas dos países em desenvolvimento, para criar um ambiente que conduza ao maior investimento privado. Investimento no desenvolvimento (em escolas, estradas, supervisão bancária e reforma municipal) ajudam a criar clima positivo para aumento do investimento privado” (BIRDSALL e DEESE, 2001).

A terceira razão, complementar à anterior, está no fato de que “*o endosso tácito fornecido pelo empréstimo de um BMD pode ajudar a atrair capital privado*” (BIRDSALL e DEESE, 2001).

A quarta razão tem por fundamento o fato de que “*os BMDs podem fazer avançar o processo de reforma em alguns países, ajudando a catalisar o diálogo entre diferentes grupos de interesses (entre governo e a oposição democrática, entre os governos central e locais, entre a sociedade civil e o governo)*” (BIRDSALL e DEESE, 2001).

Vê-se por quais motivos o Relatório Meltzer não obteve sucesso no Congresso Americano. É fato que os BMDs continuam atuando nos países de baixa e média renda a todo vapor.

Num outro artigo da mesma Revista, “*A Reforma das Instituições Financeiras Internacionais: Plano de Estabilidade Financeira e Desenvolvimento Econômico*”, de autoria de Allan H. Meltzer, pelo qual este faz um breve resumo do seu Relatório (O Relatório Meltzer), vale a pena ressaltar a conclusão a que chegou aquela Comissão no sentido de considerar a falência dos objetivos dos BMDs:

“Os principais problemas dos bancos de desenvolvimento são que seus programas não possuem objetivo, frequentemente possuem poucas relações (ou não se relacionam) com seus propósitos declarados, e todos deixam com muita frequência de atingir seus objetivos. Após décadas de programas, muitas das nações mais

pobres possuem padrões de vida mais baixos que no passado. O erro não é totalmente dos bancos de desenvolvimento, mas eles não encontram formas de superar os obstáculos criados por alguns governos. E continuam a emprestar, apesar dos obstáculos e dos fracassos resultantes” (MELTZER, 2001).

Em arremate, Meltzer afirma que “*Os países que fizeram progressos substanciais são aqueles que fortaleceram as instituições e o papel dos mercados; os que não fizeram essas reformas fizeram pouco ou nenhum progresso*” (MELTZER, 2001).

Em ambos os artigos, constata-se a importância que os organismos internacionais têm, na visão dos próprios norte-americanos, para o progresso de seus interesses e a hegemonia do capitalismo liberal em âmbito global.

Há que se chamar atenção para a importância, no contexto do poder dos organismos internacionais, das condicionalidades políticas comumente impostas, pelas instituições financeiras, nos processos de cooperação internacional.

Constata-se, em verdade, que os bancos multilaterais não estão em busca de oferecer ajuda desinteressada aos necessitados, tampouco interessados simplesmente em obter de volta o dinheiro emprestado a juros abaixo do mercado. O maior e principal interesse dessas instituições reside na garantia de cumprimento, pelos países mutuários, das condicionalidades políticas por elas impostas.

Nesse sentido, Chossudovsky aduz que

“Arquitetou-se uma nova geração de ‘empréstimos condicionados à política’. O dinheiro era fornecido ‘para ajudar os países a se ajustarem’. Esses acordos de empréstimos do Banco Mundial incluíam rígidas ‘condicionalidades’: o dinheiro só era garantido se o governo concordasse com as reformas de ajuste estrutural e, ao mesmo tempo, respeitasse os prazos precisos para a sua implementação” (CHOSSUDOVSKI, 1999, p. 43).

Analisando os documentos produzidos pelos bancos multilaterais (os chamados *Documentos de País*), especialmente o Banco Mundial e o BID, a respeito do Brasil, Adhemar S. Mineiro, afirma que

“Os textos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento sobre o Brasil expressam, normalmente, a afinidade, ou as diferenças, que as instituições financeiras multilaterais possam ter com a política econômica em desenvolvimento no País, a cada momento. Como essas instituições são, via de regra, guardiãs dos interesses dos centros financeiros mundiais, a afinidade maior ou menor que possam ter com as políticas econômicas em curso representam, em cada momento, o quanto estão atendidos ou não os interesses desses centros financeiros pela política desenvolvida. Isto é particularmente verdadeiro no caso do Banco Mundial e do FMI” (MINEIRO, 1998, p. 19).

Os empréstimos continuam sendo fornecidos sob a clara condição de que o tomador aceite adotar o receituário advindo dos organismos financeiros internacionais o qual se constitui em programas de estabilização macroeconômica e de reforma econômica estrutural, isto é, em efetivas mudanças políticas nos países subdesenvolvidos, os quais representam, na prática a: (1) liberalização do comércio, (2) desregulamentação do sistema bancário, (3) privatização de empresas estatais, (4) reforma fiscal, (5) privatização das terras cultiváveis, (6) ‘diminuição da pobreza’, e (7) instituição de um ‘bom governo’ (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 54).

De acordo com Maria Clara Couto Soares, a partir dos anos 80, com a implantação no Brasil de políticas neoliberais, tanto o Banco Mundial como o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram, de fato, “*a exercer papel de destaque na definição dos rumos da política macroeconômica interna*” (SOARES, 1998, p. 14).

Nesse sentido, ainda segundo a autora:

“... os bancos multilaterais, em especial o Banco Mundial, não são simples financiadores, mas que possuem um papel político indiscutível na sociedade brasileira (e em outros países em desenvolvimento), apesar de não assumirem formalmente. Recentemente, além dessa influência nas políticas macroeconômicas e setoriais nacionais, que refletem sobretudo interesses dos grandes capitais internacionais, os bancos passaram a exercer um outro tipo de influência, só que com características distintas e motivada por pressões de outro tipo de atores – o movimento ambientalista internacional e diversas articulações da sociedade civil mundial” (SOARES, 1998, p. 14).

Para Elder de Andrade Paula, os organismos internacionais, especialmente os bancos multilaterais de desenvolvimento, passaram a ser, em estados mais dependentes de repasses financeiros do Governo Federal, caso do Acre, praticamente a ‘única

alternativa' de financiamento de suas políticas públicas, isto também em razão da ausência de investimentos privados relevantes (PAULA, 2005, p. 281).

Assim, de acordo com o autor, os estados nacionais passaram a deixar de exercer “o monopólio da função de governabilidade”, tendo em vista que vêm perdendo poder frente às interferências (condicionalidades) impostas pelos mecanismos multilaterais de financiamento, bem como do conjunto de ordenamento jurídico produzido na esfera das relações internacionais (PAULA, 2005, p.276).

No item seguinte do presente capítulo será discorrido a respeito da atuação de um dos organismos multilaterais mais importantes para a cooperação internacional nas Américas, que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o financiador do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

2.3 - O Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID: Sobre um Cavalo de Tróia na Amazônia

Neste item da presente pesquisa se buscará compreender a constituição e o papel, no contexto da cooperação internacional e dos organismos internacionais, da principal, maior e mais antiga organização de cooperação econômica da América do Sul, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (em inglês *Inter-American Development Bank, IDB*), ele que é o financiador do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre-PDS do Acre, programa este que se constitui aqui como objeto de investigação científica.

A necessidade de criação de uma instituição de desenvolvimento para a América Latina e Caribe já havia sido reclamada já na Primeira Conferência Pan-americana de Washington, realizada em 1889. Porém, foi somente em 1959 que, proposto pelo Governo Brasileiro, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, cuja estrutura e finalidade foram inspiradas nas do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, mais conhecido como Banco Mundial (SEITENFUS, 2000, p. 212).

Consta do Convênio constitutivo do BID que sua missão é *“contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em desenvolvimento”* (BID, 2007).⁴

O BID, cuja sede é localizada em Washington-EUA, integra o grupo de organizações de cooperação econômica nas Américas de alcance continental. Segundo Seitenfus, o BID é, na verdade, uma instituição transcontinental, tendo em vista que tem também como sócios países que não integram as Américas, como Japão e estados da Europa, embora tendo como objetivo apoiar o desenvolvimento e o crescimento econômico somente de países americanos, assim como suas empresas privadas (SEITENFUS, 2000, p. 212).

De acordo com informações extraídas do site do Banco, o mesmo se constitui como *“principal fonte de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional, bem como programas de promoção do comércio e integração regional na América Latina e no Caribe”*. O Banco utiliza recursos próprios e fundos arrecadados em mercados financeiros (BID, 2006).⁵

O BID tem 46 membros, entre sócios não mutuários (em número de 26) e sócios mutuários (em número de 20), distribuídos entre países americanos, europeus, além de Israel, Japão, Croácia, Coreia e Suíça. Somente os membros mutuários podem receber financiamento do banco. Os não mutuários, por seu turno, se beneficiam com o privilégio de que só os países membros é que podem fornecer bens e serviços aos projetos financiados pelo banco (BID, 2006).

O poder de voto dos estados membros é definido pelo montante de recursos subscritos no capital ordinário da instituição. Os EUA detêm o maior percentual de poder de voto (30%), seguido de Brasil e Argentina que têm 10,25%, cada um, México com 6,91%, Venezuela com 5,76%, Japão com 5%, Canadá com 4%, Colômbia com 2,95% e os demais integrantes com 20,93% (BID, 2006).

⁴ <http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>

⁵ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

Quanto à sua organização interna, a Assembléia de Governadores é o órgão máximo do banco, no qual estão representados todos os estados-membros, geralmente, através de seus ministros da economia ou da fazenda ou de presidentes de bancos centrais.

“O BID tem 14 Diretores Executivos que representam os 47 países membros do Banco. Os Diretores desempenham sua função com dedicação exclusiva durante um período de três anos. A Diretoria Executiva é responsável pela supervisão das atividades diárias do Banco. Os Diretos Executivos são eleitos ou nomeados pelos Governadores para mandatos de três anos. A Diretoria Executiva inclui também 14 Suplentes, os quais têm plenos poderes para atuar quando os Diretores estão ausentes” (BID, 2006).⁶

Analisando o documento *Un nuevo Impulso a la Integracion de la Infraestructura Regional em América del Sur*, apresentado, em 2000, pelo BID ao Brasil, Guilherme de Carvalho chama atenção para o fato de que o banco tem se dedicado a contribuir “*para adaptar essa parte do continente ‘a uma economia global, patrocinando liberalização do comércio, reforma alfandegária e acordos regionais e sub-regionais de comércio, no sentido de atrair investimentos produtivos e obter acesso aos mercados internacionais’*” (CARVALHO, 2002).⁷

No Brasil, o BID vem atuando desde a sua fundação, em 1959. De acordo com informação do site do Banco, o Brasil é considerado o seu maior mutuário, visto que, nesses 47 anos de existência, obteve da mesma 324 empréstimos num total de US\$28 bilhões. Em 2005, por exemplo, o Banco financiou pelo menos 77 programas do setor público mais 12 operações do setor privado, mais 49 operações de cooperação técnica, entre outros projetos (BID, 2006).

Essa atuação não se restringe à ajuda meramente financeira. Na verdade, os bancos multilaterais têm uma outra função tão importante quanto, que é a de “*inteligência*”, isto é, como auxiliador na formulação das políticas públicas do País. (VIANNA JR., 1998, p. 82)

⁶ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

⁷ <http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,178,0,0.htm>

De acordo com o seu Relatório Anual de 2006, as principais atuações do banco estão nas áreas de: (1) redução da pobreza e equidade social; (2) crescimento econômico sustentável; (3) modernização do estado; (4) competitividade; (5) desenvolvimento social; (6) integração; (7) oportunidade para a maioria; (8) meio ambiente; (9) infraestrutura; (10) desenvolvimento do setor privado, e (11) mitigação de riscos e integridade (BID, 2006).⁸

Quando da celebração do contrato de empréstimo para o PDS do Acre, o BID considera que referido programa atenderia aos quatro elementos da estratégia que o banco tinha, à época, para o Brasil:

“(i) promover e aprofundar a reformar e modernização do setor público a nível federal e estadual; (ii) apoiar os esforços para melhorar a competitividade e acesso ao mercado da produção brasileira, (iii) apoiar os esforços para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, (iv) atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais, com ênfase na proteção dos ecossistemas vulneráveis” (BID, 2006).

Analisando um de seus principais objetivos, o crescimento econômico sustentável, o Banco se vangloria face ao aumento, em quatro anos consecutivos, da taxa média de crescimento e da elevação da renda per capita:

“O segundo objetivo abrangente do BID é promover o crescimento econômico sustentável na América Latina e no Caribe. Pelo quarto ano consecutivo, em 2006 a taxa média de crescimento foi suficiente para elevar a renda per capita da população em toda a região. Os resultados econômicos foram bons em quase todos os países e possibilitaram uma redução da pobreza. Todavia, o ritmo de crescimento da região continua a ser um dos temas que mais preocupam os governos e os analistas. Os especialistas se perguntam por que a região da América Latina e do Caribe cresceu 5,3% em circunstâncias externas tão favoráveis, enquanto outras regiões em desenvolvimento alcançaram taxas mais elevadas” (BID, 2006).

Vale também ressaltar, ainda do seu Plano Anual de 2006, o quanto a modernização do estado - “reformas fiscais, financeiras e do setor público; descentralização e desenvolvimento de governos subnacionais; segurança pública - a participação da sociedade civil, a administração da justiça, o governo eletrônico a ética,

⁸ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

o planejamento”), assim como a competitividade, o desenvolvimento social e a integração são fundamentais na sua estratégia institucional (BID, 2007).⁹

Dentre aqueles objetivos, o destaque para a competitividade não é nada sutil:

“Numa economia globalizada, a competitividade converteu-se em prioridade. Não obstante, com a orientação cada vez maior das estratégias de desenvolvimento para a integração regional, a experiência mostrou que a liberalização do comércio e a assinatura de tratados comerciais não bastam para se obter um desempenho satisfatório nas exportações e gerar os empregos de que tanto se necessita na região. É preciso também tomar medidas para melhorar a competitividade, atraindo investimento estrangeiro direto, apoiando as pequenas empresas, promovendo a inovação, aprofundando a cooperação e fomentando as exportações” (BID, 2006).

O mesmo vale para a Infra-estrutura, a qual exerce, para o BID, um papel fundamental no estímulo à competitividade, como se pode ver na seqüência:

“A qualidade, o preço e a cobertura de eletricidade, gás, água, saneamento, telecomunicações e transporte são fatores decisivos para que um país possa melhorar o bem-estar da população e tornar-se competitivo em um mundo cada vez mais globalizado. Em 2006, o IDB deu prosseguimento às suas contínuas atividades de apoio ao desenvolvimento de infra-estrutura mediante a aprovação de 21 projetos, que representaram uma contribuição total do BID de US\$1,8 bilhão. Desses projetos, 16 eram do setor público (US\$1,4 bilhão) e cinco do setor privado (US\$347 milhões). De 1995 a 2006, o BID proporcionou US\$16,7 bilhões em financiamento para 225 projetos de infra-estrutura” (BID, 2006).

De acordo com a organização não governamental Rede Brasil, no livreto *‘BID – um instrumento de controle sobre o destino das nações’*, a concepção de desenvolvimento do banco tem como item principal a realização de mega-projetos de infra-estrutura, os quais, comumente, trazem impactos negativos ao meio ambiente e às populações locais. Nesse sentido, informa a ONG que, até 2006, dos financiamentos do Banco, 23,9% eram dirigidos a projetos de transporte (infra-estrutura), contra 1,3% para o meio ambiente; 2,6% para a saúde; 0,7% para o desenvolvimento rural; 1,2% para a cultura; 8,6% para a educação... (REDE BRASIL, 2007).¹⁰

⁹ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

¹⁰ <http://www.rbrasil.org.br/>

Seus empréstimos, segundo referida ONG, têm, normalmente, como condicionalidades (1) o aumento de impostos, (2) o corte nos gastos sociais e investimentos públicos, (3) as altas taxas de juros internos, (4) as privatizações, (5) a abertura financeira, cambial e comercial, e (6) a formação de superávit primário: economia nos gastos públicos para pagar a dívida pública (REDE BRASIL, 2007).¹¹

O Banco manifesta seus objetivos para cada País através de Documentos, dois dos quais serão destacados a seguir: o Documento Estratégia de País, do ano 2000, e Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas, de 2004, ambos envolvidos, como fonte e fundamento, nas estratégias de atuação do Banco, com o seu receituário, no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

No Documento de 2000 (BID, 2006)¹², a modernização do estado estaria fincada na busca da melhoria da eficiência e transparência da gestão pública, com a reforma do sistema da previdência social e a modernização administrativa e fiscal, de modo a equilibrar as finanças públicas e melhorar a eficiência da administração pública nos níveis federal, estadual e municipal.

Vê-se que, para o receituário do BID, a máquina administrativa pública não pode prescindir da eficiência, o que significa que o Estado, para fazer jus à sua ajuda, deve proceder com a reforma da previdência social, com a modernização administrativa e fiscal para o equilíbrio das finanças públicas.

Segundo o mesmo Documento, a melhoria da competitividade e acesso ao mercado se dará pela redução do Custo Brasil e modernização dos setores produtivos de modo a

“... recuperar os níveis de investimento em infra-estrutura; fortalecer o setor financeiro no atendimento às pequenas, médias e micro empresas; programa de saúde ocupacional; na melhoria da qualidade ambiental das atividades produtivas, no desenvolvimento turístico; e no estabelecimento de quadros normativos adequados”
(BID, 2006).

¹¹ <http://www.rbrasil.org.br/>

¹² <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

Ainda neste aspecto, de acordo com o Documento, o BID “*apoiará o transporte rodoviário no âmbito federal e estadual, especificamente: vias de integração, que facilitem o comércio regional*”. No campo da expansão do sistema de transmissão elétrica, de acordo com o Banco:

“A reestruturação bem sucedida da transmissão de energia elétrica é crucial para assegurar a sustentabilidade da reforma do setor, permitindo a provisão de serviços de qualidade a preços razoáveis e proporcionando confiança aos investidores privados sobre a capacidade de transmissão da energia por eles produzida ou distribuída” (BID, 2006).¹³

Na esfera do apoio ao desenvolvimento tecnológico, segundo o BID “*o Brasil precisa continuar modernizando sua economia a fim de ajustá-la ao ambiente internacionalmente competitivo*”, de modo a acompanhar “*o progresso da economia mundial*”, “*e a pesquisa universitária e institutos governamentais deverão vincular-se aos setores produtivos, dando atenção especial à qualidade de acordo com padrões internacionais*”, melhorando “*a competitividade de suas exportações*” (BID, 2006, p. 22).

Quando ao mercado de turismo, o documento dispõe que “*o banco priorizará o financiamento de projetos que mobilizem recursos privados para o setor e que tenham a massa crítica suficiente para a sua promoção nos mercados nacionais e internacionais*” (BID, 2006, p. 23).

No âmbito do setor agropecuário, o BID o vê desempenhando “*um papel essencial na transformação que o país está realizando para uma economia, estável, aberta e integrada globalmente*” (BID, 2006, p. 23).

No que diz respeito à redução das desigualdades sociais e da pobreza, o banco entende que

“O melhoramento dos níveis educativos é visto como condição fundamental para obter os níveis de produtividade e competitividade necessários para o crescimento econômico sustentado e como

¹³ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

ferramenta principal para melhorar a distribuição da renda e reduzir a pobreza a médio e longo prazo” (BID, 2006, p. 24).

No campo da integração, uma das finalidades do banco, além da continuar realizando projetos de integração física, como a construção de estradas e sistema de transmissão de energia elétrica, é apoiar o desenvolvimento de sistemas normativos que facilitem o comércio regional (BID, 2006, p. 28).

No que toca ao meio ambiente e recursos naturais, o documento chama atenção para a importância da temática do impacto ambiental das atividades produtivas e o manejo do patrimônio natural, dando prioridade a “*programas dirigidos à recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais*”, além do fortalecimento do quadro normativo no âmbito estadual e aumento com qualidade da participação da sociedade civil do setor privado em atividades de conservação (BID, 2006, p.28).

Discorrendo sobre a atuação, no final da década de 90, dos Bancos Multilaterais no campo do meio ambiente, Stephan Schwartzman afirma que

“... é uma mudança e um avanço o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) abordarem diretamente questões ambientais nos documentos de políticas que discutem com o governo brasileiro. (...) Ao longo da última década, enquanto o fogo se alastrou pela Amazônia e a poluição se agravou nos centros urbanos, criou-se um certo consenso, tanto por parte do Governo, quanto dos bancos multilaterais que a dimensão ambiental, a princípio, faz parte do planejamento econômico” (SCHWARTZMAN, 1998, p. 73).

E é especificamente com o documento *Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas*, que o BID, em 2004, se expressa pelo princípio da incorporação do meio ambiente ao seu projeto de desenvolvimento, isto é, pela busca de

“... internalizar a dimensão ambiental como aspecto integrante do desenvolvimento econômico e social”, “... de modo a reforçar o desenvolvimento econômico e social global mediante o uso eficiente dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental..., [o que] “implica passar da mitigação do impacto ambiental para uma visão mais abrangente e estratégica da gestão ambiental” (BID, 2006).¹⁴

¹⁴ <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

Outro aspecto do Documento, no plano das salvaguardas do meio ambiente, é a gestão de impactos e riscos ambientais com a qual o banco afirmou adotar um enfoque de precaução para os impactos ambientais. Conforme o Documento “*O Banco busca evitar impactos ambientais negativos. Quando são inevitáveis, o Banco requer medidas de mitigação; quando os impactos não podem ser plenamente mitigados, deve-se providenciar uma reposição ou compensação*” (BID, 2006, p. 6).

O Banco apresenta como princípio não apoiar “*operações nem atividades que convertam ou degradem significativamente sítios culturais críticos ou áreas críticas de conservação.*” (BID, 2006, p. 7) Como visto neste item, para o BID, a degradação há que ser “significativa”, do contrário pode acontecer que não terá a sua oposição.

Ainda de acordo com este último Documento, “*globalmente, as operações do Banco serão norteadas por princípios de sustentabilidade financeira e viabilidade tanto socioeconômica quanto institucional, para maximizar impactos de longo prazo sobre o desenvolvimento*” (BID, 2006, p. 5).

Importante ressaltar a relação da atuação do BID com outras instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, conforme se pode vê na seguinte passagem do Documento de 2000:

“A ação do Banco no Brasil mantém uma importante consistência com a atuação de outras fontes externas, em particular com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e Japão, em especial, essa coordenação se mostrou de alta eficiência na oportunidade do apoio outorgado ao Brasil por motivo da crise financeira” (BID, 2006).

Nesse passo, normalmente, as receitas apresentadas pelo Banco Mundial estão de acordo com aquelas ofertadas, na forma de ajuda técnica e financeira pelo BID ao Brasil. A demonstração dessa afirmativa se encontra em pelo menos dois aspectos: o primeiro, diz respeito à política comum de promoção de mercados e comércio de serviços ambientais com ênfase à preparação da máquina administrativa do Estado para conceber oportunidades para o investimento privado); e o segundo diz respeito a uma política agrária embutida nas receitas, a qual busca, basicamente, mercantilizar a terra, estimular a titulação privada (para diminuir a informalidade nas transações dando a

estas mais segurança) para, mudar o quadro legislativo de modo a facilitar o comércio de terras, controlar os conflitos agrários, entre outros (PEREIRA, 2006, p. 2)

Faz tempo que o BID atua na região amazônica e, especialmente, no Acre. O Banco por dez anos (de 1985 a 1995), participou do projeto rodoviário de pavimentação da BR 364 que liga as capitais de Rondônia, Porto Velho, e do Acre, Rio Branco (BID, 2007).¹⁵

Sua atuação neste projeto tinha como objetivos o financiamento da pavimentação da estrada, bem como a proteção ambiental e das comunidades indígenas localizadas em volta da mesma com o apoio às atividades que evitassem impactos negativos. Sua missão, neste aspecto, era garantir a realização do Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas-PMACI, através de reordenação territorial, fiscalização ambiental, extensão florestal, educação ambiental e apoio às comunidades indígenas em face das conseqüências que a estrada traz às suas margens (BID, 2007).

Destaca-se, também, a atuação do banco no Acre através do Programa de Apoio ao Fundo Nacional de Meio Ambiente-FNMA. Por este Programa, 12 entidades executaram 21 projetos nas áreas de extensão florestal, manejo sustentável de recursos naturais, unidades de conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, controle ambiental e fortalecimento institucional. O banco ainda financiou uma cooperação técnica não reembolsável com vistas ao fortalecimento de modelos comunitários de desenvolvimento no interior de assentamentos extrativistas. (BID, 2007).

O BID, desde 2000, vem dando apoio financeiro à Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana-IIRSA, a qual, segundo Igor Fuser, constitui-se num *“mega projeto que engloba transportes, energia e comunicações, tem implementado uma estratégia que viabiliza a inserção da América do Sul na economia globalizada de modo absolutamente coerente com a lógica neoliberal”* (FUSER, 2008, p. 12). O Acre, com a construção da chamada Rodovia Interoceânica que possibilita a

¹⁵ Informação contida no documento do BID “Propuesta de Préstamo” acessível no site do mesmo: <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>

ligação da Amazônia Brasileira ao Oceano Pacífico, do lado Peruano, passa a ser corredor que facilitará as exportações dos produtos agrícolas e florestais...

O BID volta a atuar, de maneira específica e efetiva, no Acre, em 2002 com o financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre- PDS do Acre, cujos conteúdos e análises serão desenvolvidos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

3.0 - O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE – PDS DO ACRE

O presente capítulo objetiva apresentar parte do contrato de empréstimo, celebrado entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (especificamente o seu objeto, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDS do Acre), bem como outras fontes documentais que lhe dão suporte para a sua proposição, divulgação, execução e avaliação, todos produzidos da lavra do mutuário e do Banco, pelos quais se pretende analisar o discurso do desenvolvimento sustentável neles contido, especialmente no que diz respeito às finalidades econômicas e ambientais, bem assim aquelas relacionadas ao nível de participação da sociedade civil, sob o ponto de vista do controle social do Programa.

Antes, porém, com intuito de contextualizar historicamente o lugar do PDS do Acre, será apresentado um brevíssimo panorama das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado do Acre, no contexto amazônico.

3.1 - Brevíssimo panorama do contexto histórico-econômico da região

O Estado do Acre possui uma área de 164.221,36 km² (16.422,136 hectare) - o que equivale a 4% da Amazônia brasileira e 1.9% do território brasileiro (ACRE, 2006)¹⁶ e uma população em torno de 669.736 mil habitantes (IBGE, 2005). Situado na parte sudoeste da região norte brasileira, o Acre tem limites geográficos com o Estado do Amazonas (ao norte), de Rondônia (ao leste) e com a Bolívia (ao leste) e o Peru (ao sul e oeste) e é composto de 22 municípios (ACRE, 2006).

O território acreano que desde o Tratado de Ayacucho (1897) pertencia à Bolívia foi incorporado ao território brasileiro, em 1903, através do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil firmou “um Tratado de permuta de territórios e outras compensações” (TOCANTIS, 1979, BARBOSA, 2003).

¹⁶ http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=993

A assinatura do Tratado, não só impossibilitou a concretização do contrato de arrendamento da área, celebrado, em 1901, entre a Bolívia e um grupo econômico anglo-americano interessado no mercado da borracha, denominado *Bolivian Syndicate*, como pôs fim aos litígios armados entre o exército do Governo da Bolívia e o liderado por Plácido de Castro – formado por dois mil homens, entre seringueiros e seringalistas que ocupavam economicamente aquele território, sob a direção econômica e social das empresas gomíferas, face ao mercado internacional da produção da borracha natural (COSTA, 2005, p. 219).

Em 1904, o Acre é declarado território federal. Em 1962, é elevado à condição de estado da federação (TOCANTINS, 1979, RANCY, 1986).

A integração da região Amazônica à economia nacional, ocorrida por volta de 1840 com a descoberta da borracha, é anterior à constituição do Acre como território brasileiro. Uma das primeiras políticas de desenvolvimento econômico adotadas na região é datada de 1912, o que se deu com a criação do Plano de Defesa da Borracha e da Superintendência de Defesa da Borracha, cujo objetivo era assegurar condições de retorno da região, como produtora do látex, ao mercado internacional (SILVA, 2004, p. 5).

Uma outra importante intervenção veio a ocorrer com a assinatura do Acordo de Washington (1942) celebrado entre os governos brasileiro e norte-americano, ainda em busca da recuperação da economia da borracha, tendo em vista que, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os seringais asiáticos estavam sob o comando japonês. Nesse período, a relação da economia regional ainda mantinha-se marginal em relação ao resto do País (SILVA, 2004, p.6).

Segundo Rego, nesses períodos, “*essa região sofreu um tipo de ocupação organizado em função da produção da borracha, para suprir as necessidades do capital monopolista internacional do setor de artefatos de borracha*” (REGO, 2002, p. 269).

Na década de 50, uma nova intervenção econômica é adotada pelo Governo federal com vistas à integração territorial, econômica e social da região Amazônica às outras regiões do País. São criadas a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a Zona Franca de Manaus, em 1957. São implantadas as rodovias Belém-Brasília, em 1958, e posteriormente a Brasília-Acre que integraram no norte ao centro-sul (SILVA, 2004, p. 6).

Pra Rego, essa integração representava, na verdade, a vontade de tornar a região *“um espaço para expansão das relações tipicamente capitalistas, a partir dos pólos de concentração do capital monopolista no Centro–Sul, e incorporá-la, desse modo, ao desenvolvimento capitalista industrial dependente do país”* (REGO, 2002, p. 271).

Até a década de 70, a atividade econômica principal da região acreana era ainda o extrativismo. A partir desta década, a participação do governo federal na região passou a ser mais efetiva. Foram criados vários programas, entre os quais, o Programa de Integração Nacional-PIN (instrumento de incentivo à ocupação demográfica da Amazônia), o Programa de Redistribuição de Terras-PROTERRA (instrumento de incentivo ao acesso à terra para trabalhadores rurais e pequenos agricultores), o Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA (instrumento de direção de áreas prioritárias para a exploração do potencial dos recursos naturais), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), entre outros, pelos quais se gerou a expansão da fronteira agropecuária que acelerou um processo de aquisição de terras estimulada também pelos governos locais. Programas esses voltados para impulsionar a expansão capitalista na Amazônia (REGO, 2002, p.293-296).

De acordo com Rego, no Acre *“A frente capitalista na década de setenta afeta, sobretudo o seringal. Empresários, fazendeiros e especuladores compravam a terra por preços irrisórios e tratavam de “limpá-la” (...) Aqui, tipicamente, a frente capitalista em a função de esvaziamento de espaços ocupados [por seringueiros e seringalistas]”* (REGO, 2002, p. 339).

As implicações de cunho negativo desta intervenção na região foram várias: i) forte concentração fundiária; ii) alta taxa de degradação ambiental com o desmatamento

para formação de pastos; iii) inchaço das principais cidades, em face de saída de trabalhadores rurais de suas áreas expulsos pela opção das políticas especialmente pela pecuária em detrimento do extrativismo (a limpeza em ação).

Ainda de acordo com Rego, relativamente à região Amazônica:

“... pode-se afirmar que as razões econômicas da presença de diferentes formas de dominação do capital, pelo menos no caso da Amazônia, têm uma sobredeterminação política. (...). De fato, no Brasil, a partir de 1964, a presença dos grandes proprietários de terra na aliança política que levou ao Estado de exceção permitiu a transformação de latifúndios em empresas rurais, voltadas principalmente para exportação, e a abertura de fronteira agrícola à grande propriedade fundiária. Isto só foi possível pelas políticas públicas de modernização, de um lado, e de expansão da fronteira agrícola, de outro, sustentadas em subsídios e incentivos estatais” (REGO, 2002, p. 363).

Para o referido autor, essa expansão do capital teve o apoio fundamental e imprescindível do Estado na construção da infra-estrutura viária para tornar acessíveis as terras distantes exploráveis, tendo os novos proprietários acesso aos recursos naturais, permitindo uma rápida valorização da terra. Isto, segundo o autor, “*permite a dominação do capital na Amazônia pela via da grande empresa capitalista*” (REGO, 2002, p. 362).

Em oposição ao modelo de desenvolvimento que perpetrava forte avanço da cultura bovina, um desenfreado desmatamento da floresta e importante concentração de terra de domínio privado, é preconizada, na década de 80 - especialmente pelo movimento social local (seringueiros, indígenas e pequenos agricultores, apoiados pela igreja católica, entidades sindicais e partidos políticos de esquerda), tendo Chico Mendes como um de seus líderes - uma proposta de modelo de desenvolvimento para a região¹⁷, pelo qual a floresta e o homem que nela vive seriam preservados, de maneira que a natureza não fosse reduzida a recurso mercadológico (PAULA, 2006).

¹⁷ “NÓS, SERINGUEIROS, REPRESENTANDO OS ESTADOS DE RONDÔNIA, ACRE, AMAZONAS E PARÁ, REUNIDOS EM BRASÍLIA DE 11 A 17 DE OUTUBRO DE 1985, NO "1º ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA", TOMAMOS AS SEGUINTE RESOLUÇÕES: I-DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos.

Estava posta, por esse movimento, como exemplo de modelo de desenvolvimento para a região, uma proposta de reforma agrária para a Amazônia baseada na idéia de reservas extrativistas (Resex),¹⁸ pela qual, segundo informa Elder de Andrade Paula, “*a exploração da madeira para fins comerciais é absolutamente descartada*” (PAULA, 2006, p. 116) De fato, de acordo com Paula, nesse sentido,

“... propunha-se como alternativa para o desenvolvimento regional uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta. Desse modo, o Estado passa a constituir-se em referência central para atuar na reversão do modelo em curso...” (PAULA, 2006, p. 115).

Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica. Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (PLANACRE, POLONOROESTE, Asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós seringueiros. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras. Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas de seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta. (...)” - Primeiro item do Documento aprovado por ocasião do Primeiro Encontro Nacional dos Povos da Floresta, ocorrido em 1985. Extraído de <http://www.chicomendes.org/seringueiros02.php>

¹⁸ “A reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Nas reservas extrativistas, não há títulos individuais de propriedade. Nelas serão respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não predatórias, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As reservas extrativistas não serão áreas inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, darão continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros. A reserva extrativista não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza pelos que dela dependem, e uma alternativa econômica para a Amazônia”. in *Revista Chico Mendes CUT/CNS (extraído do site <http://www.chicomendes.org/seringueiros11.php>)* – A respeito da construção do conceito de reserva extrativista no Acre ver “*A construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*”, tese de Doutorado de autoria de Mary Helena Allegretti, disponível em http://www.ac.gov.br/bibliotecaflorista/biblioteca/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=160.

De fato, as primeiras propostas da sociedade civil de conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente vieram, na década de 80, desse movimento social. (BEZERRA e NEVES, apud ACRE. ZEE, fase II, 2006, p. 22).

Todavia, segundo Paula, com o assassinato de Chico Mendes (dezembro de 88), as agências governamentais internacionais e os bancos multilaterais de desenvolvimento passaram a atuar na região oferecendo condições para a implantação de políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, condicionando suas cooperações ao preenchimento de, basicamente, dois requisitos: *“demonstrar competência para atrair esses financiamentos e provar a viabilidade econômica das Resex. Com isso, a sociedade civil – mais especificamente, as organizações representativas dos ‘de baixo’ – procura ajustar as suas estratégias de ‘desenvolvimento’ às exigências externas”* (PAULA, 2006, p. 118).

Com a ascensão, no Acre, das lideranças sindicais e partidárias de esquerda aos poderes executivos municipais, tendo Júlio Barbosa (PT) como prefeito de Xapuri por dois mandatos (1996 e 2000) e Jorge Viana (PT) como prefeito da capital Rio Branco (1993/1996) e governador do Estado por dois mandatos (1998 e 2002), *“a concepção sobre o Estado passa a ser redefinida. Ele deixou de ser visto como inimigo, como nos anos 70 e 80, para agora ser interpelado como interlocutor e parceiro, quando ganha força e execução a idéia do consenso em torno das políticas e estratégias de ‘desenvolvimento sustentável’”* (PAULA, 2006, p. 122).

E as políticas e estratégias de ‘desenvolvimento sustentável’, segundo Paula, teriam agora de eliminar a controvérsia, das décadas passadas, que colocava em oposição exploração econômica e preservação, para buscar compatibilizar os interesses econômicos com a preservação (PAULA, 2006).

Assim, continua Paula:

“A construção de um consenso em torno do ‘desenvolvimento sustentável’ – que passa a ser massificado ideologicamente como a ‘única alternativa’ viável – foi bastante oportuna para concretizar um amplo pacto social no estado. Uma das questões centrais dos debates sobre o desenvolvimento no Acre nos anos 70 e 80 (condenação à concentração da propriedade fundiária e de rendas, bem como a exploração de classes) foi deslocada para os imperativos da natureza

e do 'mercado'. O que passa a interessar efetivamente é se as alternativas do 'desenvolvimento sustentável' serão eficientes para conservar as florestas e competitivas em termos de mercado. Portanto, as relações sociais de classe submergem-se nas relações entre homem/natureza/mercado, embaralham-se os interesses, a defesa do 'desenvolvimento sustentável' passa a expressar o 'interesse geral' de todos que vivem no Acre, de forma indistinta (seringueiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, servidores públicos etc.)" (PAULA, 2005, p. 290-291).

Becker, dissertando a respeito da mercantilização da natureza na Amazônia, afirma que

“Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o 'desenvolvimento sustentável' toma novo rumo. Torna-se gradualmente mais forte a sua vertente econômica, patente em vários níveis, num processo que, evidentemente, envolve a Amazônia. Realiza-se o capital natural. Nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza” (BECKER, 2006, p. 39).

Segundo a autora, no plano dos interesses internacionais, a Amazônia passou a significar um duplo patrimônio: “*o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural*”. Esse capital natural, segundo a autora, não é para uso imediato, mas para formar reserva de valor para o futuro (BECKER, 2006, p. 35).

Becker atribui a retração, entre os anos de 1980 e 2000, dos investimentos produtivos do capital internacional em favor de políticas de preservação, uma orientação geopolítica, sob a influência dos bancos e das agências multilaterais, “*que não mais visa a apropriação direta do território, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso, e ao papel que a Amazônia assumiu nesse contexto [de capital natural]*” (BECKER, 2006, p. 34-35).

Porto-Gonçalves, citando Escobar, a respeito da retórica dos desenvolvimentos, conclui que “*canalizou-se, assim, o profundo sentimento emancipatório que vinha das lutas pela descolonização, contra a miséria e contra a injustiça, e se ofereceu, de novo, como solução, mais do mesmo, isto é, mais desenvolvimento*” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 65).

Nesse propício ambiente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, já a partir de 1999, define, junto ao Governo Jorge Viana, auto nomeado de “Governo da Floresta”, o seu receituário na contratação, formalizada em 2002, do financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – o PDS do Acre, cujos perfis e análises serão apresentados na seqüência deste capítulo.

3.2 - O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – o PDS do ACRE

3.2.1 – O Contrato de Empréstimo 1399/OC-BR: Notas expositivas

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDS do Acre, é objeto do Contrato de Empréstimo, de nº. 1399/OC-BR¹⁹, celebrado, na data de 23 de junho de 2002, entre o Estado do Acre (Mutuário) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujo custo total é estimado em US\$108,000,000.00 (cento e oito milhões de dólares americano), sendo US\$64,800,000.00 (sessenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares americano) financiado pelo Banco e US\$43,200,000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil dólares americano) como contrapartida do Mutuário, com previsão para a sua execução total em 4 (quatro) anos, de junho de 2002 a junho de 2006.(ACRE, 2007)²⁰

O Governo Brasileiro, através da Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX) havia aprovado, conforme Resolução 540/2000, para o PDS do Acre, um montante de US\$240,000,000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares), dos quais US\$144,000,000,00 seriam obtidos como empréstimo junto ao BID e US\$96,000,000,00 de contrapartida a cargo do Estado do Acre. Hoje, a operação se encontra dividida em duas fases, das quais a primeira se apresenta em pleno vigor, nos valores discriminados no parágrafo anterior, e a segunda operação está condicionada ao bom desempenho daquela.

¹⁹ O Contrato, inteiro teor, se encontra no Anexo deste trabalho.

²⁰ Por solicitação do Governo do Acre o contrato foi prorrogado para mais 2 anos, com prazo de encerramento em 30.06.2008, conforme documento Avaliação Intermediária (www.ac.gov.br/contratobid/oprograma.index.html)

Após várias reuniões de trabalho entre técnicos do BID e técnicos do Estado do Acre, inclusive com a participação, em algumas, do Governador Jorge Viana e Secretários de Estado, que ocorreram desde o ano de 2000, o Banco aprovou o PDS do Acre em 02 de maio de 2002.

O empréstimo com o BID, primeira fase, nos valores discriminados no primeiro parágrafo, foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução de nº. 23/2002. A garantia do empréstimo é o Fundo de Participação dos Estados (FPE), autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Acre, conforme Lei 1.420/01. O Governo Federal Brasileiro é o fiador do Contrato (item 4, da Disposições Especiais) a quem cabe garantir, solidariamente, as obrigações financeiras contraídas pelo Mutuário.

3.2.2 – As estruturas do Contrato e do Programa

O texto do Contrato de Empréstimo, ora incluso neste trabalho (ACRE, 2007), se apresenta estruturado em duas partes, Disposições Gerais e Normas Gerais do financiamento, e quatro anexos: Anexo A, que contém o texto do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre; Anexo B, que contém os Procedimentos para Licitações; Anexo C, que contém os procedimentos para a seleção e contratação de firmas consultoras e especialistas individuais, e, por último, Anexo A-1, que contém o denominado Marco Lógico do Programa.

O Programa se apresenta com dois objetivos gerais: a) melhorar a qualidade de vida da população, e b) preservar o patrimônio natural do Estado do Acre a longo prazo.

Os objetivos específicos são três: a) modernizar a capacidade de gestão ambiental do Estado e assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; b) aumentar a taxa de crescimento do setor silvioagropecuário e gerar emprego; e c) reduzir os custos de transporte e aumentar o acesso à eletrificação no Acre.

A realização dos objetivos, segundo o Programa, se operacionaliza através de três componentes. a) Componente Ambiental (gestão sustentável e conservação dos recursos naturais); b) Componente de Produção (apoio e promoção do desenvolvimento

produtivo sustentável e emprego) e c) Componente de Infra-estrutura (infra-estrutura pública de desenvolvimento).

Segundo o Programa, cada componente será executado por meios de seus respectivos subcomponentes, de tal modo que:

i) a realização do primeiro componente (ambiental) se dará através dos seus Subcomponentes: a) administração de terras, executado pelo Instituto de Terras do Acre-ITERACRE; b) estabelecimento e gestão de áreas protegidas, executado pela Secretaria de Estado de Florestas-SEF; c) fortalecimento do sistema de gestão ambiental, executado pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC, e d) apoio á preservação de culturas tradicionais, executado pela Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour-FEM;

ii) a realização do segundo componente (Produção) se dará através de seus subcomponentes: a) geração e transferência de tecnologia, executado pela Empresa de Assistência e Extensão Agroflorestal do Acre-EMATER; b) apoio a populações tradicionais e pequenos produtores, executado pela Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar-SEPROF; c) defesa e inspeção sanitária, executado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre-IDAF; d) gestão de recursos florestais, executado pela Secretaria Estadual de Floresta-SEF, e e) promoção de negócios, executado pela Agência de Negócios do Acre-ANAC.

iii) a realização do terceiro componente (infra-estrutura) se dará através de seus subcomponentes: a) transporte terrestre, executado pelo Departamento de Estradas e Rodagens, Hidrovias e Infra-estrutura Aeroportuária do Acre-DERACRE; b) melhoria da rede fluvial, executado também pelo DERACRE; e c) energia alternativa, a ser executada pela Secretaria de Estado do Planejamento do Acre-SEPLAN.

3.2.3 – As condicionalidades do contrato

A implementação do PDS do Acre foi precedida de condicionalidades expressas objetivando a assinatura do Contrato de Empréstimo com o BID, o que se deu através de várias ações com vistas à modernização da administração fiscal, a assinatura de

vários convênios e ações no campo da arrecadação e fiscalização de tributos (conforme Primeiro Relatório Semestral de Progresso, Primeiro Semestre de 2003, item ‘antecedentes’), bem assim a assinatura, com o Ministério da Fazenda, ainda no ano de 2000, do Contrato de Ajuste Fiscal (conforme Nota Técnica, cópia anexa, do Governo do Acre, de março de 2002, assinada pelo Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação, Gilberto C. Lopes Siqueira (ACRE, 2002).

O contrato foi firmado sob a prévia condição de sanção das seguintes normas: Lei 1.361/00, que institui a Política de Incentivos às Atividades Industriais; Lei 1.358/00, que cria o Programa de Incentivo Tributário para Empresas Cooperativas e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agroindustrial, Florestal, Extrativo Vegetal e Industrial Turística; Lei 1.359, que autoriza o Poder Executivo a dispor de bens móveis e imóveis, de sua propriedade, de forma vinculada à aplicabilidade de sua Política de incentivo às atividades industriais, visando o desenvolvimento sustentável do Estado, e a Lei 1.351/00, que autoriza a criação da Agência e Negócios do Estado do Acre-ANAC, conforme páginas 6 e 7 do Relatório Semestral do Primeiro Semestre de 2003.²¹

Há também condicionalidades relacionadas especificamente ao gerenciamento do Programa (Cláusula 3.02, das Disposições Especiais), as quais estabelecem condições para o primeiro desembolso do financiamento: Criação da Unidade Executora-UE e nomeação de seu Coordenador; publicação de edital para contratação da Empresa Gerenciadora do Programa; criação da Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento - CEAA; entrada em vigor dos regulamentos operacionais dos subcomponentes: Apoio a Populações Tradicionais e Pequenos Produtores e Promoção de Negócios, bem como a abertura de contas bancárias exclusivas para a movimentação do financiamento e da contrapartida local. Foi estipulada também (Cláusulas 3.03 a 3.06, das Disposições Especiais) uma série de outras condições específicas para os

²¹ De acordo com o Relatório Semestral de Progresso (primeiro semestre de 2003), no seu ítem 2.1 ANTECEDENTES, a condicionalidade do BID antecede à assinatura do contrato de empréstimo, como se pode observar na seguinte passagem: “[...] Com o objetivo de modernizar a administração fiscal foram realizados vários convênios e ações no campo da arrecadação e fiscalização de tributos a fim de se pleitear, junto ao BID, um empréstimo para o desenvolvimento sustentável do Estado, com amplo alcance social. O Governo do Estado recebeu, então, a visita de várias missões de identificação com a presença de diversos técnicos do BID e, paralelamente, realizou a cumpriu diversas ações relacionadas com o marco legal nacional, de forma a viabilizar a contratação de crédito externo com o BID, podendo-se destacar os seguintes eventos: [...]”, conforme se pode ver acessando: <http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>.

subcomponentes: Administração de Terras, Energia Alternativa, Apoio a Populações Tradicionais e Pequenos Produtores e Promoção de Negócios.

De acordo com contrato (Cláusula 4.05, das Disposições Especiais), o Mutuário Estado do Acre é obrigado a criar, por meio da Empresa Gerenciadora do Programa, um Sistema de Informação para acompanhamento e avaliação do Programa com uma base de dados que contenha indicadores quantitativos socioeconômicos e ambientais de desempenho e impacto do Programa, devendo tais indicadores ser difundidos periodicamente.

Do mesmo modo, o Mutuário é obrigado, conforme Cláusula 4.06, das Disposições Gerais do Contrato, a apresentar ao Banco Relatórios Semestrais sobre o estado da execução do Programa, devendo conter os seguintes aspectos: a) análise dos progressos físicos e financeiros do Programa, com ênfase nos objetivos alcançados; b) impactos ambientais e sociais das obras e ações realizadas; c) o grau de satisfação dos beneficiários; d) resultados e tempo de processamento dos recursos relacionados aos subcomponentes: Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores e Promoção de Negócios; e) análise críticas dos problemas encontrados e medidas mitigadoras adotadas, e f) programação para o ano seguinte.

Também, segundo o Contrato (Cláusula 4.07, das Disposições Especiais) haverá, após 24 meses de vigência do Contrato, uma Avaliação/Revisão Intermediária do Programa tendo como base os Relatórios Semestrais, os Relatórios de Acompanhamento das Secretarias de Estado, os Relatórios de supervisão ambiental, as minutas das reuniões do Comitê de Avaliação e Acompanhamento.

Tal avaliação intermediária deverá, segundo o contrato (Cláusula 4.07, das Disposições Especiais), incidir sobre: a) os progressos em alcançar os objetivos do programa; b) os impactos ambientais; c) eficácia dos mecanismos de participação da sociedade civil; d) cumprimento do contrato; e) cumprimento dos indicadores de desempenho do Marco Lógico (Anexo A-I, do Contrato); f) o tempo da regularização fundiária; g) o aproveitamento dos recursos na execução dos subcomponentes Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores e Promoção de Negócios, e eficácia do

sistema de acompanhamento e avaliação do Programa e h) mecanismos de disseminação dos resultados.

3.2.4 – A constituição operativa do Programa

O programa é constituído de: i) uma Unidade Executora do Programa-UEP, instituída pelo Decreto nº 5.548/02, de responsabilidade da Secretaria de Planejamento do Estado do Acre-SEPLAN, e funciona como coordenação geral da implementação e acompanhamento do Programa e interlocutora do Estado perante o Banco; ii) uma Empresa Gerenciadora do Programa-EGP, contratada para dar suporte técnico e administrativo aos processos de acompanhamento e avaliação do Programa; iii) uma Empresa de Auditoria do Programa-EAP que, de forma independente, audita os gastos e orienta a UEP com vistas à qualidade da execução do Programa, e iv) uma Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação-CEAA, instituída pelo Decreto nº 5.549/02, formada por 60 (sessenta) representantes da sociedade civil, vinculada ao Gabinete do Governador e que tem como seu Presidente o Secretário de Estado de Planejamento. A CEAA tem como objetivos: a) acompanhar e avaliar o PDS do Acre; b) propor e estabelecer mecanismos que permitam a participação social, canalizar as contribuições e sugestões da sociedade civil e c) ser meio pelo qual se divulgará o Programa (ACRE, 2007).

3.2.5 – A distribuição dos recursos financeiros do Programa

A distribuição inicial dos recursos financeiros se apresenta da seguinte forma: 33,8%, para o Componente Produção; 30,9%, para o Componente Infra-estrutura; 15,9%, para o Componente Ambiental; 8,6%, para os Custos Financeiros (juros, comissão de crédito e FIV); 6,8%, para Administração e Supervisão do Programa; 3,3%, para Sem Designação Específica, e 0,7%, para Auditoria e Comissão de Avaliação e Acompanhamento. São 80,6% dos gastos diretos em favor do objeto do financiamento e 19,4% para outros gastos (ACRE, 2007).

3.2.6 – Dos Relatórios de Progresso e da Avaliação Intermediária do Programa

Segundo informa o mutuário, embora o Contrato de Empréstimo tenha sido assinado em meados de 2002, o programa somente veio a ser iniciado no início de 2003, tendo em vista o recesso (sic) do Programa em função das eleições no País para Presidente da República e governadores de Estado (conforme fl. 8, do Primeiro Relatório Semestral de Progresso de 2003).²²

Até a presente data (janeiro de 2008), o Estado do Acre, segundo informação do site do Programa, já apresentou ao Banco 6 (seis) Relatórios Semestrais de Progresso, um para cada semestre (que objetiva informar às autoridades do Governo, do BID e da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, os resultados obtidos pelo Programa), a Avaliação Intermediária do Programa e o Relatório de Revisão do Meio Termo, através do qual o Mutuário requer ampliação do prazo de execução do projeto, que é de 48 (quarenta e oito) meses, para mais 24 (vinte e quatro) meses, assim como propõe novo arranjo na distribuição dos recursos financeiros, com fortalecimento do componente da infra-estrutura.

Antes da data do término do prazo previsto, no Contrato de Empréstimo, para a finalização da execução do PDS do Acre, o Mutuário apresentou, em cumprimento à Clausula 4.07 do aludido Contrato, a sua Avaliação Intermediária, que congrega todas as informações até então (31.10.2005) prestadas através dos Relatórios Semestrais, dos Relatórios de Acompanhamento, da Supervisão Ambiental e das Minutas das Reuniões da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa.

Na apresentação deste documento, o Mutuário alega que o prazo de execução do projeto foi insuficiente para apresentação de resultados consolidados.

Chama, porém, atenção para o fato de que *“as experiências com Administração de Terras, Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Florestais e Transportes Terrestres apresentaram significativo avanço em relação aos objetivos definidos”*.

²² <http://www.ac.gov.br/contratobid/oprograma/index.html>

Já no que toca ao Apoio a Populações Tradicionais e Pequenos Produtores e a Promoção de Negócios, o Mutuário considera que carecem de amplo e sistemático suporte técnico.

No que concerne ao Estabelecimento de Áreas Protegidas, Preservação de Culturas Tradicionais, Geração e Transferência de Tecnologia, Defesa e Inspeção Sanitária, Melhoria da Rede Fluvial e Energia Alternativa, o Mutuário acredita que *“com pequeno apoio técnico poderá melhorar seus instrumentos de planejamento e execução e assim atingir os objetivos colimados no Programa”*.

Quanto às ações da Unidade Executora, o documento considera que *“atendem às demandas e, assim, cumpre com todos os compromissos assumidos com o BID”*.

A avaliação considera desafio do programa *“continuar a implementar as ações de forma participativa e transparente”*.

Ao final, o Mutuário requer mais prazo para a execução do Programa (mais 48 meses), mantém os valores originais do Contrato e propõe um novo arranjo entre categorias de gastos: reduzir os gastos previstos para Administração e Supervisão e incrementar 4,6% para o subcomponente Transporte Terrestre. Quanto aos demais subcomponentes, aduz que *“os valores permaneceram praticamente os mesmos”*.

O documento faz um balanço, através de cada subcomponente, da execução do Programa até a data de 31.10.2005.

3.3 - O discurso e a prática do Desenvolvimento Sustentável no PDS do Acre

A análise que aqui se fará terá como objeto cinco fontes formais institucionais relacionadas diretamente à proposição, divulgação, execução e avaliação do Programa, quatro delas (as quatro primeiras abaixo relacionadas), de autoria do mutuário, e uma, do BID.

A primeira se apresenta no texto denominado *Propuesta de Préstamo* elaborado pela equipe do BID (BID, 2002).²³ A segunda, no texto da Nota Técnica do Governo do Acre sobre o Programa (ACRE, 2002)²⁴. A terceira, no texto de Apresentação do Programa, item “Construindo seus fundamentos”, no Portal do Governo do Estado do Acre. (ACRE, 2006)²⁵ A quarta, no Anexo A, do Contrato de Empréstimo (ACRE, 2007)²⁶. A quinta, no documento de Avaliação Intermediária do Programa e Relatório de Revisão do Meio Termo (ACRE, 2007)²⁷, documentos estes que trazem as informações dos Relatórios Semestrais, dos Relatórios de Acompanhamento, da Supervisão Ambiental e das Minutas das reuniões da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa.

3.3.1 – O documento, *Propuesta de Préstamo*, do BID

O BID formulou um texto denominado *Propuesta de Préstamo* (BID, 2002), elaborado por seus técnicos, que precedeu e possibilitou a assinatura do empréstimo e, mais que isto, definiu o escopo do Programa (PDS do Acre).

O documento apresenta o diagnóstico da situação econômica e ambiental do Acre, o conteúdo do Programa (objetivos, descrição dos componentes e custos e financiamento), o modo pelo qual o mesmo será executado, e, ao final, apresenta a viabilidade e os riscos relativos.

Os textos da aludido documento - que tratam do conteúdo do Programa e do modo pela qual o mesmo será executado - são, em grande parte, semelhantes ao contido no Contrato de Empréstimo, especialmente o seu Anexo A. Nesse passo, não resta dúvida de que o Programa fora elaborado pelos técnicos dos BID, o que leva a entender que a formulação da política de desenvolvimento nele contido é, efetivamente, de autoria do BID²⁸. Nesse caso, não há falar que o programa traz algumas condicionalidades do BID, senão que ele é só condicionalidade.

²³ <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=413638>

²⁴ http://www.seplan.ac.gov.br/bid/Informe_do_projeto_BID-SEPLAN.pdf

²⁵ <http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>

²⁶ Contido no Anexo da presente dissertação.

²⁷ <http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>

²⁸ Segundo Noam Chomsky, “o modo mais eficaz de restringir a democracia é transferir a tomada de decisões da arena pública para instituições não sujeitas ao controle público...” (CHOMSKY, 2002, p. 144)

No diagnóstico da situação econômica e ambiental do Acre, o Banco atribui as causas da pobreza-desmatamento-degradação ambiental, pelas quais entende passar o Estado do Acre, ao contexto de (i) acesso aberto ao recurso terra, (ii) baixo retorno econômico da agropecuária tradicional, e (iii) deficiência da infraestrutura de transporte e provisão de energia²⁹. Estabelecimento do direito de propriedade, a instituição de uma economia florestal e constituição de uma infra-estrutura para possibilitar a produção e o seu escoamento: eis o receituário do BID para a superação da pobreza-desmatamento-degradação.

O Banco, em seu documento, também confere as estratégias do Governo do Acre que, naquele instante, estariam voltadas para: (i) o desenvolvimento econômico baseado no uso sustentável dos recursos naturais; (ii) o crescimento equitativo da população, e (iii) a conservação da diversidade cultural do Estado.

O documento dá conta da estratégia do Banco para o Brasil que, na época, consubstanciava-se em:

“(i) promover e aprofundar a reformar e modernização do setor público a nível federal e estadual; (ii) apoiar os esforços para melhorar a competitividade e acesso ao mercado da produção brasileira, (iii) apoiar os esforços para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, (iv) atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais, com ênfase na proteção dos ecossistemas vulneráveis.” (BID, 2002). (tradução livre do autor)

Ao que consta, será a cominação das ‘duas estratégias’ (se é que existe mais de uma), a do Governo do Acre e a do Banco, que formulará o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.³⁰

²⁹ “Na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ecológicos [e sociais]. A crise ambiental [e social] não é mais um efeito da acumulação do capital, mas o resultado do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns [recursos naturais]. Uma vez estabelecido o anterior – afirma o discurso do desenvolvimento sustentado -, as leis clarividentes do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade.” (LEFF, 2006, p. 139)

³⁰ “O monólogo ruidoso dos organismos internacionais auscultando a si mesmos nunca se transformou em diálogo por interesses comuns.” (PROCÓPIO, 2005, p. 362)

Vê-se que, para o Governo e para o BID, os problemas sociais, ambientais e econômicos, porque ‘passava’ o Acre, tinham como solução o desenvolvimento econômico, o que para ambos se efetivaria com a proteção da propriedade, com o uso econômico da floresta e com a construção de estradas e eletrificação rural, a infraestrutura necessária para tal.

O Banco, no documento, conceitua o Programa, o que faz apresentando os seus objetivos, tanto no plano ambiental - limitar a expansão da fronteira agropecuária de modo a diminuir a taxa de desmatamento pela redução do acesso aos recursos naturais, quanto no plano econômico - basicamente fomentar o crescimento econômico com o aproveitamento adequado dos recursos naturais. A questão é limitar, diminuir, reduzir... Todavia, o resultado parece insistir na direção contrária, conforme se verá na seqüência deste trabalho.

No aspecto das viabilidades (técnica, institucional, financeira, econômica da obra, sócio-ambiental, participação da sociedade civil e benefícios e beneficiários do programa), vale aqui destacar, em razão das finalidades da presente pesquisa, a econômica, a sócio-ambiental e a relativa à participação social.

Quanto à viabilidade econômica especificamente da obra de pavimentação da estrada (70,1 km), a consideração do BID, para análise de seus custos/benefícios, se dá pelo fato de que a mesma funcionará como infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico da região, posto que gerará um novo tráfego de produtos florestais (“madeira certificada em troncos das florestas de Cruzeiro de Sul”) e não florestais. Vê-se da onde vem a obsessão pela madeira.

No que toca à viabilidade sócio-ambiental, a finalidade é limitar, num lapso de 20 anos, a expansão da fronteira agropecuária em 16% do território acreano, de modo a reduzir o desmatamento a uma taxa de 0,4% a 0,3% por ano ³¹.

Aqui o Banco já procura estabelecer uma repartição do território acreano para as finalidades de uma determinada atividade econômica: 16% do território acreano

³¹ Ao final, ver-se-á que tais taxas têm-se elevado em muito (SOUZA Jr. et al, 2006), contrariando a escrita, mas, como será demonstrado, confirmando a prática insustentável’ desse ‘desenvolvimento’.

equivalem à reserva de 2,64 milhões de hectares de terra destinada à atividade agropecuária.

Quanto à redução do desmatamento, parece muito pouco coerente com o discurso de proteção ambiental aceitar uma taxa tão inexpressiva no sentido da sua proteção. Em 20 anos, chegar-se-á a uma taxa média acumulada de 8% de redução do desmatamento. Haverá proteção assim? Quando se chegar à taxa acumulada de 50%, o que se protegerá?

Quanto aos benefícios econômicos do Programa, o documento os projeta na busca: (i) da diminuição da taxa de desmatamento de 0,4% a 3% em 20 anos; (ii) do retorno no aproveitamento sustentável de recursos florestais de 1 milhão de hectare de florestas estatais e (iii) da recuperação de 45 mil hectares de terras degradadas e sua conversão em atividades agropecuárias ambientalmente sustentáveis de maior rentabilidade de 30 mil hectares de pastos. Boa concorrência: enquanto se explora 1 milhão de hectares, se recupera 45 mil de áreas degradadas. Quem vai chegar primeiro nesta corrida? A preservação ou a degradação? Observe-se também uma recorrência quanto ao desenvolvimento da atividade agropecuária.³²

No que diz respeito aos benefícios sociais, objetiva o programa possibilitar o acesso aos ativos de cerca de 20 mil famílias, o equivalente a 25% da população rural do Estado.³³

O documento informa da participação da sociedade civil tanto na elaboração do Programa quanto na sua fase de execução, o que se dá com a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa. Esta questão será analisada na seqüência deste capítulo.

³² Analisando o estranho fenômeno da expansão pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes, Cavalcante aponta as contradições dessa atividade de conseqüências prejudiciais à conservação das florestas com o desmatamento para a abertura de pastos e, mais ainda, na ação governamental e de entidades não governamentais que, no afã de frear tal avanço, apóiam e incentivam, como substituto econômico, o manejo madeireiro comunitário, também questionável, segundo entende, sob o ponto de vista ambiental e mercadológico (CAVALCANTI, 2005, p. 300).

³³ A respeito, observar, na seqüência, a análise do subcomponente Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores.

Por fim, a última parte do documento trata também dos riscos de sua execução. Com base na experiência da pavimentação da estrada que liga Porto Velho a Rio Branco, cujos impactos sociais e ambientais foram importantes, o Programa, na busca da minimização de impactos na construção dos 70,1 km da BR 364, prevê (i) o saneamento predial do Município de Tarauacá; (ii) a criação de uma Floresta estatal de produção – de 1 milhão de hectares; (iii) o fortalecimento das unidades de vigilância ambiental; (iv) a licença ambiental de instalação; (v) o interesse do setor privado para a exploração da floresta sustentada nas florestas estatais de produção.

Receita essa cujo sucesso é, no mínimo, duvidoso, haja vista que a legalização da propriedade, por exemplo, não representa, por si só, a garantia de que o seu uso obrigatoriamente se dará sem impactos sociais e ambientais. Também que os instrumentos da vigilância³⁴ e da licença ambientais terão eficácia no impedimento dos impactos. Não se olvide que apesar deles os impactos ambientais e sociais persistem. Também, que o interesse do setor privado seja, necessariamente, para a exploração da floresta sustentada, posto que não é, historicamente, isto que se vê.³⁵

O Programa considera ainda como fator de risco, a mudança política³⁶, isto é, a troca de Governo do Acre. A fim de evitar o risco de que seja mudada a estratégia do então Governo Jorge Viana (a mesma do BID), está garantida a participação da sociedade civil no acompanhamento de sua execução, tudo para que uma mudança política, a ser aplicada por um outro eventual governo, seja minimizada com a resistência social.

Ocorre que, da forma como se encontra formada a Comissão de Acompanhamento a Avaliação (questão desenvolvida na seqüência deste capítulo), em que o poder executivo dispõe de total controle sobre a mesma, qualquer outro governo

³⁴ A respeito, observar, na seqüência, a análise do subcomponente Estabelecimento e Gestão de Área Protegidas.

³⁵ “Assim, analisando os resultados obtidos por meio da análise dos discursos empresariais anteriormente registrados, com a argumentação inicialmente discutida, podemos considerar que não foi devido à consciência ecológica mas sim à consciência econômica que o setor empresarial adjetivou-se de ‘verde’ e conquistou um espaço no ambientalismo, com o direito de requisitar a legitimidade discursiva quanto aos caminhos a serem percorridos para a humanidade atingir uma sociedade sustentável. (...) Assim para a manutenção do modus operandi da racionalidade econômica, foi necessário implementar ajustes, reformas, que se adequassem aos constrangimentos ambientais” (LAYRARGUES, 1998, p. 211-212)

³⁶ Nesta passagem do documento do BID, é fácil supor que, para ele, o risco ambiental, no contexto do PDS do Acre, é menos importante que o risco da mudança de poder no Governo do Acre.

não terá nenhuma dificuldade para fazer o que quiser com a mesma (como o atual faz). Eis um dos paradoxos da gestão não democrática do Programa.

3.3.2 – O Anexo ‘A’ do Contrato: dos objetivos do Programa

O texto do Programa, contido no Anexo ‘A’ do Contrato (já descrito no início do presente capítulo, conforme ACRE, 2007), não define o que vem a ser desenvolvimento sustentável. Todavia, pelos seus objetivos (gerais e específicos), é possível compreender o caráter do desenvolvimento que o mesmo se propõe alcançar.

Para o Programa, a *melhoria da qualidade de vida* da população e a *preservação do patrimônio natural* do Estado a longo prazo (seus dois objetivos gerais) estão condicionados à consecução dos seus objetivos específicos, quais sejam: (i) à modernização da capacidade de gestão ambiental; (ii) à garantia de um uso eficiente dos recursos naturais; (iii) ao aumento da taxa de crescimento do setor sivoagropecuário; (iv) à geração de emprego; (v) à redução dos custos de transporte e (vi) ao aumento do acesso à eletrificação rural.

Vê-se que, sobre os dois objetivos gerais se apresentam objetivos específicos que traduzem os verdadeiros intentos do Programa e sem os quais, em razão de suas naturezas operacionais, aqueles correm o risco de não se realizarem. Noutras palavras: caso não seja possível operacionalizar, no Programa, (i) a afirmação da tecnologia na gestão ambiental e no uso dos recursos naturais; (ii) o aumento da taxa de crescimento do setor silvioagropecuário para gerar emprego e (iii) a disposição de infra-estrutura no transporte e na energia elétrica para a floresta, não será possível melhorar a *qualidade de vida* da população e *conservar os recursos naturais* do Estado.

Assim, a busca pela *qualidade de vida* e pela *preservação do patrimônio natural* trata de “justificar”, no plano do discurso, os objetivos de cunho, preponderantemente, econômicos: o aumento da taxa de crescimento econômico (no setor sivoagropecuário) e formação de infra-estrutura (com estrada e energia para a floresta) para garantir tal desenvolvimento, tudo conforme a receita (condicionalidades) do BID, cujas naturezas filiam-se, indiscutivelmente, a um projeto de desenvolvimento econômico pautado na

exploração dos recursos naturais, este que tem sido forjado pelo discurso da sustentabilidade³⁷, conforme já exposto nos dois primeiros capítulos desta pesquisa.

3.3.3 – A Nota Técnica do Governo do Acre

O Estado do Acre lançou uma Nota Técnica, assinada, em março de 2002 (ACRE, 2002), pelo então Secretário de Estado, Gilberto C. Lopes Siqueira, que se constitui em Informe Executivo do Projeto (Programa), cujo texto é, digamos, mais direto e franco na declaração dos objetivos:

“O objetivo geral do Programa é promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável e a diversificação produtiva no Acre a fim de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado em longo prazo.” (ACRE, 2002)

Vê-se que aqui há uma inversão no discurso. Enquanto o discurso do Contrato coloca, no plano textual, em primeiro lugar, como objetivos gerais, *a qualidade de vida e a preservação ambiental*, no discurso da Nota Técnica não se vê qualquer preocupação discursiva em encobrir a ordem e a prevalência dos objetivos vinculados à promoção do desenvolvimento econômico (“ambientalmente sustentável”) e a diversificação produtiva, pelas quais, promete o Programa, haverá melhoria da qualidade de vida e da preservação ambiental.

É a sustentabilidade econômica que, segundo a Nota, sustentará a ecológica e a social. Assim, a crença do Programa, também pela Nota, se assenta, fundamentalmente, no fator econômico (“ambientalmente sustentável”) como condição para a consecução das sustentabilidades social e ambiental. O que é, plenamente, confirmado, nos objetivos específicos do referido documento que buscam, de forma operacional:

a) modernizar a capacidade reguladora, administrativa e supervisora da máquina pública para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais em longo prazo;

b) incrementar a rentabilidade econômica do setor silvoagropecuário e fomentar investimentos produtivos estratégicos como mecanismo

³⁷ “A retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado” (LEFF, 2001, p. 24)

para elevar as taxas de crescimentos econômicos o Estado do Acre, geração de emprego e renda, bem como melhorar os níveis de empregos existentes; e

c) elevar a qualidade da infra-estrutura pública a fim de incrementar o nível de competitividade econômica do Acre” (ACRE, 2002).

Como visto, com as quase mesmas palavras do Contrato, é dito, pela Nota Técnica, a que se destina o Programa: modernizar o setor público para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; incrementar rentabilidade econômica no setor silvoagropecuário e garantir uma infra-estrutura pública para fins de competitividade econômica.

Eficiência, rentabilidade e competitividade são, em verdade, verbetes do dicionário econômico que, no PDS do Acre, se apresentam plenamente albergado pelo discurso da sustentabilidade.

Deste modo, sem maior esforço, pode-se apontar que o PDS do Acre, pelos documentos em questão, se fundamenta, no plano do discurso, sob um conceito de desenvolvimento sustentável que busca encobrir (nem tanto) a verdadeira face do discurso da sustentabilidade projetada no imaginário da população, que é de flagrante e forte apelo ecológico.

A propósito, vale informar que o Governo, que assinou o contrato de empréstimo e executou o Programa, passou, nos seus primeiros 4 anos de execução, 8 anos sob a fachada de “Governo da Floresta” , do Desenvolvimento Sustentável e da “Florestania”³⁸, seu plano de mídia diária, seu grito de guerra para abafar o canto do verdadeiro intento: Governo do Desenvolvimento Econômico”, ou melhor, Governo da Sustentabilidade Econômica...³⁹

³⁸ “[...] fica entendido como conceito de florestania um modo de pensar, criar, produzir e ser feliz, tipicamente amazônico, e que seja capaz de construir uma sociedade ao mesmo tempo tradicional e moderna, original e solidária, servindo de modelo de civilização neste terceiro milênio.” (texto do §1º, do art. 1º, do Decreto do Governo do Acre, de nº 10.680/04, pela qual é criado o Prêmio Chico Mendes de Florestania (www.aleac.gov.br)).

³⁹ “Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento, ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico. Segundo essa idéia de sustentabilidade produzida, ‘o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas’” (MARIN e CASTRO, 2006, p. 18)

3.3.4 – O texto de apresentação do Programa: “Construindo seus fundamentos”

No texto de apresentação do Programa (ACRE, 2007), no item “construindo seus fundamentos”, vai sendo possível melhor ainda compreender as finalidades contidas naqueles objetivos, até porque apresentam, de maneira mais direta, os elementos constitutivos da sustentabilidade que defende.

Pelo texto, o território acreano se encontra propício a um ordenamento adequado para o uso de seu patrimônio natural, tendo 6 milhões de hectares com aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada, o que representa, segundo o documento, uma economia florestal de 1 bilhão de dólares/ano com possibilidade de criação de 5 mil empregos diretos. Observa-se, já no início da apresentação, não haver dúvida da proeminência do projeto econômico com vistas à exploração do patrimônio natural do Acre. A natureza é vista, fundamentalmente, como capital natural. Afinal, são 6 milhões de hectares destinados à produção florestal que renderão, ao ano, 1 bilhão de dólares.

A proposta-síntese do Programa, segundo o texto, é a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável que dinamize a economia (sustentabilidade econômica), corrija as injustiças sociais (sustentabilidade social), conserve a floresta (sustentabilidade ambiental) e respeite as culturas dos vários povos que lá habita (sustentabilidade cultural). O texto só não informa de que modo é possível conciliar as sustentabilidades, visto que é clara, pelos seus objetivos, a suprema importância dada à econômica em detrimento das demais.

De acordo com o texto, a economia de base florestal sustentada, defendida no Programa, será possível através do uso dos seguintes instrumentos: o manejo florestal; a infra-estrutura, instrumentos de créditos e econômicos e instrumentos legais. Todos, não há dúvida, revelam-se, pelo contexto dos escopos pretendidos, instrumentos tecnológicos, financeiros e jurídicos, reservados à exploração econômica da floresta.

O Programa tem como garantia de sua institucionalização a adoção do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico-ZEE, a fim de assegurar o planejamento

e a execução de políticas públicas e privadas para alcançar melhores resultados com menor prejuízo ao meio ambiente. Informa o texto que o ZEE já havia produzido o *Mapa de Aptidão Agrícola*, o *Mapa de Aptidão Agroflorestal* e o *Mapa de Conflitos Agrários*⁴⁰, possibilitando, com isso, a criação de áreas de conservação ambiental de uso sustentável.

Primeiro a aptidão econômica da floresta, depois, quem sabe, a sua preservação. Veja-se que a conveniência dos primeiros mapas produzidos pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, todos voltados para os aspectos da exploração econômica do meio ambiente como potencial que o território tem a oferecer. Vê-se, também, que, para se alcançar os melhores resultados (econômicos), a questão, para o Programa, não é evitar prejuízos ambientais, mas os menores prejuízos.⁴¹

Segundo o texto, já era possível se vê resultados econômicos, a exemplo dos seringueiros da Floresta Estadual do Antimary que se tornaram “*aptos a trabalhar na exploração da madeira*”⁴², inclusive, já estando a Associação dos Moradores da Floresta do Antimary “recebendo 10% da receita bruta da venda da madeira”. Ao que parece, isto significa a troca da cultura extrativista para a cultura da exploração madeireira, significa mais: tornar a sociedade civil sócia desta exploração.

Informa, ainda, o texto do site do Programa, que o Governo do Acre, visando a produtividade das florestas através do manejo sustentado, está atraindo indústrias para o Estado “*querendo agregar valor aos produtos da madeira, inclusive oferecendo*

⁴⁰ A propósito, a respeito de um dos efeitos do zoneamento, Acsegrad avalia que, “Na metodologia do ZEE, adotada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos a partir de 1997, é perceptível a analogia entre o espaço a planejar e a idéia de empresa: caberia procurar atingir a plena capacidade produtiva do território, ‘otimizando o uso do espaço’ e atribuindo-se eficiência técnica compatível com a competição internacional” (ACSELRAD, mimeo.).

⁴¹ “O bom é que destruindo menos a floresta fazemos a economia crescer de maneira exemplar” (o então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006)

⁴² Esteves e Brito no estudo “Os conflitos de Identidade na Formulação do Princípio do ‘Desenvolvimento Sustentável’, O Caso do Assentamento Extrativista Porto Dias, no Acre”, analisam a experiência de manejo madeireiro numa reserva extrativista onde há, por parte de algumas pessoas, resistência em mudar de atividade, concluem que “o conflito que se coloca entre os manejadores e os não manejadores sintetiza o vínculo da relação homem x natureza, pois, historicamente, esse homem viveu da herança cultural acumulada, onde aprendeu a garantir sua sobrevivência na floresta, a partir da caça, da pesca e das árvores, sobretudo da castanha e da seringueira. O modelo [madeireiro] evidencia a oposição básica definida na formulação da proposta de melhoria das condições de vida, como condição definidora do princípio de sustentabilidade. Princípio que tem como critérios: a manutenção da identidade de trabalhador seringueiro, a integridade do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida.” (ESTEVEES e BRITO, 2007, p. 142)

incentivos...”. Tudo pela produtividade das florestas⁴³. A gana é da exploração dos recursos naturais. O que não é por menos. Afinal, isto vale 1 bilhão de dólares/ano⁴⁴.

O texto dá conta de que “*o Acre tornou-se referência mundial, optando por explorar seus recursos naturais, inclusive madeira, na forma racional, com plano de manejo florestal e da floresta de cultivo*” e que, no seu Plano Plurianual-PPA de 2004/2007, já estava estabelecido a busca pelo fortalecimento dos programas de incentivo para elevar a produção e a industrialização da madeira com selo verde internacional...⁴⁵ É o mercado internacional na cena. O que importa é integrar o Acre, como referência de explorador de seus recursos naturais, no mercado global.

Não há dúvida de que a sustentabilidade econômica, através da crença de uma economia florestal potente, dá o tom da empolgação contida no texto do Programa apresentado, à sociedade. O que, de fato, se sobressai é a busca pela realização dos objetivos econômicos, a exemplo das medidas ali já tomadas, em detrimento das outras sustentabilidades, em especial a ambiental.

A fixação pela madeira, sua industrialização, como produto de mercado internacional, é igualmente forte no texto. Da mesma forma, o uso da tecnologia do manejo florestal, o império da racionalidade no uso dos recursos naturais. Igualmente forte nesta parte do documento é a transformação dos seringueiros, da Floresta Estadual do Antimary, em trabalhadores da madeira, e sua organização não-governamental como sócia das empreitadas de exploração madeireira.⁴⁶

Não há dúvida de que o meio ambiente é tido como um capital natural que possibilita grandes ‘oportunidades de negócio’.⁴⁷

⁴³ “Os potenciais da natureza são reduzidos à sua valorização no mercado como capital natural (...) tudo pode ser reduzido a um valor de mercado nos códigos do capital” (LEFF, 2001, p. 25)

⁴⁴ “Estou seguro de que defender uma economia florestal é um bom negócio” (o então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006)

⁴⁵ Segundo Porto-Gonçalves, para certificar-se, um produto florestal, seja empresa ou uma comunidade, contrata e paga a uma das certificadoras. Constitui-se, assim, um novo mecanismo de intermediação que exclui o Estado da regulação do setor e joga todas as suas cartas ao mercado. “Não podia ser mais liberal” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 359)

⁴⁶ “O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se, assim, numa ‘política de representação’ (Escobar, 1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimila-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza” (LEFF, 2001, p. 25)

⁴⁷ De acordo com Becker, inicialmente citando Vieira, para os adeptos da racionalidade economicista, “Os recursos não são vistos senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço”. (Vieira, 1995, p. 106) Nesse

3.3.5 – A Avaliação Intermediária do Programa, pelo Estado do Acre

A Avaliação Intermediária é um documento produzido pelo Mutuário (ACRE, 2007), que congrega todas as informações prestadas, até 31.10.2005, através dos Relatórios Semestrais, dos Relatórios de Acompanhamento, da Supervisão Ambiental e das Minutas das Reuniões da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa.

O que nos interessa neste tópico da presente pesquisa é conhecer e analisar a relação entre as atividades previstas e os resultados alcançados, a fim de avaliar, mesmo que parcialmente, a efetividade do Programa. Assim, pela ordem, será apresentado, de forma sintética, o relato, pelo Mutuário, das atividades previstas e as realizadas em cada subcomponente, dos três componentes do Programa, os impactos econômicos e sócio-ambientais relatados, as perspectivas e o nível de participação da sociedade civil, tendo como parâmetro de análise os objetivos de cada Componente e seus respectivos subcomponentes, bem assim os objetivos gerais e específicos do Programa.

A avaliação apresentada pelo Mutuário procura responder, frente às atividades propostas, quais as realizadas, seus impactos econômicos e ambientais, o nível de participação da sociedade civil e, por fim, as perspectivas no seguimento das atividades.

3.3.5.1 – Quanto aos fatores econômicos e ambientais da avaliação

Na seqüência, será feito um apanhado da relação entre as atividades mais significativas que foram realizadas e não realizadas, seus impactos econômicos e ambientais. Quanto ao nível de participação da sociedade civil, tal questão será objeto de análise do item subsequente.

3.3.5.1.1 - Do Componente A - Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais

rol, estão, além dos recursos humanos, os recursos culturais. Todos são considerados quantidades de insumos e/ou meios indispensáveis para a exploração econômica. Só por isso, porque são quantidades, possuem a alcunha de recursos. “Nessa linha, autores famosos, que cunharam conceitos famosos como ‘capital humano’, logo cunharão outros: capital natural, capital cultural, etc” (BECKER, 2004, p. 177).

No **Subcomponente Administração de Terras**, executado pelo Instituto de Terras do Acre-ITERACRE (cujos objetivos essenciais estão voltados para a promoção da regularização, ordenação, reordenação fundiária rural, a destinação das terras públicas, arrecadação das terras devolutas, cadastramento rural e mediação de conflitos pela posse da terra), seu intento declarado, como impacto econômico de suas ações, é viabilizar a produção florestal através de plano de manejo “*para suprir de madeira legal as indústrias localizadas na região*”, tendo como expectativa “*os resultados e produtos obtidos com a criação e regularização das Florestas Estaduais é bastante significativo, pois garante aos empreendedores áreas públicas para a promoção do manejo florestal sustentável*” (ACRE, 2007, A.1.6, p. 33).

Segundo Pereira, o Banco Mundial, entre os anos de 1990 e 2004, investiu muito pesadamente na definição de políticas de reforma agrária objetivando “*despolitizar o tratamento do problema agrário existente em grande parte dos países do sul*”, entre os quais o Brasil. (Pereira, 2006, p. 1)

Observando o subcomponente em questão, vê-se semelhança nos objetivos de ambas as instituições multilaterais de desenvolvimento, especialmente quanto à visão de desenvolvimento embutida nas suas ações para área que é, segundo o autor, baseada na universalização da propriedade privada, o que implica na concessão de títulos de propriedade a posseiros com o objetivo prioritário de diminuir a informalidade no mercado de terras, possibilitando, assim, maior segurança legal às transações e, mais importante, inculindo o valor de troca à propriedade em detrimento do seu valor de uso. (idem, p. 2). Tais políticas também objetivam, segundo o autor, especialmente, criar mecanismos de controle de conflitos agrários. (Pereira, 2006, p. 1)

A política de estímulo ao uso produtivo da floresta é patente, não somente em relação às propriedades privadas, e as por ela privatizadas (com as concessões de títulos), mas, sobretudo, em relação às chamadas terras públicas nomeadas pela legislação de Florestas Públicas de Produção Estaduais ou Municipais, reservas de produção, cujo fundamento jurídico se encontra assegurado pela Lei estadual nº.

1.426/2001⁴⁸ que possibilita a concessão, pelo Estado ao setor privado, de florestas públicas para a sua exploração econômica (regime de concessão florestal).⁴⁹

O subcomponente em questão tem por meta assegurar que as áreas florestais sejam, na forma da lei, destinadas ao uso produtivo (e sustentável) com vistas a “*suprir de madeira legal as indústrias localizadas na região*”. Referida lei também autoriza a exploração comercial de madeiras nas Reservas Extrativista (conforme §4º, do art. 21), inclusive com a participação, na extração de madeira, do setor privado (inciso I, art. 36). Pela Lei estadual em questão, que ganhou uma réplica, a nível federal (Lei 11.284/06), a floresta será concedida para exploração do setor privado, sobretudo madeireiro.⁵⁰

No **Subcomponente Estabelecimento e Gestão de Áreas Protegidas**, executado pelo Instituto de meio Ambiente do Acre-IMAC (cujos objetivos específicos são: criar e gerir um sistema de áreas protegidas, estabelecer três áreas de proteção integral e proteger o meio ambiente do Parque Nacional da Serra do Divisor), o documento chama atenção para uma informação significativa, frente à declarada tendência da supremacia da exploração sobre a conservação: o Acre possui 3 Unidades de Proteção Integral e 5 Áreas Verdes, o que representa um total de 1.733.415 há (equivalente a 10,52% do território acreano), por outro lado tem 16 Unidades de Uso Sustentável, o que representa 4.045.569 há (equivalente a 24,7% da área do Estado).

Noutras palavras, da totalidade das áreas públicas do estado, estão ‘protegidos’ 10,52% do território acreano. 24,7% do território estão destinados, com autorização legal, à exploração florestal.

⁴⁸ Art. 20, da referida lei, assim estipula: “As florestas Públicas de Produção Estaduais ou Municipais-FLOP são áreas destinadas à produção florestal, principalmente de madeira e outros vegetais, mediante a aplicação de planos de manejo que garantam a sustentabilidade dos recursos manejados, a preservação da natureza, da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais.”

⁴⁹ “Queremos que nosso programa passe das mãos do governo para as mãos do setor privado” (entrevista do então Governador do Acre, Jorge Viana, ao site do BID, cujo título é ‘Queremos que os sonhos sejam realidades’, acessado em 06.11.2006). “... hoje não temos mais fronteira agrícola comandada pelo estado e sim pela iniciativa privada” (Becker, 2007, p. 66)

⁵⁰ Segundo Paula, as consequências da privatização das florestas públicas constitui-se na “persistência e [n]o aprofundamento de um processo de acumulação calcado na espoliação”, esta como uma forma de recrudescimento da exploração primitiva, no conceito de Harvey ‘novo ciclo de acumulação’, conforme artigo: “O conto da ‘floresta pública’ e o Canto da Sereia: Lei 11.284/06”, de autoria de Elder de Andrade Paula, no Caderno Conflitos no Campo Brasil, 2005)

Segundo a Avaliação, tal quadro significa “*o compromisso do Estado com o desenvolvimento da região, unindo à conservação ambiental*” (ACRE, 2007, A.2.5, p. 44) Como perspectiva, o subcomponente é franco: tem ainda como desafio implementar, no ano de 2006, um sistema que garanta o monitoramento e a gestão eficiente destas áreas que, por falta desse sistema, continuam sem proteção (idem, p. 48), mesmo após 4 anos de Programa.

Segundo informa a Organização Não Governamental Internacional WWF-Brasil⁵¹

“O Pelotão Florestal da Polícia Militar do Estado do Acre, criado há oito anos, tem um efetivo de apenas 20 homens, responsáveis por patrulhar um território de mais de 150 mil quilômetros quadrados, dos quais quase 90% são cobertos por florestas.” (WWF-Brasil, 2008)

Não bastasse o número por si só insuficiente para a proteção ambiental do estado, o Pelotão Florestal, segundo a ONG internacional, ainda executa outras tarefas diversificadas:

“O grupo combate queimadas, retirada ilegal de madeira, pesca e caça ilegais, mas também auxiliar famílias vítimas de inundações e deslizamentos e até mesmo responder a denúncias de violações da lei do Silêncio em áreas urbanas, o que torna impossível atender a todas as demandas ambientais que aparecem”(idem)

A referida ONG internacional, que tem defendido o desenvolvimento sustentável nos moldes adotados no Acre, ⁵² tendo, provavelmente por isto, ótimas relações e projetos com o Governo do Acre (inclusive mantém um escritório em Rio Branco),⁵³ prefere atribuir a esse quadro a falta de recursos financeiros. A matéria afirma que o Acre tem o segundo PIB mais baixo do País, situação em que lhe impõe fazer uma opção, nos gastos públicos, em favor das questões econômicas e sociais em detrimento das políticas ambientais, concluindo que “*A falta de dinheiro acaba afetando as ações voltadas para a conservação do meio ambiente*”.

⁵¹ Notícia “A difícil Missão de Proteger a Amazônia”, assinada por Bruno Taitson, datada de 6.03.2007, acessada, no site www.wwf.org.br, em 10.01.2008.

⁵² Nesse sentido, acessar o site www.wwf.org.br

⁵³ Sobre o papel das ONGS internacionais na Amazônia, indispensável a leitura do artigo “A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia (Bentes, 2005).

De fato, a proteção efetiva das florestas, se não existe, é, no mínimo, precária, não especificamente por falta de verba, mas, como se pode ver no PDS do Acre, por uma questão de prioridade.

No **Subcomponente Fortalecimento dos Sistemas de Gestão Ambiental**, executado também pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC, o impacto econômico das atividades de gestão ambiental se apresenta como a “*melhoria no preço dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros licenciados. Diminuição das perdas [econômicas, claro!] decorrentes da degradação ambiental da floresta. Manutenção da estrutura e função dos ecossistemas protegidos para a produção de bens e serviços ambientais*”. (A.3.6, p. 70) Sempre a preocupação de se dar uma função econômica para os recursos naturais. O fortalecimento a que se refere o subsistema, pelo todo até aqui já visto, diz respeito ao sistema de gestão econômica ambiental.

No **Subcomponente Apoio à Preservação das Culturas Tradicionais**, executado pela Fundação de Comunicação e Cultura Elias Mansour-FEM (cujos objetivos estão concentrados na elaboração de um inventário de culturas tradicionais, a criação de um banco de dados sobre cultura, a construção de 5 centros de cultura...), o ‘resultado’ obtido, até hoje, é a inexistência do inventário e do banco de dados. Todavia, informa o documento que já foram construídos centros de florestania e de divulgação cultural. A inexecução de uma parte e a execução de outra, talvez se deva ao fato de que, para as construções, é mais fácil encontrar, no mercado, empresas da construção civil.

Quanto aos impactos econômicos e ambientais, o documento afirma que, no que diz respeito aos primeiros, “*a valorização da cultura promove o fortalecimento na cadeia de produtos e eventos culturais com a geração de trabalho e renda*”, e aos segundos, que “*Muitas manifestações culturais têm origem ou estão associadas à floresta; identificar, valorizar e divulgar estas manifestações ajuda na compreensão e valorização da própria floresta*” (ibidem, p. 77) No entanto, sem fazer o inventário e o banco de dados, não parece que são, isto e aquilo, o que o executor deseja realizar. O que significa muito pouco para quem se comprometeu em preservar as culturas tradicionais.

3.3.5.1.2 – Do Componente B - Apoio à Promoção do Desenvolvimento Produtivo Sustentável e do Emprego

No **Subcomponente Geração e Transferência de Tecnologia**, executado pela Fundação de Tecnologia do Acre-FUNTAC e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre-EMATER, os objetivos, para o primeiro, é dar apoio tecnológico às atividades econômicas, bem como “*criar, adaptar e transferir tecnologia de interesse regional, em especial no campo de aplicação industrial, caracterizando-se sua função primeira*” (ACRE, 2007, B.1.1, p. 79), e, ao segundo, é prover “*os municípios do interior de estrutura física e suporte técnico para a produção sustentável*”. (ibidem, p. 90) É indiscutível a finalidade dos dois executores neste subcomponente: apoio à produção industrial e sustentável. A geração e transferência de tecnologia e o suporte técnico estão voltados para a exploração e aplicação industrial dos recursos naturais, cuja forma, sustentável, representa o cumprimento da conservação dos mesmos. Tudo dentro do espírito de cobertura, aqui tecnológico, das finalidades econômicas.

No **Subcomponente Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores**, executado pela Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar-SEPROF, os objetivos principais são o combate à pobreza e à degradação social através da “*inserção produtiva dos pequenos agricultores, suas associações, índios e ribeirinhos com projetos de áreas alteradas e manejo florestal*”. (ACRE, 2007, B.3.1, p. 101).

Neste subcomponente, “*o planejamento estratégico do governo atua em duas direções: garantir florestas para suprir a indústria madeireira e melhorar a produtividade da agropecuária para evitar a expansão horizontal que consome a floresta natural*”. (ibidem, p. 105)

Continua o documento:

“Por isso, o fortalecimento das cadeias produtivas no Estado passa pela formação de pólos de desenvolvimento local. Assim, a região de Xapuri e Rio Branco estão se formatando como pólos madeireiros e moveleiros para absorver a produção das Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais e áreas particulares que executam o manejo

florestal. A região do Alto Juruá forma o pólo de produção de farinha de mandioca. A região do Baixo Acre a produção do leite. No Alto Acre consolida-se a pecuária de corte. Procura-se retomar a produção de álcool através da reativação na região Capixaba. O Pró-Florestania é um dos instrumentos do Governo, apoiado pelo BID, para fortalecer a cadeia produtiva destes pólos com destaque para a produção local do açúcar [álcool], leite [pecuária] e o beneficiamento de cereais [soja?].” (ibidem, p. 105)

Quanto aos impactos (benéficos) econômicos até então produzidos em favor das populações tradicionais e pequenos produtores, o documento argumenta que “*a recuperação de 278 hectares de áreas alteradas, com a incorporação de pastagens degradadas e capoeiras associado ao manejo florestal, representa um incremento na receita dos beneficiários. Com isto o programa vem contribuindo, mesmo que em escalas ainda pequenas, para a melhoria de renda e combate a pobreza*” (ibidem, p. 108).

No que diz respeito aos impactos ambientais, o documento se vale do grande feito de recuperar 278 hectares de áreas degradadas, o que equivale a 0,9% da meta prevista (p. 109), argüindo que isto “*representa um ganho ambiental na medida em que evitam expansão do desmatamento através da melhoria da produtividade por hectare, com crescimento vertical da atividade*” (ibidem, p. 109).

E a Avaliação arremata: “*Com isto o programa vem contribuindo, mesmo que em escalas ainda pequenas, para a redução do efeito estufa.*” (ibidem, p. 109)

No plano das expectativas, o documento já adianta que aquela meta de beneficiar 20.000 famílias não será cumprida até o final do programa, estimando chegar a 5.000 famílias. (ibidem, p. 109)

Entre a opção do subcomponente, que se encontra expresso no seu planejamento estratégico (suprir a indústria madeireira e melhorar a produtividade da agropecuária) e o resultado de suas ações, uma frontal incompatibilidade, por isso o insucesso, com as finalidades expressas do Programa: apoiar as populações tradicionais e pequenos produtores no combate à pobreza e à degradação social...

No **Subcomponente Defesa e Inspeção Sanitária**, executado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre-IDAF, os objetivos também estão voltados para a satisfação econômica especialmente da bovinocultura e seus produtores de modo a encontrar *“saídas sustentáveis para verticalizar os sistemas produtivos tendo como resultado a poupança da conversão de florestas, economia de recursos florestais e o aumento da rentabilidade para os produtores.”* (ACRE, 2007, B.4.1, p. 112).

Informando que a pecuária no Acre já atingiu mais de 2 milhões de cabeças, o documento declara que a missão é garantir *“que a produção animal e vegetal do Estado do Acre obtenha padrões de qualidade que assegure a saúde pública e a efetiva participação no mercado local, regional e mundial de produtos de origem animal e vegetal”* (ibidem, p. 112).

A fixação pelo apoio à atividade pecuária é recorrente no Documento. Segundo o mesmo, o sistema de monitoramento e avaliação de impacto é, para o programa, *“fundamental para medir a importância do IDAF na garantia da produção pecuária no Acre.”* (ibidem, p. 117) e *“os resultados obtidos com o reconhecimento do estado do Acre como zona livre da febre aftosa são bastante significativos, pois asseguram ao estado a viabilização da produção pecuária em seu território”* (ibidem, p. 120).

O resultado dessa política é espetacular. De acordo com estudos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-IMAZON, entre 1990 e 2003, as maiores taxas de crescimento anual do rebanho na Amazônia ocorreram em Rondônia (14% ano) e no Acre (12%ano), enquanto a média de crescimento no restante do Brasil foi de 0,7% ano (CELENTANO e VERRÍSIMO, 2007).

Mais.

Segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal para 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o Acre continuou ocupando o segundo lugar. Teve, em 2006, um significativo aumento de seu efetivo bovino (6,%) só perdendo, na região Amazônica, para o Amapá (12,9%). De modo que, a população bovina do Acre, segundo o IBGE, era, em 2006, de 2.452.915 cabeças de gado, para

uma população de pessoas de um pouco mais de 600.000 habitantes (IBGE, 2006), o que equivale a 4,09 bovinos por um habitante.

Recentíssimo estudo “O Reino do Gado – uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira”, realizado pela ONG Amigos da Terra e publicado este ano (SMERALDI e MAY, 2008),⁵⁴ confirma a expansão da pecuária na Amazônia qualificada como uma “*fase da pecuarização de intensidade sem precedentes na maior floresta tropical do planeta*”, e sua importância, tanto para o desmatamento e queimadas da floresta quanto para a emissão de gases de efeito estufa.

Pelos dados levantados pelo “Reino do Gado”, de 2001 a 2006, a Amazônia Legal concentrou um aumento de 75% de seu rebanho bovino. Os estados do Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia chegaram sozinhos a aumentar o seu rebanho em 60% relativamente a todo o aumento nacional, o que ocorreu graças a explosão das exportações que triplicaram em volume e quase quintuplicaram em valor a partir de 2000 (SMERALDI e MAY, 2008).

A pecuarização depende de uma estrutura industrial que lhe dá melhor suporte como os abatedouros, matadouros e as indústrias de laticínios, os quais, informa o estudo, vêm recebendo apoio financeiro do BNDS e financiamento de bancos multilaterais como o IFC e o BID, além de bancos comerciais como Banco do Brasil, Itaú e Bradesco (SMERALDI e MAY, 2008).

O estudo lembra a já conhecida relação entre a pecuária e a degradação ambiental. A expansão da pecuária trás o aumento de pastagem, por sua vez, o avanço do desmatamento e vice-versa. O resultado disso, também já é de conhecimento público.

No **Subcomponente Gestão de Recursos Florestais**, executado pela Secretaria de Estado de Floresta-SEF, “*órgão responsável pela elaboração e implementação da política de desenvolvimento e de incentivos para o setor florestal*” (ACRE, 2007, B.5.1, p. 121), pela “*promoção do desenvolvimento industrial do setor madeiro-moveleiro e o estabelecimento e gestão de Florestas Estaduais de Produção (Unidades de*

⁵⁴ O estudo pode ser acessado no endereço virtual da ONG: www.amigosdaterra.org.br

Conservação de Uso Sustentável)” (ibidem, p. 121), os objetivos são basicamente a gestão da política pública estadual florestal administrando e executando políticas de incentivo ao setor florestal, ao desenvolvimento do setor industrial de base florestal de modo a “*desenvolver canais de cooperação com o mercado, a sociedade civil e diferentes níveis de governo, tanto nacional como internacional.*” (ibidem, p. 121/122)

A finalidades deste subcomponente se apresenta invariavelmente voltado para atividades relacionadas à exploração dos recursos naturais florestais, seja através da execução da lei de concessão florestal, da capacitação de recursos humanos para a gestão florestal madeireira e uso de técnicas de produção, assim como de estudos de viabilidade econômica e ambiental das concessões. (ibidem, p. 122)

Informa o documento que “*a indústria madeireira baseada no manejo florestal é a atividade que mais cresce no Acre. O setor está se organizando e já conta com uma associação de manejadores florestais a ASSIMANEJO.*”⁵⁵(ibidem, p. 127)

E complementa o documento: “*isso mostra que existe interesse do setor privado no uso sustentável de florestas estaduais, com tendência em aumentar este interesse à medida que o parque industrial se estrutura.*” (ibidem, p. 128)

Para o subcomponente, os impactos econômicos estão representados pela (i) “*melhoria do preço da madeira produzida sob o manejo florestal sustentável, com repartição dos ganhos entre os participantes*”, pela (ii) “*regulação da oferta dos produtos florestais com manutenção dos preços recebidos pelos produtores*”, e pela (iii) “*geração de receita para o Estado pela exportação de madeira certificada*” (ibidem, p. 133).

Quanto aos impactos ambientais, o documento, como é recorrente no programa, aposta tudo, para conservar a floresta, nos deuses manejo florestal (tecno-ciência) e comércio (mercado), isto é, no fato de que os benefícios ambientais estão assegurados basicamente em razão da “*implantação do manejo florestal com técnicas de exploração*

⁵⁵ Esta associação recebe apoio do Governo do Acre e também do BID. Sua Presidente, a proprietária de 7.700 há de floresta e de madeireira, Adelaide de Fátima G. de Oliveira, afirma que “se os proprietários das terras não administram suas propriedades para a produção de madeira, estão perdendo dinheiro”, conforme matéria “o Rei do Bosque”, de autoria de Roger Hamilton, do site do BID (www.iadb.org), acessada em 06.11.2006.

de baixo impacto sobre a floresta” e do “uso sustentável dos recursos madeireiros pelo manejo comunitário valorizando a floresta e repartindo os ganhos da comercialização.” (ibidem, p. 133)

Pelo **Subcomponente Promoção de Negócios**, executado pela Secretaria de Planejamento-SEPLANDS, os objetivos estão voltados essencialmente para *“destinar recursos para financiar investimentos produtivos que elevem a competitividade de setores estratégicos ou produtos com vantagens comparativas no Estado, gere emprego e não atentem contra a fragilidade do meio ambiente.”* (ACRE, 2007, B.6, p. 135) Nada diferente da tônica do programa até aqui já observado ao longo das ações. Por tal razão, não é de se estranhar à ausência, como resultado positivo, de ações voltadas efetivamente para a proteção ambiental, bem como as que tenham como resultado a geração efetiva de emprego. Analisando o Programa, aprende-se a não se estranhar nada.

3.3.5.1.3 – Do Componente C - Infra-estrutura Pública de Desenvolvimento

Pelo **Subcomponente Transporte Terrestre**, executado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Acre-DERACRE, os objetivos estão fundados no *“fortalecimento da infra-estrutura viária para permitir o escoamento da produção dos PAE [Projetos de Assentamentos Extrativistas] até a malha viária principal, estimular a produção em pequenas propriedades e implantar o eco-turismo; garantir o escoamento da produção gerada pela implantação das Florestas Públicas de Produção no eixo desenvolvimento agro-florestal”*. (ACRE, 2007, C.1, p. 144) Toda a infraestrutura para garantir a produção florestal.

Fundamentalmente este subcomponente tem a missão de reabilitar 27 km de acesso ao Projeto de Assentamento Agro-estrativista Cachoeira, na região de Xapuri, e pavimentar 70,1 km da rodovia BR 364 no município de Tarauacá.

A escolha do Seringal Cachoeira tem agregado, às finalidades econômicas, como é de praxe no Programa, um valor extremamente simbólico, tendo em vista ter sido tal área defendida em vida por Chico Mendes *“para garantir a preservação da floresta e de sua gente”*, o que potencializa mais ainda a sua exploração econômica (*“de*

castanha, borracha, madeira certificada e outros”), desta feita aliando a exploração do potencial turístico do local (ibidem, p. 147).

Os impactos econômicos produzidos pela infra-estrutura da malha rodoviária estão voltados para o que o documento denomina de melhorias econômicas qualitativas, tendo em vista que,

“Aproximadamente 490.000 m³ de produtos florestais manejados (equivalente em tora) serem transportados anualmente pela BR 364 para Cruzeiro do Sul ao final da obra, como também a redução do tempo de deslocamento gasto pelos beneficiários no transporte de sua produção entre o PAE Cachoeira e Xapuri, gerando redução de custos de transporte e fortalecimento econômico das regiões do Envira, Juruá e Alto Acre, aumentando assim a dinâmica comercial dessas regiões” (ibidem, p. 152).

No que tange aos impactos ambientais, a justificativa se encontra centrada num discurso recorrente no Programa, que é a afirmação do uso legal, portanto regular da área, versus o uso ilegal, posto que irregular. Essa dicotomia é que vai apontar o que vai estabelecer o paradigma da proteção e da não proteção ambiental.

A finalidade do programa, segundo o documento, é proteger as florestas das ocupações irregulares (portanto, ilegais), o que será possível com a definição, pelo Estado, da propriedade da área rural através de sua identificação, arrecadação, regularização e registro, o que garante, com isso, o domínio do Estado, evitando-se, assim, a grilagem e a especulação (conforme já demonstrado no subcomponente da Administração de Terras).

Por essa linha de raciocínio, toda área de terra irregular, o que vale dizer sem o domínio do Estado, não se encontra ambientalmente protegida, sendo o contrário verdadeiro. Por esta lógica, tem-se as figuras da ocupação, exploração e destruição regulares e aquelas que não são pelo fato da ausência do registro de propriedade e da ausência legal de floresta pública de produção ou de Reservas Extrativistas.

Pelo **Subcomponente Melhoria da Rede Fluvial**, executado também pelo DERACRE, seus objetivos estão voltados para a melhoria da infra-estrutura hidroviária para fins, também econômicos, de redução de custos. (ACRE, 2007, C.2, p. 155)

Segundo o documento, a construção de 6 rampas de pequena escala para confluência dos rios com a estrada, “*são necessárias em termos de logísticas para operações de exploração de manejo florestal sustentável de base comunitária das florestas públicas e de florestas privadas.*” (ibidem, p. 157) Nesse sentido, são essenciais para “*executar com qualidade serviços de carga e descarga de produtos, mercadorias e insumos às margens dos rios...*” (ibidem, p. 158)

Tudo, absolutamente tudo, em nome da formação de uma infra-estrutura para as finalidades de exploração econômica da floresta.

Finalmente, pelo **Subcomponente Energia Alternativa**, executado pela Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLANDS, o objetivo é “*fornecer energia alternativa a comunidades isoladas do setor rural/florestal, com instalação de 102 sistemas de energia solar*”, cuja responsabilidade pelas suas operações e manutenções seria dada às comunidades beneficiadas (ACRE, 2007, C.3, p. 160)

Ocorre, todavia, que, informa o documento, tais intentos não se realizaram no âmbito do Programa. Dos 102 sistemas de energia solar previstos, apenas 12 foram implantados. Não nas comunidades, como planejado, mas para atender as demandas das Unidades de Gestão Ambiental Integrada-UGAIs, cuja manutenção é feita pelo Governo do Acre (p. 161), conforme afirma o documento: “*o subcomponente até agora somente implantou sistema para atender demanda de instalações do próprio estado – UGA*”. (ibidem, p. 162)

Nos aspectos relativos aos impactos econômicos e ambientais, o documento avalia os primeiros positivos em razão de que há melhoria de renda com, por exemplo, o uso de freezer que ajuda “*a aumentar a renda com a venda de frutas tropicais, peixes e outros*”, enquanto os segundos estão justificados pela “*chegada da TV que trouxe as comunidades informação e entretenimento e principalmente educação através da tv-escola*”. (ibidem, p. 163)

A implantação de energia alternativa solar nas comunidades rurais se configura como um dos raros objetivos de cunho realmente ambiental no PDS do Acre. Talvez por isto é que não obteve o êxito planejado.

3.3.5.1.4 – Conclusões parciais (?) da Avaliação

Como demonstrado, o Componente A, de natureza ambiental, que objetiva a realização de gestão sustentável e conservação dos recursos naturais, não consegue, no período em questão, realizar os principais objetivos voltados para a efetiva proteção ambiental propostos no Programa, como, por exemplo, i) limitar a expansão da fronteira agropecuária - a população bovina só aumenta no Estado⁵⁶, - ii) diminuir o desmatamento - o desmatamento só aumentou nesse período da execução do Programa, conforme informa o Estudo do IMAZON “Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre, de 1988 a 2004”⁵⁷, - iii) fortalecer a capacidade de regulação do setor público para a vigilância e o controle ambiental - os dados anteriores por si só demonstram que não houve fortalecimento algum⁵⁸, - iv) ampliar e, mais que isso, garantir, efetivamente, a proteção em áreas “protegidas” - como isto será possível se a perspectiva do subcomponente Administração de Terras é garantir aos empreendedores áreas públicas para a promoção de sua exploração econômica? (conforme ACRE, 2007, A.1.7, p. 34).

Por seu turno, o Componente B, de natureza econômica, que objetiva o apoio e a promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego, não consegue obter êxito onde o interesse ambiental e social mais se apresenta, como por exemplo, i) no baixíssimo índice de recuperação de áreas degradadas (0,9% numa escala de 100 proposto pelo Programa) e ii) na ausência efetiva de geração de emprego. Todavia,

⁵⁶ Ver SMERALDI e MAY, 2008 e matéria da Revista Veja “E agora, Viana? A devastação no Acre, durante a gestão de Jorge Viana, foi maior do que se pensava”, p. 70, da edição de 2003 nº 14, de 11.04.07.

⁵⁷ Segundo o referido estudo, o desmatamento bruto no Acre passou de 6.149 km², em 1988, para 16.618 km² até 2004 (o que totalizam 11% do território acreano – A partir de 2000, informa o estudo, observa-se um aumento de 34% no incremento anual médio do desmatamento. A partir de 1999 o incremento anual de desmatamento passou para valores acima da média do período de 1994 a 2004. As unidades de conservação também perderam grande parte de sua cobertura florestal. A UC Seringal Nova Esperança perdeu até 2004, 36% de sua área florestal. A Floresta Estadual do Mogno perdeu 4% e a Reserva Extrativista Chico Mendes perdeu 3,6% de suas coberturas florestais até 2004. As reservas extrativistas do Alto Juruá e do Alto Tarauacá perderam cerca de 2% de sua floresta até 2004. Ainda de acordo com o estudo, as áreas que mantêm maior índice de cobertura florestal são aquelas afastadas do eixo da BR 364 (SOUZA Jr et al, 2006).

⁵⁸ Ver Notícia “A difícil Missão de Proteger a Amazônia”, assinada por Bruno Taitson, datada de 6.03.2007, acessada, no site www.wwf.org.br, em 10.01.2008.

consegue onde o econômico prepondera, como, por exemplo, i) na fixação pelo apoio à atividade pecuária, de modo a assegurar ao estado a viabilização da produção bovina em seu território, bem como: ii) no apoio e estímulo à indústria madeireira, baseada no manejo florestal a qual, segundo informa, é a atividade que mais cresce no Acre.

E o Componente C, de natureza também econômica, que objetiva a formação de infra-estrutura pública de desenvolvimento, é o que obtém melhor resultado somente naquilo que mais interessa ao aspecto econômico do Programa, como, por exemplo, no aspecto da promoção de infra-estrutura para a produção e circulação madeireira. Por outro lado, onde o interesse ambiental precisa, o êxito não se deu, como, por exemplo, no pleno insucesso na instalação de 102 sistemas de energia solar nas comunidades rurais.

Não há dúvida da prevalência, no PDS do Acre, do aspecto econômico sobre o ambiental,⁵⁹ o que se pode facilmente averiguar tanto no discurso propositivo, quanto na execução operacional dos seus componentes, plenamente justificados inclusive na opção orçamentária do Programa, que dispõe 64,7% para os componentes B e C (econômico) e apenas 15,9% para o componente A (ambiental). Vê-se, ainda, que, na proposta do mutuário para um novo arranjo entre categorias de gastos, há uma redução de gastos previstos para Administração e Supervisão e um único incremento solicitado: justamente para o subcomponente Transporte Terrestre, em 4,6%.

A evidência da ênfase, do PDS do Acre, aos aspectos econômicos⁶⁰ e tecnológicos confirma, de um lado, a leitura até aqui realizada dos documentos oficiais, ao mesmo tempo em que contradiz as promessas do discurso, no plano mais amplo, de uma abordagem plural e complexa do desenvolvimento sustentável, o que *“sugere o predomínio da esfera do mercado na condução da sustentabilidade em detrimento da sociedade civil e do Estado”*. Situação esta que, de fato, *“denuncia a falácia do discurso*

⁵⁹ “Atrair o destino da Amazônia profunda a simples melhorias da infra-estrutura portuária, aeroportuária, fluvial, energética a serviço do agronegócio equivale a abraçar uma pobreza conceitual de catastróficas dimensões. Cuidar das nascentes das águas, evitar sua compra por grandes grupos, maior atenção para com a biodiversidade por meio de efetiva prioridade para com a dimensão socioambiental, eis o desafio que merece particular atenção”. (PROCÓPIO, 2005, p. 357-358)

⁶⁰ “Hoje, ao que tudo indica, de acordo com a minha experiência na Amazônia, está se fortalecendo a lógica da acumulação, ou seja, do desenvolvimento e da produção. Em nível global estamos diante da mercantilização de novos elementos da natureza.” (BECKER, 2007, p. 65-66)

da sustentabilidade” (Lima, 2003, p. 106), como já amplamente demonstrado no capítulo primeiro do presente trabalho.

Embora previsto no Contrato de Empréstimo, o mutuário ainda não apresentou, pelo menos não divulgou, os indicadores oficiais que vão conferir se os propósitos do Programa vêm produzindo resultados no sentido de confirmar a satisfação dos seus objetivos gerais.

O fato é que a sociedade ainda não está informada, através da divulgação de dados objetivos, se, de alguma forma, já se apresentam índices de melhora na qualidade de vida da população acreana, bem como se se está, efetivamente, preservando o patrimônio natural do Estado.

Frente a tal realidade, e considerando que os resultados buscados pelo Programa têm caráter de longo prazo, a sociedade, quem sabe, deverá esperar por mais tempo para saber se, efetivamente, esse modelo de política pública de desenvolvimento calcado no ideal de sustentabilidade, conseguiu realizar seu intento tão precioso, que é desenvolver a economia local de modo a melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio de seus recursos naturais.

Porém, após o tempo regulamentar da execução total do Programa (2006), um estudo realizado, em 2007, pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-IMAZON (CELENTANO e VERRÍSIMO, 2007), sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁶¹ alcançado pelos estados da Amazônia, entre os anos de 1990 e 2006, os dados ainda não confirmam, em caráter parcial, os avanços prometidos pelo modelo de desenvolvimento sustentável implantado, pelo Programa, no Acre.

O estudo avaliou 10 metas dos 7 objetivos colocados para os países: extrema pobreza, pobreza, analfabetismo, anos de estudo, frequência escolar, educação feminina,

⁶¹ Os objetivos do Milênio constituem um rol de compromissos firmados, por 191 países, no documento Declaração do Milênio das Nações Unidas, por ocasião da Cimeira do Milênio, ocorrida em Nova Iorque, no ano e 2000. A referida declaração contém compromisso, de caráter universal, que se traduz, em síntese, na busca pela erradicação da pobreza no mundo até ano de 2015. O Brasil é signatário do documento.

mulher na política, mortalidade até 1 ano, mortalidade até 5 anos, óbito materno, HIV/Aids, malária, tuberculose, desmatamento, áreas protegidas e água e esgoto.

Pelos dados apurados entre os anos de 1990 e 2006, Estado do Acre se encontra colocado em penúltimo lugar, entre os estados da Amazônia, não conseguindo alcançar, ao lado do Amazonas e de Rondônia, nenhuma das metas dos 7 objetivos estabelecidas pela ONU. (CELENTANO e VERRÍSIMO, 2007, p. 38)

Segundo o estudo, “*a proporção da população em condições de extrema pobreza aumentou no Acre⁶², Amazonas, Amapá e Rondônia, no período de 1990 e 2005*” (CELENTANO e VERRÍSIMO, 2007, p. 11).

Já a pobreza também se mantém em alta no Acre, diminuindo apenas no Mato Grosso, no Maranhão e no Pará. O Acre, em 2004, possuía mais de 30% da população analfabeta. (idem, p. 12),

O Pará e o Acre são os dois estados da Amazônia em que não houve redução do índice de analfabetismo. (ibidem, p. 14) “*Entre os estados da Amazônia, o Acre (50%) e o Maranhão (52%) apresentam os piores índices de abastecimento de água*”. (idem, p. 35)

De fato, como muito bem avalia Lima:

“Uma ‘sustentabilidade de mercado’ não responde legalmente à crise social, já que a racionalidade inerente ao mercado se orienta para a concentração e não para a distribuição de riquezas e oportunidades. Sendo resultante da própria ação e lógica do mercado, as desigualdades sociais não podem ser por ele solucionadas. A experiência tem demonstrado, por numerosas evidências, que o mercado é um eficiente instrumento de alocação de recursos, mas um perverso gestor de disparidades sociais.” (LIMA, 2003, p. 106)

Enquanto isso, o setor empresarial está empolgado com os resultados econômicos do desenvolvimento sustentável. O Presidente da Federação do Comércio do Acre, empresário Leandro Domingos, manifestou, por ocasião do Fórum de

⁶² Segundo Celso Lafer “A pobreza [imagine a extrema pobreza] é, em sua essência, um estado de insustentabilidade” (LAFER, 1994, p. 27, apud GARCIA, 2005, p. 73)

Desenvolvimento Sustentável do Acre (do qual o ex-governador Jorge Viana é presidente), que, “o Acre vai substituindo a economia do contracheque pelo ‘mercado verde’”.

Segue abaixo a transcrição de parte da matéria, pela qual é possível saber os passos da economia, do desenvolvimento sustentável, na visão do Governo e dos empresários:

“Com passadas firmes e objetivas, o Acre vai substituindo a “economia do contracheque” pelo ‘mercado verde’. Em 1998, o setor florestal participava com 7,4% no bolo das atividades econômicas e os serviços públicos detinham 41,3%, um peso seis vezes maior. Em 2001, as florestas já participavam com 11,6% do valor da produção e a administração pública, 34,9%. Esse valor subiu em 2002 (36,6%) e voltou a cair em 2003 (34%). Enquanto isso, o segmento florestal seguiu impondo sua força nesse bolo: em 2001, já representava 11,6% -quase tão forte quanto a construção civil, que detinha 11,9% de participação -e em 2002 subiu para 12,8%. Em 2003, as florestas já eram responsáveis pela segunda colocação no ranking das atividades que mais influenciam na economia do Acre, num embate positivo com o poderio do serviço público: naquele ano, o setor florestal produziu 16,1% da riqueza e a administração pública, conforme já foi descrito, contribuiu com 34%. Os dados são da Gerência de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Gestão da Secretaria de Planejamento (Seplans). O valor bruto da produção industrial evoluiu muito entre 1998 a 2004, saindo de R\$39.849 milhões para R\$173.520. O valor de transformação registrou grande incremento nesse período, de R\$18,9 milhões para R\$78,7 milhões, acompanhando o desempenho das exportações: em 1998 o Acre exportou medíocres US\$834 mil. Em 2006, até junho, as vendas para o exterior já somavam US\$12,1 milhões. Novos destinos - A China segue cada vez mais consolidada como o principal destino dos produtos acreanos. Ocupa as primeiras colocações no ranking de compradores. A mercadoria mais importante é a madeira. A Bolívia aparece como grande comprador dos produtos do Acre, especialmente a castanha. A política comercial vigente busca vender exclusivamente produtos de alto valor agregado -e não a matéria-prima. O contrário disso é a devastação como resultado. O ‘mercado verde tem engordado o produto interno bruto (PIB) no Acre. O índice, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado, teve seu valor per capita calculado em R\$2.730 mil em 1998. Em 2003, último ano estudado, o valor era de R\$4.338 mil, segundo a Coordenação das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -variação de 16% no período. Entre 2002 e 2003, o IBGE apontou que a variação real do PIB acreano ficou em quarto lugar na tabela dos Estados.”⁶³

⁶³ Matéria “A economia do contracheque vai desaparecendo do Acre” publicada, em 16.04.07, no Portal do Governo do Estado do Acre, (http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1567&Itemid=116), acessada em 10.01.2008

Mas o “progresso” não fica somente por aí. No texto, postado em 9.08.05 no Portal do Governo, “Política de Desenvolvimento Sustentável para o Acre”⁶⁴, em 2003, o estado já registrava o maior índice de crescimento das exportações, graças ao seu “potencial florestal” e a prioridade dada pelo governo “ao seu crescimento econômico”. Informa o texto que, de 2002 a 2003, já haviam sido criadas 32 novas empresas do ramo industrial para exploração ‘racional de madeiras, estando mais 18 empresas em processo de instalação.

Tal crença não é conferida no pensamento do jornalista acreano Antonio Alves, que foi Presidente da Fundação de Cultura do Acre, nos quatro primeiros anos da gestão Jorge Viana, e é considerado um dos principais ideólogos da idéia de “Florestania” e do “Governo da Floresta” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004). É ilustrativo, face ao todo que aqui se expôs, transcrever, *ipsis literis*, significativo e pontual artigo, de autoria do mesmo, a respeito da idéia de sustentabilidade que se prova no Acre:

“insustentabilidades

Fora do Fórum

A manhã de segunda confirma a friagem e eu me encolho sob o cobertor, adiando o dia e seus afazeres. O bom amigo Irailton me telefona, diz que está no Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre, que já vai começar a solenidade de abertura mas que dá tempo de eu chegar. “Não vou”, respondo. Na verdade, havia decidido nem passar perto desse tal Fórum e ainda fazer uma crítica na base do “não vi e não gostei”. Expliquei para o amigo ao telefone, passei o dia explicando a quem me perguntou e explico aos leitores desta página minha posição ranzinza e sectária.

Com o pomposo e politicamente correto nome de Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre, os mal chamados “setores produtivos” - quer dizer, os patrões da província - e o governo criam um órgão para propagandear as grandes obras que vão fazer com os empréstimos do BID e do BNDES. Não há ali um só projeto realmente sustentável. É só a tal da “infra-estrutura”: estradas, pontes, portos, aeroportos, duplicação de avenidas e outras pedras que carregaremos, como penitentes, ao longo dos próximos anos.

O folder é lindo, o catálogo é um luxuoso álbum de capa dura. Somados aos anúncios em jornal e TV, teremos um gasto com

⁶⁴ Texto oficial acessível no Portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais-SEIAM, cujo endereço é http://www.seiam.ac.gov.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=42&po...

publicidade superior aos míseros recursos que algumas Secretarias recebem por mês no regime de pão e água a que são submetidas. É claro que os índios e seringueiros estão lá, nas fotografias dessas peças publicitárias, mas só nas fotografias.

Quem convoca os Fóruns são os presidentes das Federações (patronais, é claro) de Agricultura, Comércio, Indústria... enfim, os mesmos que até ontem nos perseguiram e ridicularizavam quando falávamos em “desenvolvimento sustentável”. Agora estão, certamente, convertidos ao credo que antes combatiam. Mas duvido.

Quem redige o discurso sustentável e fabrica o visual amazônico para dar uma embalagem bonitinha a este velho produto são os técnicos do governo comandados pelo Gilberto Siqueira. A “iniciativa privada” posa com esse modelito para a foto; na prática, faz o que sempre fez.

Se adiantasse, se mudasse alguma coisa, eu iria lá discutir a sustentabilidade dos projetos. Mas se depois de tantos anos não consegui mudar em um milímetro o rumo do Gil, o que poderia fazer no fórum do Assuero?

Vou pras aldeias, fazer projetos. O Jorge prometeu que o governo vai, com uma mão, ajudar os índios a se defenderem do que o próprio governo faz com a outra mão. Nesse Desenvolvimento Sustentável, minha opção é ajudar o “sustentável” a aguentar o tranco do ‘desenvolvimento’”. (ALVES, 2005)

3.3.6 – A (I)legitimidade social do PDS do Acre

A seguir será avaliada, a partir dos documentos oficiais referidos, a participação social nas fases de concepção, execução e avaliação do PDS do Acre.

Segundo consta do Anexo A, do Contrato de Empréstimo (ACRE, 2007), a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação-CEAA tem como finalidade avaliar e monitorar o progresso do Programa sendo “*foro adequado para consulta com as partes interessadas e afetadas durante a execução da operação*”.

Ainda de acordo com o Contrato, a CEAA serviria “*como mecanismo por meio do qual a UE [Unidade Executora] do Programa [divulgaria] os resultados, relatórios de avaliação e ações do Programa à sociedade civil, bem como o canal mediante o qual a sociedade civil [faria] chegar suas contribuições, sugestões e críticas à UE*”.

A CEAA é vinculada ao Gabinete do Governador e tem como Presidente o Secretário de Estado de Planejamento que é, há nove anos e três gestões de governo do

Acre, o engenheiro civil Gilberto C. Lopes Siqueira, o qual é, ainda, o interlocutor oficial do Governo do Acre, junto ao BID.

De fato, a CEAA foi criada pelo Decreto nº. 5.549, de 17.02.2002, devendo ser constituída, segundo o texto da norma, por 54 instituições, metade da sociedade civil e metade governamental.

No dia 15 de agosto do ano de 2002, foi instalado, em caráter provisório, um Conselho Temporário, formado por oito membros, que tinha a incumbência de apresentar uma proposta de Regimento Interno. Tal proposta fora aprovada pelo Plenário somente em 06 de dezembro de 2004, isto é, depois de passado mais de 2 anos e meio de sua instalação precária.

Com a aprovação do Regimento, a formação do Plenário ficou constituída de 32 representantes governamentais e 27 não governamentais (não mais seguindo o princípio da paridade), sendo criadas 8 Câmaras Setoriais (Pública Estadual; Pública Federal, Indígena, Empresarial, Trabalhadores, Pesquisa, Sociedade Civil e Ong's Nacionais).

Em 18 de janeiro de 2005, alguns membros da Comissão se reuniram com representantes do BID, ocasião em que relataram o processo de criação da mesma.

Em 23 de fevereiro de 2005, foram publicados os Decretos de nºs. 11.580 e 11.581 que alteram o Decreto anterior, instituem a Comissão Executiva da CEAA e aprovam o seu Regimento Interno.

Em 11 de abril de 2005, o Secretário de Estado de Planejamento publica no Diário Oficial do Acre Portaria em que nomeia os membros da CEAA.

A Comissão somente iniciou formalmente suas atividades em 12 de abril de 2005, mais de 3 anos após a assinatura do Contrato de Empréstimo.

De abril a outubro de 2005, foram realizadas 02 (duas) Plenárias e 12 (doze) reuniões da Comissão Executiva para avaliar o Plano Operativo Anual do Programa - POA para o exercício de 2005. Embora, segundo impõe o Contrato de Empréstimo, a

Comissão teria que manter “*reuniões semestrais com a possibilidade de reuniões extraordinárias*”.

A CEAA realizou três visitas de monitoramento nas áreas em que estão sendo realizadas atividades do programa: BR 364, no trecho Tarauacá e Cruzeiro do Sul e no Projeto de Assentamento Agro-extrativista Cachoeira, em Xapuri.

As principais análises e recomendações da Comissão “*dizem respeito a aperfeiçoamento do sistema de avaliação e acompanhamento do Programa, a construção da pista de pouso da F.E. do Rio Gregório, ao viveiro de mudas de essências florestais de Rio Branco, divulgação do Programa Pró-Florestania e repasse de recursos para a Fundação Elias Mansour*”.

A CEAA gastou R\$45.900,00 até 31 de outubro de 2005. E tinha como previsão de gasto, em 2006, a cifra de R\$200.917,00; em 2007, o valor de R\$198.851,00; e em 2008, a quantia de R\$60.550,00.

Pelo que demonstram os documentos do Programa concernente à participação da sociedade civil, através da Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do PDS do Acre, o processo de controle e fiscalização social, nas fases de concepção, acompanhamento e avaliação do Programa, se afigura, simplesmente, inexistente nos primeiros anos de sua execução, e, no mínimo, precário, na metade do ano em que passou a funcionar (abril de 2005), impossibilitando ter havido, de sua parte, efetivamente, um acompanhamento de qualidade, quiçá avaliação e divulgação para a sociedade. O que há, efetivamente, é um discurso de participação, um verdadeiro efeito retórico dissociado da realidade prática em que está inserida a execução do PDS do Acre.

Em razão disso, fácil concluir estar-se diante de uma busca de legitimação social fundada apenas no discurso preso ao papel, tendo em vista que o acesso e a participação democráticos custam a se viabilizar se (i) o Governo (o executor do PDS) tem a maioria das Cadeiras da Comissão (são 32 contra 27), (ii) o Presidente da Comissão é Secretário de Planejamento, o representante do Mutuário (o fiscalizado) perante o Banco, e (iii) é este mesmo Secretário de Estado quem nomeia os membros da Comissão, isto garante

que só entra no jogo aquele sobre o qual se sabe, de antemão, aderir aos pressupostos do Programa, isto é, quem é de inteira confiança.⁶⁵

Não se trata aqui de se analisar, pura e simplesmente, a qualidade da participação social na definição e avaliação de políticas públicas. Ao que parece, a questão é mais profunda e simples ao mesmo tempo. Estamos diante, pelo que consta dos documentos em análise, da ausência, efetiva, de uma atuação social participativa e, pior, da negativa (*in casu*, em face de flagrante inércia da representação participativa da sociedade civil na Comissão) do exercício de um papel participativo institucional (com verba específica e tudo!)⁶⁶

Pelo que se apresenta, não se pode afirmar que a Comissão venha, efetivamente, cumprindo os objetivos para os quais foi criada, tais como: a) acompanhar e avaliar o PDS do Acre; b) propor e estabelecer mecanismos que permitam a participação social, canalizar as contribuições e sugestões da sociedade civil e c) ser meio pelo qual se divulga o Programa. Os documentos analisados, que são única e exclusivamente da lavra do Estado do Acre, demonstram que a CEAA efetivamente não funciona como deveria para cumprir com os objetivos para os quais fora criada, por consequência, para se constituir representativa da sociedade civil local.

Também não se vislumbra muita diferença quanto à participação da sociedade civil nos processos de concepção, decisão e acompanhamento das ações executivas dos subcomponentes, conforme demonstra o documento de Avaliação Intermediária em todo o seu corpo.

De fato, a sua insuficiência se encontra registrada na Avaliação em análise, seja pela expressa ausência de participação social nos próprios registros do documento, seja pela tentativa de forjá-la com afirmativas genéricas e empíricas postas a pretexto de demonstrar a participação da sociedade civil na execução do Programa em seus subcomponentes, a exemplo das seguintes passagens transcritas do documento:

⁶⁵ “A democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia” (MCCHESENEY, 2002, p. 10)

⁶⁶ “Não há democracia sem participação. De sorte que a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder, bem como a extensão e abrangência desse fenômeno político numa sociedade repartida em classes ou em distintas esferas e categorias de interesses”. (BONAVIDES, 2001, p. 51)

- (i) *“As comunidades se organizaram para reivindicar a energia em as suas comunidades”* (ACRE, 2007, p. 164);

Pelo que se viu, sem êxito algum, tendo em vista que os sistemas de energia solar que apareceram ficaram nas repartições públicas. Reivindicação sem atendimento.

- (ii) *“os serviços técnicos (...) são realizados (...) com a participação de associações de produtores locais que, de forma participativa, também executam esses trabalhos”* (ibidem, p. 159);

As associações de produtores, pelo se pode deprender deste trecho do documento, passaram a executar os serviços técnicos, isto é que é participação, para o Programa.

- (iii) *“a inexistência de conflitos durante o processo, de manutenção das famílias ocupantes da área de influência da rodovia, sem gerar exclusão social e deslocamento involuntário para outras áreas de floresta nativa é fruto de um trabalho que envolveu de forma participativa técnicos (...) e trabalhadores extrativistas, agricultores familiares e populações indígenas locais”* (ibidem, p. 153);

Ora, se as famílias, como afirmam os técnicos do estado, foram mantidas, se não houve exclusão social nem deslocamento involuntário das famílias das áreas da rodovia, por que haveria conflito e trabalho nesse sentido?

- (iv) *“a participação de produtores rurais, trabalhadores extrativistas e povos indígenas pertencentes às comunidades inseridas nas áreas de influência da BR 364 (...) foi viável graças a mobilização dos técnicos (...)”* (ibidem, p. 97);

Pela oração, a participação social só foi possível graça o trabalho de mobilização dos técnicos. Sem estes não haveria mobilização social?

- (v) *“A sociedade participa das ações da FEM através do Conselho Estadual de Cultura e nos diversos eventos promovidos no Estado”* (ibidem, p. 78);

Que qualidade de participação que somente observa a inoperância? conforme constata-se do subcomponente valorização das culturas tradicionais.

- (vi) *“O principal indicador [da participação e benefício da sociedade civil] foi a inexistência de contestação na justiça durante [o] processo de arrecadação das terras para implantação das Florestas Estaduais”* (ibidem, p. 34)...

Aqui o nível de participação social é medida pela ausência de contestação junto ao Judiciário. Seria uma jurisdicionalização da participação social?

Vírgilio Viana, discorrendo sobre a participação da sociedade civil nos projetos de sustentabilidade florestal, denomina tal contato como ‘envolvimento sustentável’, cujo relato das práticas de então em nada difere da prática ora analisada:

“O processo convencional de tomada de decisões normalmente não envolve as populações tradicionais de forma efetiva. As decisões sobre políticas e estratégias de conservação das nossas florestas não respeitam e nem incorporam as populações tradicionais como atores-chaves para a construção da sustentabilidade. Normalmente a participação tem um caráter cosmético ou utilitarista. No primeiro caso, são feitas reuniões mal organizadas, apenas para legitimar decisões tomadas à distância, para garantir uma roupagem mínima exigida por doadores internacionais, governos, etc. No segundo caso, a participação é eficiente na coleta do conhecimento “deles” para o “nosso” projeto. Muito raramente as populações são envolvidas de forma a compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação. Mais raras ainda são as iniciativas que se preocupam em capacitar técnicos e pesquisadores para a utilização de métodos que criem condições para uma participação efetiva, obedeçam a um código de ética básico e resultem numa transferência de poder. O resultado é que dificilmente as populações tradicionais são *envolvidas* no processo de tomada de decisões (VIANA, M. Virgílio, 1999).

A propósito, quanto à qualidade da participação social que se vem provando nas criações e administrações das unidades florestais estaduais, vale a pena citar o depoimento de Evandro Linhares, doutor em Botânica e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA-Ac e do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre-UFAC, a respeito da participação no Seminário ‘Instrumentos de Gestão do Parque Estadual do Chandless’:

Na medida em que a reunião avançava fiquei com a impressão de que a maioria dos presentes não tinha muita idéia do real significado da criação do Parque. Nem agora nem quando a primeira consulta pública para a sua criação foi realizada em 2003 na cidade de Manoel Urbano. (...) Nenhum dos representantes dos municípios que ‘cederam’ área para o parque levantou voz para saber das autoridades estaduais presentes o que eles iriam ganhar em troca.”⁶⁷

⁶⁷ Depoimento extraído do Blog *Ambiente Acreano*: <http://ambienteacreano.blogspot.com>, acessado em 10.01.2008

De qualquer modo, a legislação ambiental brasileira e estadual dispõe que a gestão pública deva se pautar pelos princípios da democracia participativa⁶⁸, o que se opera, no plano formal, através dos conselhos deliberativos e consultivos que encapam a decisões políticas de uma áurea de cidadania e participação social jamais vista na história dos modelos de desenvolvimento provados no Brasil. De acordo com Lima, “*a outorga de uma igualdade jurídica formal, desacompanhada de outras conquistas econômicas, sociais e políticas, converte a cidadania num mero artifício para camuflar e perpetuar a exploração capitalista sobre a sociedade e a natureza*” (Lima, 2003, p. 114)

Pelo contexto em análise, parece que estamos diante de um quadro adverso a uma gestão que, efetivamente, se possa denominar calcada nos princípios da democracia participativa, visto que, a participação e o consenso, nesta experiência de gestão pública, são manifestados, de um lado, pelo silêncio social (conforme se vê da Avaliação Intermediária do Programa) e, de outro, por uma forma de resistência à participação (conforme se vê da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa-CEAA).

É assim que a legitimidade tem sido forjada por um consenso em torno da sustentabilidade⁶⁹. E, no final, o quadro da cena democrática parece irretocável. O que não é o caso do PDS do Acre, pelo qual só não ver quem não quer a ausência de participação social, apesar da legalidade e regularidade institucionalizada.

⁶⁸ “... com todo esse processo de participação, as condições de vida da população não melhoraram, esta é a dura realidade. Precisamos rever os modelos de associação, as linguagens, tentar melhor entender a cabeça das pessoas da Amazônia, suas práticas, e não apenas criar organizações de cúpula que não têm conseguindo se implantar como deveriam.” (Becker, 2007, p. 74)

⁶⁹ “O neoliberalismo funciona melhor num ambiente de democracia eleitoral formal, mas no qual a população é afastada da informação, do acesso e dos fóruns públicos indispensáveis a uma participação significativa na tomada das decisões.” (MCCHERNEY, 2002, p. 9)

CONCLUSÃO

Foi anunciado na introdução que a presente pesquisa pretendia oferecer, de um lado, dados e análises pertinentes ao conhecimento da realidade local e o desenvolvimento da pesquisa social na região, especialmente no que se refere às políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia e as suas medidas no campo das relações internacionais (função acadêmica) e, de outro, responder ao pesquisador cidadão, e à sua geração (função política), por que caminhos e com que preços os governos locais têm cumprido (se é que têm) suas missões constitucionais de garantir, de forma democrática, uma vida melhor para todos e um ambiente protegido contra a devastação ambiental em favor de todas as gerações, tendo como meio o novo padrão de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

Para tal cumprimento, o presente trabalho teve como empreitada científica: i) o estudo da concepção e difusão do discurso do desenvolvimento e de seu novo padrão, o desenvolvimento sustentável; ii) a compreensão dos instrumentos-meio de adoção desse modelo de desenvolvimento, que têm operacionalidade através da idéia de cooperação internacional praticada pelos organismos internacionais, caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, e iii) a análise do discurso, sob o ponto de vista das proposições e realizações econômicas, ambientais e democráticas, contido no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, objeto da cooperação internacional para o desenvolvimento do Acre financiado e condicionado pelo referido banco multilateral de desenvolvimento.

Na primeira parte do Capítulo I, vimos que os conceitos de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, adotados, respectivamente, por ocasião e a partir da realização das duas conferências mundiais de desenvolvimento e meio ambiente (Estocolmo/72 e Rio/92), apesar de criticarem os efeitos do modelo de desenvolvimento econômico do sistema capitalista, não o descartam, o que fazem oferecendo opções alternativas, com a consideração, para a idéia de desenvolvimento, das questões sociais e ambientais, significando, na verdade, como saída, uma agenda de conciliação entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

No item seguinte, também desta primeira parte, foram expostas, de forma breve, as teorias da economia ambiental, concluindo-se que a economia ambiental neoclássica e a economia ecológica, cada uma a sua maneira, mas negando, a primeira, e mitigando, a segunda, uma crítica ao funcionamento do capitalismo (de modo a aceitar que a produção deva continuar sendo dominada pela lógica do mercado), têm procurado justificar a possibilidade de convivência pacífica entre a economia e o meio ambiente, no âmbito desse modo de produção – isto em razão da imposição de limites e da internalização das externalidades de cunho ambiental. Para a economia ambiental marxista isto não é possível, haja vista a tendência de apropriação autodestrutiva do meio ambiente por parte do modelo social de produção vigente, conforme a teoria da segunda contradição do capitalismo.

Na segunda parte ainda do primeiro capítulo, o processo histórico da transição do discurso do desenvolvimento para o discurso do desenvolvimento sustentável foi analisado, apresentando-se o percurso da gênese e evolução de ambos os discursos, no plano das relações internacionais, acompanhadas de alguns de seus contra-discursos.

No primeiro item desta segunda parte, percebe-se que a idéia de desenvolvimento, gestada no período pós-Segunda Guerra Mundial, serviu como instrumento de difusão e afirmação dos valores e interesses das sociedades capitalistas industrializadas - ancorado na concepção de modernidade e na crença da ciência como garantia da eficiência na busca pela qualidade de vida - a partir das disputas de hegemonia travadas no contexto da guerra fria, constituindo-se como uma prática discursiva dos países desenvolvidos a serviço da orientação, aos países subdesenvolvidos, para se firmarem a partir da lógica de acumulação capitalista em escala global, funcionando, assim, como instrumento de controle e dominação das economias periféricas.

Todavia, com o tempo, tal idéia passou a ser desacreditada, tendo em vista que as suas promessas não se realizavam, isto é, percebeu-se que o crescimento econômico e a diminuição da pobreza, por si só, não garantiam o desenvolvimento de um país.

Juntando-se a isto, deve se considerar a influência negativa que a crise ambiental produziu, causando, em razão da forte expansão industrial do modelo, degradação

ambiental em escala global, a qual o prometido progresso tecnológico da modernidade não conseguia frear. Tal clima de descrédito produziu uma cisão entre desenvolvimentistas, que defendiam o desenvolvimento econômico sem limites, e ambientalistas, que queriam limites de natureza ambiental ao desenvolvimento.

Com o Relatório *Limites ao Crescimento* e a Conferência de Estocolmo/72, a queda de braço entre as duas correntes é vencida pelos desenvolvimentistas, em razão de que os países subdesenvolvidos preferem colocar em primeiro plano o crescimento econômico - em razão da degradação social produzida pelo capitalismo -, em detrimento da degradação ambiental.

Com o Relatório *Nosso Futuro Comum* e a Conferência do Rio/92, é proposta uma conciliação entre o desenvolvimento e meio ambiente, mantendo-se, todavia, a lógica desenvolvimentista, na medida em que, segundo o Relatório Brundtland, se condiciona o progresso econômico e a proteção ambiental às reformas no campo científico-tecnológico, o que representa pressupostos do novo padrão de desenvolvimento denominado de desenvolvimento sustentável.

Com isso, a idéia de desenvolvimento, e sua obsessão pelo crescimento econômico, não foi afetada como instrumento do sistema capitalista, incluindo-se, desta feita, outros elementos até então não albergados: exploração sustentável garantida pelo uso da ciência e da tecnologia e a participação dos cidadãos nos processos decisórios.

Alguns fatores foram preponderantes para que a noção de sustentabilidade tomasse um rumo muito mais desenvolvimentista, a partir da década de 80: i) a consolidação do pensamento e das políticas neoliberais; ii) a expansão do gerenciamento da reprodução econômica do capitalismo em escala global (a globalização); iii) as políticas de recuperação econômica dos países subdesenvolvidos, face aos graves processos de inflação e recessão (aumentando a crise das dívidas dos mesmos e suas dependências), e iv) a existência de um movimento ambientalista mundial que reclamava uma agenda ambiental.

É com a Agenda 21, o documento mais importante da Conferência Rio/92, que é inserido, de forma direta e sistemática, a lógica do livre mercado na problemática

ambiental, de modo que as políticas públicas passaram a ser deslocadas para os espaços competitivos do mercado e da esfera privada.

Com efeito, as problemáticas sociais e ambientais passaram a depender das estratégias discursivas de preparação das economias locais para o mundo da eficiência (ciência e tecnologia) e da competitividade (mercado), exequíveis através de uma reestruturação do estado para a abertura de mercados, sobretudo globais. No campo da apropriação econômica da natureza, a questão é garantir maior eficiência no uso dos recursos naturais, só assim haverá crescimento econômico, após o que uma melhor qualidade de vida e conservação ambiental, afirma o receituário.

Tal quadro expõe a condição de mera figuração às preocupações de caráter social e ambiental, diante da supremacia do uso mercantil dos recursos naturais. Na verdade, apontam os críticos, o desenvolvimento sustentável tem como matriz o projeto desenvolvimentista liberal aliado ao meio ambiente, de modo que, expressada por uma hábil operação política, normativa e diplomática, nos campos interno e externo, a sustentabilidade perseguida é a do modelo de acumulação de riquezas no qual o patrimônio natural é tido como um mero bem, conforme discursos oficiais que têm sido facilmente assimilados por representações da sociedade civil e empresarial.

No fundo, o desenvolvimento sustentável não passa de um conjunto de ações com vistas à gestão internacional dos recursos naturais movimentadas por um processo de racionalização e gerenciamento para o aumento de sua capacidade de rendimento nos moldes do modelo industrial de produção.

Ainda nesta parte do Capítulo I, é analisado o modo pelo qual um dos fatores mais importantes do discurso do desenvolvimento sustentável - a legitimidade social, se opera. A primeira premissa básica é a da igualdade dos atores e igual possibilidade de suas participações, como se os problemas sociais e econômicos afetassem a todos de maneira igual, como se todos estivessem no mesmo barco, o que seria uma igualdade forjada, fictícia que só pode resultar na ditadura do pensamento único. A segunda premissa se concretiza pela pré-condição de consenso entre os atores, o que, na prática, se operacionaliza com a condição de que só entram no jogo quem aceita como regra os pressupostos da sustentabilidade. Caso contrário está fora, aliás, nem entra. O resultado

disso não é participação, mas a sua face nada democrática que é o fenômeno da implicação, pela qual o ator ao invés de participar, na verdade, se encontra implicado no processo de decisão em que não possui o poder de dominar o ambiente de que participa tudo passando de mera aparência de um processo participativo e democrático.

Para finalizar o Capítulo I, é apresentado um pequeno rol da literatura crítica ao discurso do desenvolvimento sustentável, pelas quais é demonstrado: i) que o discurso da sustentabilidade nada mais é do que o ponto de vista particular daqueles que dominam o sistema político e econômico apresentado como um ponto de vista universal, o que Pierre Bourdieu vai classificar de *doxa* (Carneiro, 2005); ii) que os problemas ambientais não são provocados pelo homem, pelas técnicas equivocadas ou pelos limites externos ao processo produtivo, como quer inculcar o discurso dominante para encobrir o fato de que são resultantes, verdadeiras conseqüências, da organização social e econômicas, no caso, do capitalismo (Foladori, 2001); iii) que o atual modelo de desenvolvimento sustentável do capitalismo se apresenta, sob o ponto de vista da lei da entropia, insustentável, haja vista que enquanto a lei da entropia aponta para os limites dos recursos naturais e para uma questão qualitativa, o capital aponta para uma expansão infinita e é orientado para regras quantitativas de mercado, portanto quantitativas do capital (Stahel, 2003); iv) que comparando dois modelos de sociedade, a indígena e a americana, conclui-se que, em todos os quesitos de comparação, a segunda sociedade se apresenta como um modelo irremediavelmente insustentável, logo ele que é colocado como o modelo (a boa vida americana) a ser seguido por aqueles países que adotarem o receituário do desenvolvimento sustentável (Cavalcanti, 2003); v) que não é possível conciliar sustentabilidade com o capitalismo, na medida em que este caminha em direção contrária, pelas condicionantes que lhes são inerentes, a um ambiente socialmente sustentável, de modo que, toda vez que houver algum risco à acumulação do capital, a escolha do poder dominante, que é o econômico, não deixará acontecer (Montibeller, 2004); vi) que a possibilidade do crescimento econômico eliminar a pobreza e a degradação ambiental não é possível, tendo em vista que desenvolvimento sustentável somente faz sentido se entendido como desenvolvimento sem crescimento (Daly, 2004), e vi) que o conceito de sustentabilidade, na medida em que é dependente da ciência e da tecnologia, se apresenta em franca oposição ao conceito de sociedade de risco proposto por Ulrich Beck, tendo em vista que a ciência e

tecnologia, têm provocado constantemente catástrofes em nome do progresso da tecnologia a serviço do sistema de produção capitalista (Lenzi, 2006).

No Capítulo II, conclui-se que a cooperação internacional, praticada desde o pós Segunda Guerra Mundial, tem, na verdade, cumprido um papel dissimulado de ajuda planejada pela qual são introduzidas, pelo ‘ajudante’, necessidades que representam a consecução das vantagens próprias deste em detrimento do ‘ajudado’. Essa modalidade moderna de ajuda foi criada pelos EUA, quando a mesma ganha a dimensão de ajuda para o desenvolvimento, esta que tem se concretizado, desde então, com a atuação dos organismos internacionais, instrumentos-meio de implantação e reprodução - como exercício elegante do poder - do receituário neoliberal, verdadeiras normas de comportamento, de interesse dos países ditos desenvolvidos nas políticas interna dos chamados países subdesenvolvidos, os ‘ajudados’.

O BID tem assumido muito bem este papel na América do Sul, especialmente no Brasil e sua Amazônia. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre é o exemplo mais claro dessa atuação, através do qual o Banco tem introduzido, na forma de ajuda técnica e financeira, uma política de promoção dos mercados e comércio de serviços e produtos ambientais, com ênfase na mercantilização e exploração produtiva da floresta.

No Capítulo 3, que encerra o desenvolvimento deste trabalho, são realizadas análises de cinco documentos, de divulgação, proposição, execução e avaliação, produzidos, pelo Mutuário e pelo Banco, em função do PDS do Acre, pelos quais se pode averiguar o seu discurso, à vista do conceito estudado, sob os aspectos produtivo, ambiental e participativo.

Pela análise, quanto aos dois primeiros aspectos, é patente a supremacia dos objetivos econômicos sobre os ambientais, de modo que a prevalência no propósito do Programa está voltada para a sustentabilidade da economia em detrimento da sustentabilidade da natureza, prevalecendo, sobremaneira, o receituário contido na ‘ajuda’ do Banco Multilateral de Desenvolvimento, em que a natureza é considerada, antes de tudo, como recurso e bem, de valor inestimável para o presente e para o futuro, na qualidade de capital natural.

Por esta concepção de desenvolvimento, a natureza é plenamente incorporada ao capital, num contexto em que prevalece a busca pelo crescimento econômico orientada pela exploração privada dos recursos naturais com vista à construção de um livre mercado a ser inserido na dimensão mercantil global. Prepondera, nesse passo, a adoção das concepções propostas nas correntes da economia do meio ambiente, economia ambiental neoclássica e economia ecológica, pelas quais se atribui preço, corrigidos ou não, de mercado à natureza, e tratando a questão do ponto de vista da proteção ambiental como elemento secundário das políticas de desenvolvimento.

A promessa é de que, ao final, num longo prazo, a qualidade de vida da população vai melhorar e a floresta será preservada. O que, todavia, se constata, por enquanto, neste oitavo aniversário da assinatura do Contrato para a execução do Programa é, de um lado, o crescimento da degradação ambiental (com as farras da expansão desenfreada do boi e da madeira) e o aumento da extrema pobreza, e, de outro, a plena satisfação dos interesses da classe empresarial pelos altos índices de produção econômica atribuídos aos resultantes da implantação desse novo modelo de desenvolvimento na Amazônia.

Nesse contexto, não se pode negar, dificilmente as necessidades das gerações presentes e futuras serão satisfeitas. Nele, somos colocados frente a um flagrante quadro de exposição, da sociedade e do ambiente, progressiva e constantemente, ao risco.

Na medida em que, na corrida pela eficiência e competitividade dos mercados globais dos recursos naturais, expressada pela busca do desenvolvimento sustentável, o modo de produção vigente tem-se apropriado do meio ambiente de forma autodestrutiva (segunda contradição do capitalismo), a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza tornam-se irrealizáveis seja em que tempo for.

Por fim, quanto à questão da legitimidade social, ela, como instrumento democrático de interferência social nas fases de proposição, execução e avaliação, se apresenta, pelos documentos, como uma irrealização. Ali se reduz o fator democrático do Programa a uma simples retórica de construção de um consenso de aparência, tendo em vista que a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação-CEAA, por sua

constituição e operacionalidade - que a compromete enquanto mecanismo social independente de controle e fiscalização das ações do Programa - descuida, efetivamente, de seus objetivos, não conseguindo, de fato, cumprir com as suas finalidades concernentes em: i) acompanhar e avaliar o Programa; ii) propor e estabelecer mecanismos que permitam a participação social, canalizando as contribuições e sugestões da sociedade civil, e iii) ser meio pelo qual se divulga o Programa. O simulacro de participação e consenso também se observa no processo de execução e avaliação do Programa, já conforme apontado e demonstrado pela Avaliação do próprio estado.

Não se pode olvidar que referida Comissão tem um importante papel simbólico nesse padrão de desenvolvimento: assegurar, na aparência, que ele, o padrão, está protegido pela legitimidade social, não só quando assegura a participação, mas, sobretudo, porque representa a configuração da idéia de consenso entre os atores sociais implicados nos legítimos interesses de uma sociedade de classes.

Assim, seja sob o ponto de vista econômico, seja sob o ponto de vista ambiental, seja sob o ponto de vista democrático, o que se pode extrair dos discursos e práticas contidos na política pública de desenvolvimento sustentável recebida, sob condição, ao Estado do Acre, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, é que a mesma tem se traduzido, na verdade, na irrealização dos objetivos pretendidos no PDS do Acre, que são: a melhoria da qualidade de vida da população acreana e a proteção do patrimônio ambiental do Estado, tudo com efetiva participação popular.

Noutras palavras, ou melhor, no passo do conceito normativo proposto pelo Relatório Nosso Futuro Comum: com o desenvolvimento sustentável que se apresenta, não há garantia de que as gerações presentes satisfaçam as *suas necessidades, tampouco de que, mesmo assim, não esteja seriamente comprometida a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas.*

Enquanto isso, a máquina da ideologia oficial teima, a todo instante, em desenhar o contrário; e, por essa trilha, todos nós cidadãos continuamos livres a observar e acreditar que é possível, no capitalismo, o desenvolvimento sustentável, a

cooperação internacional e a participação popular, mesmo não sabendo, efetivamente, de que, afinal, tudo isso se trata.

Por enquanto, pesquisador satisfeito, cidadão triste.

REFERÊNCIAS

ACRE, 2002. Disponível em: <http://www.seplan.ac.gov.br/bid/Informe_do_projeto_BID-SEPLAN.pdf>. Acesso em 01.01.2006

ACRE, 2006. ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO DO ACRE-ZEE-AC, Fase II, 2006, p. 37. Disponível em: http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=993. Acesso em 20.01.2007.

ACRE. 2007. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>>. Acesso em 20.11.2007.

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. *Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e construção social do risco*. Revista Desenvolvimento e meio ambiente n.5, jan/jun. Editora UFPR, 2002.

_____. *Zoneamento Ecológico-econômico – entre ordem visual e mercado-mundo*. (texto mimeografado).

ADEODATO, Sérgio. *Amazônia, a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez*. Ronaldo Albanese (coordenador). 1º ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Mostard, 2006.

AGENDA 21 – *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 3ª edição; Brasília: Senado Federal, 2003

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMINO, João. *Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALMINO, João. A Filosofia Política do Ecologismo. In FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006

ALVES, ANTONIO. 2005. Disponível em: <http://oespiritodacoisa.blog.uol.com.br/arch2005-07-16_2005-07-31.html>. Acesso em 19.07.2005.

AMORIN, Rosa e EDNA. Castro. Prólogo à Segunda Edição. In FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento*

Sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3ª edição. trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARRAL, Welber e FERREIRA, Gustavo. *Direito Ambiental e Desenvolvimento*. In BARRAL, Welber. PIMENTEL, Luiz. (orgs). *Direito Ambiental e Desenvolvimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BARRAL, Welber e Luiz Otávio Pimentel (org.). *Direito ambiental e desenvolvimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BARRETO, Paulo, Eugênio Arima e Marky Brito. *Pecuária e Desafios para a Conservação Ambiental na Amazônia*. (artigo), dezembro de 2005, nº 5. Imazon: www.imazon.org.br

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*: Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda, 2006.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ª ed. – Santa Cruz: EDUNISC, 2002.

BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigma das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência*. 2ª edição. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

BENCHIMOL. Samuel. *AMAZÔNIA: A guerra na floresta*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira S.A., 1992.

BENTES, Rosineide. *A intervenção do ambientalismo Internacional na Amazônia*. In *Revista Estudos Avançados*, nº 54, p. 225/240, São Paulo: Editora USP, 2005.

BEZERRA, M.J; NEVES, M.V. Trajetórias Acreanas – Índios, Seringueiros, Ribeirinhos, Sírio-Libaneses e Sulistas como Atores de Formação do Acre. In: *Zoneamento Ecológico do Acre Fase II*, 2006. ACRE, 2007.

BIBLIOTECA SETORIAL NAEA. *Novos Cadernos NAEA*, v. 3, nº 1 e 3. – 2000. Belém: NAEA/UFGA, 2000.

BID, 2002. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=413638>. Acesso em 01.01.2006.

BID, 2006. Disponível em: <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>. Acesso em 31.08.2006.

BID, 2007. Disponível em <http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>. Acesso em 01.01.2007.

BID. BIDAMÉRICA – ENTREVISTA AO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE–
*Intentamos que los sueños se hagan realidad. Revista Del Banco Interamericano de
Desarrollo*: disponível em: www.iadb.org/idbamerica/index.cfm, acesso em 06.11.2006.

BID <http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>

BIRDSALL, Nancy. DEESE, Brian. *Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em
uma Economia Global em Mutação*. Revista Eletrônica do Departamento dos Estados
do EUA, vol. 6, nº 1, fev. 2001 (acessado, em 15.11.2006, no seguinte endereço
eletrônico: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0201/ijep/toc.htm>)

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante,
2004.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*. São Paulo:
Forense, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial. *O desafio do
desenvolvimento sustentável*. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas
sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Cima, 1991.

BRANCO, Barão do Rio. *Exposição de Motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de
1903 entre o Brasil e a Bolívia*. In MESQUITA Jr., Geraldo (org.). *O Tratado de
Petrópolis e o Congresso Nacional*. Brasília: Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Jr.
2003

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. Trad. Marcelo
Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. *Política Ambiental e Ideologia do Desenvolvimento
Sustentável*. In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice
(orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos
Socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

CARVALHO, Edson Ferreira de. *Meio ambiente & direitos humanos*. Curitiba, PR:
Juruá, 2005.

CARVALHO, Guilherme. *Un nuevo Impulso a la Integracion de la Infraestructura
Regional em América del Sur*, 2002. Disponível em:
<<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,178,0,0.htm>>. Acesso em 02.07.2007.

CARVALHO, Guilherme. *IFMs e a Integração da Infra-estrutura na América do Sul e
seu rebatimento sobre a Amazônia: o caso do Avanço Brasil*. Disponível em:
<<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,178,0,0.htm>>. Acesso em 02.07.2007.

CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV,
2006.

CAUBET, Christian G. *A água doce nas relações internacionais*. Barueri, SP: Ed.
Manole, 2006.

_____. (Coord.). *A força e o direito nas relações internacionais: as repolarizações do mundo*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

_____. *A irresistível ascensão do comércio internacional: o meio ambiente fora da lei?*. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo: RT, n. 22, ano VI, abr/jun/, 2001.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 4ª ed. – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CAVALCANTI, Clovis. *Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica*. In CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 4ª edição – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CELENTANO, Danielle. VERRÍSSIMO, Adalberto. *A Amazônia e os Objetivos do Milênio*. Belém-PA: Imazon, 2007.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Trad. Marylene Pinto Michel. São Paulo: Moderna, 1999.

CMMAD – *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2004.

COELHO, Maria Célia; Lígia Simonian, Nobert Fenzl (Orgs.) – *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2000.

COY, Martin e Gerd Kohlhepp (coords.). *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond; Tubinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005.

DALY, Herman E. *Crescimento sustentável? Não, obrigado*. (artigo). Campinas: *Revista ambiente & sociedade*. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 05.05.2006.

DAL RI JÚNIOR, Arno e Odete Maria de Oliveira (Orgs.). *Direito internacional econômico em expansão: desafios e dilemas*. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

DELGADO, Ana Paula Teixeira. *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização: paradoxos e desafios*. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2001.

DEL RÍO, José M. Valcuende; CARDIA, Laís M. (Orgs.). *Territorialização, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil e na Espanha*. Rio Branco, Ac.: EDUFAC, 2006.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo- SP: Editora Brasiliense S. A ., 1982.

DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO: GUIA PARA O CONHECIMENTO COMO PODER. Wolfgang Sachs(editor). Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DINH, Nguyen. Daillier, Partick. Pellet, Alain. *Direito Internacional Público*. 2ª ed. Trad. Vitor Marques Coelho. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento. In Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

EUA. Revista Eletrônica do Departamento dos Estados dos EUA, vol. 6, nº 1, fev. 2001 (acessado, em 15.11.2006, no seguinte endereço eletrônico: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0201/ijep/toc.htm>)

FALEIROS, Gustavo. *O governo do manejo*.(Reportagem)). O Eco. <http://arruda.rits.org.br>, 12.12.2006.

FERNANDES, Marcionila e Lemuel Guerra.(orgs.). *Contra- discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª ed. – Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um Conceito*. In FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional*. Trad. Carlo Coccioli, Márcio Lauria Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FIORI. José Luís (Org). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*; trad. Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOLADORI, Guillermo e TOMMASINO, Humberto. *El Concepto de Desarrollo Sustentable Treinta Años Después*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente nº 10, p. 21-32, jul/dez, Ed. UFPR, 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREGAPANI, Gelio. *Amazônia: a grande cobiça internacional*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FREITAS, Marcílio de. *Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural*. 3ª ed. Ver. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. In Revista Lê Monde Diplomatique Brasil, Março 2008, p. 12/14.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite. *Desenvolvimento Sustentável e Cooperação Internacional: financiamentos do PPG-7/PDA para o assentamento Riacho das Ostras – Prado(BA)*. Uberlândia – MG: Dissertação (Universidade Federal de Uberlândia), 2005.

GONÇALVES, Patrícia Bersan Pinheiro de Paiva. *Internacionalização da Amazônia?* Florianópolis (SC): Dissertação, 2001

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

GORE, Albert. *Uma verdade inconveniente. O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global*. Trad. Isa Mara Lando. Barueri, SP: Manole, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Programa de Desenvolvimento sustentável do Acre*. Contrato BID, nº 1399/ OC- BR.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento ecológico-econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial – documento final*. Rio Branco: SECTMA, 2000.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 5ª ed.- Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HAMILTON, Roger. *Ambientalistas pragmáticos* (Artigo). BIDAMÉRICA – Revista Del Banco Interamericano de Desarrollo. Disponível em: <www.iadb.org/idbamerica>. Acesso em 06.11.2006.

HEGEMANN, Helmut. *Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996.

HERRERA, Rémy. *O “renascimento” neoliberal da teoria do desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.resistir.info/mreview/remy_mr_mai06.html>. Acesso em 10.12.06

IBGE, *Produção da Pecuária Municipal 2006*. Vol. 34. Brasil, 2006.

ILLICH, Ivan. *Necessidade*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. SACHS, Wolfgang (org.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável* – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília: EMBRAPA –SPI, 1994.

KRISCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto, 1998.

LACOSTE, Yves. *Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Trad. Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências sociales – CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo. *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. In LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais, Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LAURELL, Asa Cristina (org.) . *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. Rodrigo Leon Contrera. 3ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau-SC: Ed. Da FURB, 2000.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. Lúcia Mathilde Ende]lich Orth. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

_____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, José Rubens Morato. *Direito ambiental na sociedade de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LEITE, Rubens Morato. AYALA, Patryck de Araújo. *Direito Ambiental na Sociedade de Risco*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002.

LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

LENZI, Cristiano Luís. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LEROY, Jean-Pierre, SOARES, Maria Clara C. (orgs.). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo do Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998.

LEROY, Jean Pierre. Apresentação. In ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. *Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Et al. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Gustavo da Costa. *O Discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação*. In: *Ambiente & Sociedade*. Campinas: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Vol. 6 jul-dez, nº 02, 2003.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. *Multilateralismo e Regionalismo: ameaças à soberania?* Florianópolis, SC: Dissertação, 2000.

MACHADO, Vilma de Fátima. *A produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92*. Brasília: Tese (Universidade de Brasília), 2005.

MCCHESENEY, Robert W. *Introdução*. In CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Trad. Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

MARTINS, Mônica Dias. *A Ideologia do Banco Mundial*. In: *A Política Destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária – Cartilha*. Disponível em: <www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha002.htm>. Acesso em 12.11.2006.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MAWHINNEY, Mark. *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*. Trad. Cláudio Queiroz. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

MAY, Peter H. et alli. (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MELLO, Cecília Campelo do Amaral. *Agenda 21 Local – um glosário analítico para o debate*. In ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. *Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira – conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento (1970 – 2000)*. (tese).Vol. 2. São Paulo: Universidade de São Paulo; Universidade de Paris X Nanterre. 2005.

MELO, Andréa Sabbaga. *O Brasil, a dependência e o fundo monetário internacional: perspectiva crítica à luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva*. Florianópolis - SC: Dissertação, 2006.

MELTZER, Alan H. *A Reforma das Instituições Financeiras Internacionais: Plano de Estabilidade Financeira e Desenvolvimento Econômico*. Revista Eletrônica do Departamento dos Estados do EUA, vol. 6, nº 1, fev. 2001. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0201/ijep/ie020103.htm>. Acesso em 15.11.2006.

MENDONÇA, Roberto Wagner. *A Amazônia & A Globalização: uma proposta de desenvolvimento sustentado*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2000.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. 2ª ed. Blumenau – SC: Edifurb, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____ *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

MINEIRO, Adhemar S. *Estabilização, Desenvolvimento e Gestão Macro-econômica: opinião sobre as visões contidas nos documentos do Banco Mundial e do BID*. In VIANA Jr, Aurélio (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Secretária Executiva da Rede Brasil – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MIRANDA, Jorge Babot. *Amazônia: área cobiçada*. Porto Alegre, RS: AGE, 2005.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

MOTA, José Aroudo. *O valor da Natureza: Economia e política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro & João Nildo Vianna. *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NEGRI, Antonio. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.

NOVO CADERNO NAEA, v. 3, n.2 – Belém: NAEA/UFPA, 2000.

O'CONNOR, James. *Es posible el capitalismo sostenible?* In ALIMONDA, Héctor. (org.) *Ecología Política, Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

OLSSON, Giovanni. *Relações internacionais e seus atores na era da globalização*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2005.

OLIVEIRA, Olga Boschi Aguiar de. *Monografia jurídica: orientações metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso*. 3ª edição ver. E aum. Porto Alegre: Síntese, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. E Arno Dal Ri Júnior (Orgs.). *Relações internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas*. Volume I. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004.

_____. *Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo*. Volumes II. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.

_____. *Teorias globais e suas revoluções: impérios de poder e modos de produção*. Volume III. Ijuí,RS: Editora Unijuí, 2005.

OLIVEIRA, Marco Antônio de.(Org.). *Pesquisa Sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada*. (artigo). Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://resistir.info/brasil/politica_agraria_bm.html>. Acesso em 20.03.2006.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

PORTO_GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia – Ecologia e degradação social*. São Paulo, SP: Editora Alfa- Omega, 1992.

PROCÓPIO, Argemiro. *Destino Amazônico*. São Paulo: Hucitec. 2005.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In LANDER, Edgardo (org.) *A Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais, Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAYNAUT, Claude. *Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar*. Curitiba. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* nº 10, p. 21-32, jul/dez, Ed. UFPR, 2004.

RANCY, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre (1870 – 1912)*. Falangola Editora, 1986.

REDCLIF, Michael R. *Os Novos Discursos da Sustentabilidade*. In FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*, Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

REDE BRASI. 2000. *Um instrumento de controle sobre o destino das Nações*. Daniela de Lima Pinto (jornalista responsável). Brasília: Projeto gráfico – www.arsventura.com.br - Disponível em: <www.rbbrasil.org.br>. Acesso em 20.01.2006.

REDE BRASIL, 'BID – um instrumento de controle sobre o destino das nações', 2007, disponível em: <<http://www.rbrasil.org.br/>>. Acesso em 20.01.2007

RÊGO, José Fernandes do. *Estado e Políticas Públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar*. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

RENOUVIN, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil e o dilema da globalização*. Lourenço Dantas Mota (coordenador). 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

RIDRUEJO, José Antonio Pastor. *Curso de derecho internacional publico y organizaciones internacionales*. 4ª edição. Madrid: Editorial Tecnos, S. A. 1992.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *O Direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental*. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 4ª edição. Rio de Janeiro, GB: Companhia Editora Americana, 1972.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Economia ou Economia Política da Sustentabilidade*. In: MAY, Peter. LUSTOSA, Maria. VINHA, Valéria. (orgs.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional: notas preliminares*. Campinas: Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 68, abril, 1999.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Wolfgang. *Introdução*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SADER, Emir e Pablo Gentili (Org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHERER, Elenise e José Aldemir de Oliveira (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCHWARTZMAN, Stephan. *Aspectos ambientais da estratégia de assistência ao País do Banco Mundial (CAS) e do BID (Documento de País)*. In: VIANA Jr, Aurélio (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Secretária Executiva da Rede Brasil – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, Maria Clara Couto. Introdução. In LEROY, Jean-Pierre, SOARES, Maria Clara C. (orgs.). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo do Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998.

SOUZA, André Luiz Lopes de. *Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites*. Belém: UFPA/NAEA, 2002.

SOUZA Jr, Carlos et al. *Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre (1988 – 2004)*. IMAZON, 2006.

SANTOS, Catarina de Almeida. AMORIN, Wilson. *Brasil e Argentina: Atuação do Banco Mundial e do FMI*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina e a Globalização*. São Paulo. Departamento de História (FFLCH) USP, Programa de Pós Graduação em História Econômica. 2004

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP: idéias & Letras, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SGARBI, Adrian et al. *Soberania: antigos e novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das organizações internacionais*. 2ª edição ver. Ampliada. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SMERALDI, Roberto. MAY, Peter. *O Reino do Gado: Uma nova fase da pecuarização da Amazônia*. São Paulo: Amigos da Terra, 2008.

SOUSA, Mônica Teresa Costa e Roberto Di Sena Júnior (orgs.). *Comércio Internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Ed. Saraiva. 2004.

STAHEL, Andri Werner. *Capitalismo e Entropia: Os aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis*. In CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 4ª ed. – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

TELO, Antonio José. *Do tratado de Tordesilhas à guerra fria: reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau, SC: Ed. Da FURB, 1996.

TOUSSAINT, Eric. *La bolsa o la vida: las finanzas contra los pueblos*. 2ª edição. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

VALLEJO, Manuel Diez de Velasco. *Lãs organizaciones Internacionales*. Cap. I. 10ª ed., ed. Tecnos.

VARELLA, Marcelo Dias. *Direito internacional econômico ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIANA, Gilney, Marina Silva e Nilo Diniz (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIANA, Aurélio Jr. (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Secretária Executiva da Rede Brasil – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

VIANA Jr, Aurélio. *O Grupo Banco Mundial (BIRD e CFI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil: Importância do debate sobre documentos de estratégia de assistência ao País*. In VIANA Jr, Aurélio (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Secretária Executiva da Rede Brasil – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

VIANNA, Jorge. *O jeito acreano de viver e de cuidar da floresta*. (artigo) In: *Jornal A Tribuna*. Rio Branco. Edição de 28 de novembro de 2006.

VIDAL, J. W. Batista. *O esfacelamento da nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *O descompasso entre as noções*. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Record, 2004.

WWF-Brasil. 2008. “A difícil Missão de Proteger a Amazônia”, assinada por Bruno Taitson. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/index.cfm?uNewsID=6480>. Acesso em 10.01.2008.

ULLRICH, Otto. *Tecnologia*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

ZANATTA, Mauro. *Carne bovina do Acre rumo à China*. Disponível em: <www.Ac24horas.com.br>. Acesso em 13.11.2007.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice (orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais*. In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice (orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 – PROPUESTA DE PRÉSTAMO (documento do BID)

ANEXO 2 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1399/OC-BR E SEUS ANEXOS

ANEXO 3 – NOTA TÉCNICA DO GOVERNO DO ACRE

ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO PDS DO ACRE (INTERNET)

ANEXO 1 – PROPUESTA DE PRÉSTAMO

ANEXO 2 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1399/OC-BR E SEUS ANEXOS

ANEXO 3 – NOTA TÉCNICA DO GOVERNO DO ACRE

ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO PDS DO ACRE (INTERNET)